

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - DCS_o

Raquel Gomes Valadares

**Discurso presidencial e gênero: análise das mensagens dos presidentes Lula e
Dilma ao Congresso Nacional**

SÃO CARLOS

2022

Raquel Gomes Valadares

**Discurso presidencial e gênero: análise das mensagens dos presidentes Lula e
Dilma ao Congresso Nacional**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, área de concentração em Ciência Política.

Orientadora: Prof.^a Lucy Oliveira

SÃO CARLOS

2022

RESUMO

O intuito desta pesquisa é identificar o posicionamento público de dois presidentes da República, Lula e Dilma, a respeito do tema *gênero*, tomando como elemento de investigação as mensagens encaminhadas ao Congresso Nacional. Partindo do pressuposto que os espaços sociais, e conseqüentemente políticos, são generificados e que os temas na agenda política podem ser direcionados pelos atores que ocupam esses espaços, buscou-se compreender se dois presidentes, oriundos do mesmo partido, com gêneros distintos, deram a mesma ênfase ao tema nas Casas Legislativas. Encaminhar mensagens ao Congresso Nacional em decorrência da abertura das atividades legislativas trata-se de uma prerrogativa do presidente consolidada no texto constitucional. As mensagens dos dois presidentes analisados apresentaram uma dupla função: prestar contas do que foi realizado e indicar posições e prioridades. Para isto, como método de pesquisa, utilizou-se a análise de conteúdo com lexicometria e uso do software Iramuteq. O *corpus* foi composto das mensagens dos dois presidentes de 2003 a 2016, os primeiros e os segundos mandatos de ambos. A análise do discurso presidencial por meio da lexicometria permitiu identificar tanto a ênfase dos presidentes sobre o tema, quanto as palavras de interesse em seu contexto. Buscou-se com isso compreender sobre a discussão de gênero no âmbito dos espaços de poder como um indicador de tomada de posição e enfrentamento das desigualdades a partir da colocação desse tema no debate como cerne da agenda de governo, em termos de ação estratégica frente a outros atores políticos.

PALAVRA-CHAVE: Gênero. Lula. Dilma. Discurso Presidencial. Mensagem ao Congresso.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

QUADRO 1 -	Ministras e ministérios nos governos entre 1988 a 2016	32
QUADRO 2 -	Frequência das palavras ativas das mensagens ao Congresso – Lula	50
QUADRO 3 -	Frequência das palavras ativas das mensagens ao Congresso – Dilma	51
QUADRO 4 -	Dendograma da CHD com o qui-quadrado – Lula	54
QUADRO 5 -	Dendograma da CHD com o qui-quadrado – Dilma	55
QUADRO 6 -	Quadro comparativo dos temas enfatizados por Lula e Dilma	56

TABELAS

TABELA 1 -	Número de mulheres eleitas para o legislativo federal	33
-------------------	---	----

FIGURAS

FIGURA 1 -	Diagrama de Zpf – Corpus das mensagens – Lula	49
FIGURA 2 -	Diagrama de Zpf – Corpus das mensagens – Dilma	50
FIGURA 3 -	CHD dos termos nas mensagens – Lula	53
FIGURA 4 -	CHD dos termos nas mensagens – Dilma	54
FIGURA 5 -	Análise fatorial de correspondência das mensagens ao Congresso – Lula	57
FIGURA 6 -	Análise fatorial de correspondência das mensagens ao Congresso – Dilma	58
FIGURA 7 -	CHD do subcorpus mulher nas mensagens ao Congresso – Dilma	59
FIGURA 8 -	Análise fatorial de correspondência do subcorpus mulher nas mensagens ao Congresso – Dilma	60
FIGURA 9 -	CHD subcorpus mulher das mensagens de Lula 2008	64
FIGURA 10 -	CHD subcorpus mulher das mensagens de Lula 2010	65
FIGURA 11 -	CHD subcorpus mulher das mensagens de Dilma 2011	65
FIGURA 12 -	CHD subcorpus mulher das mensagens de Dilma 2012	66
FIGURA 13 -	CHD subcorpus mulher das mensagens de Dilma 2013	66
FIGURA 14 -	CHD subcorpus mulher das mensagens de Dilma 2014	67
FIGURA 15 -	CHD subcorpus mulher das mensagens de Dilma 2015	67

FIGURA 16 - CHD subcorpus mulher das mensagens de Dilma 2016 68

GRÁFICO

GRÁFICO 1 - Variação da frequência do uso do termo *mulher* – Lula 61

GRÁFICO 2 - Variação da frequência do uso do termo *mulher* – Dilma 62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 . GÊNERO: Conceito e análise	10
1.1 Uma breve discussão sobre gênero	10
1.2 Representação política e gênero	20
1.3 Estratégias de enfrentamento da desigualdade de representação	25
2. DISCURSO PRESIDENCIAL, AGENDA E GÊNERO	35
2.1 Agenda: conceito e classificação	38
2.2 O discurso presidencial na elaboração de uma agenda social	43
3. MATERIAL, MÉTODO E ANÁLISE DOS DADOS	46
3.1 Análise das mensagens	49
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	73
ANEXO	80

INTRODUÇÃO

As opiniões, as convicções pessoais e a vontade política de um representante político se manifestam através do discurso. O que é dito pelo Presidente da República, em linguagem verbal ou não-verbal, e o que é silenciado, poderá impactar na formação de alianças do jogo político e repercutirá nas ações de governo, entre os atores políticos e entre as demais instâncias do Poder (Legislativo e Judiciário). Essa ação política comunicativa, assim como os acordos, conflitos, votações e outras ações no rol de instrumentos políticos disponíveis para os representantes, é atravessada por diferentes clivagens: partido, posicionamento partidário, desenho institucional, eleições, organização endógena e exógena dos poderes. E também, por questões como classe, raça e gênero; Phillips (2001; 2011), Young (2012), Norris (2013), Biroli (2018) Hooks (2019) demonstram como “habitar esses corpos” pode influir na ação política.

A proposta deste trabalho é uma investigação sobre a ênfase e o posicionamento a respeito do tema *gênero* comparando dois presidentes: Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Ambos fazem parte do mesmo partido – o Partido dos Trabalhadores – o que indicaria uma continuidade de ênfases nas pautas e prioridades entre governos que se sucederam e tiveram como legado avanços significativos em torno de políticas para minorias. Entre elas, políticas de equidade de gênero, como a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no ano de 2003 (governo Lula), e a criação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, em 2011 (governo Dilma). Além da composição ministerial de ambos os governos, que contou com a presença de mulheres. Entretanto, estes presidentes diferem quanto ao gênero, o que poderia auxiliar na compreensão das posturas públicas e ênfases discursivas distintas quanto ao tema.

A ocupação dos espaços de poder por mulheres pode ser importante tanto no âmbito das políticas públicas, quanto à visibilidade e ênfase da equidade de gênero. A questão que direciona a pesquisa é: as mulheres estariam mais engajadas em fazer avançar as lutas pela igualdade e equidade de gênero e dariam mais ênfases às questões das mulheres (de gênero) quando ocupam os espaços de poder? Assim, a inexistência da ruptura do pensamento e posicionamento político entre os dois presidentes foi primordial na investigação se a diferença dos papéis de gênero torna-se um elemento que influencia a elaboração de uma agenda comunicativa presidencial compatível.

A assimetria de gênero nos espaços de poder é pública e visível; mais homens ocupam a esfera política em detrimento de mulheres, que continuamente são contestadas sobre as motivações, capacidades e habilidades em governar, liderar, legislar e se posicionar publicamente. A questão encontra raízes tão profundas que não se restringe a uma esfera administrativa, nem é local ou regional. A desigualdade de gênero na

representação política está nas esferas municipal, estadual e federal, e verificável em dimensão mundial.

A atualidade do tema também é um ponto destacado nesta pesquisa: as dificuldades e ataques políticos às mulheres que ocupam, ou pleiteiam ocupar, os espaços de poder estão cada vez mais incidentes e com maior teor de violência social (CONNELL; PEARSE, 2015) (BIROLI, 2018) (PINHO, 2020).

Os discursos presidenciais são objetos importantes para indicar as posições do governo frente à estas questões. Ao tratar sobre gênero, o chefe do Poder Executivo assumia e assume um custo político e também estabelece um debate com a sociedade brasileira. Por isso, o objetivo desta análise é comparar as ênfases do tema entre dois chefes do Poder Executivo federal, publicamente diante do Congresso Nacional.

A mensagem presidencial ao Congresso Nacional a que refere-se este trabalho está prevista na Constituição, no artigo 84, como atribuição privativa do presidente da república; trata-se de uma formalidade apresentada ano a ano por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação econômica, política e social do país, propondo políticas públicas e solicitando providências, ou seja, estabelece uma agenda política para o legislativo (BRASIL, 1988). O rito político é um dos mais antigos do país, iniciado em 1890 com o primeiro presidente da república.

Foram oito mensagens elaboradas por Lula e seis elaboradas por Dilma, num total de 14 mensagens. As mensagens apresentadas por Lula possuíam em média 287 (duzentos e oitenta e sete) páginas, enquanto que as mensagens de Dilma possuíam em média 453 (quatrocentas e cinquenta e três) páginas. Não foram considerados os gráficos, as tabelas e os anexos, visto que, muitos eram imagens e suas informações estavam analisadas e interpretadas ao longo do texto.

Para a realização deste trabalho, foi realizada a análise de conteúdo (BARDIN, 2009) (KRIPPENDORFF, 1997) das mensagens dos presidentes entre os anos 2003 a 2016, a partir da lexicometria, com o uso do software IRAMUTEQ. O software possibilitou a identificação e hierarquização das palavras de acordo com a frequência, relevância e relação em que aparecem nos textos. Recorreu-se, inicialmente, à palavra *gênero* e em seguida termos que fazem conexão com o tema (mulheres, feminino ou palavras flexionadas quanto ao gênero); na tentativa de identificar se estas palavras eram mais relevantes no discurso e como elas se relacionavam. A análise de conteúdo constitui o método, não a teoria; deste modo, todo o conteúdo verificado será relacionado com a teoria de gênero e as teorias da comunicação política.

Diante disto, o debate se iniciará trazendo a compreensão do que é gênero e desigualdade de gênero, as bases sociais desta e como isso se espalha no aspecto político

e na representação formal. Após, serão delimitadas as informações na esfera nacional e como a assimetria de gênero repercute nos espaços de poder no Brasil.

Tendo em vista que o objeto e os objetivos desta investigação se apoiam na comparação do discurso político de dois ex-presidentes, encerrado o debate sobre gênero e representação política, será discutido o poder retórico presidencial no rol de estratégias de ação e liderança dos chefes do Poder Executivo e como âmbito da visibilidade pública é importante tanto para o agendamento das políticas quanto para a tomada de posição. Como apontam Jennings, Bevan e John (2011 *apud* AGUIRRE, 2020), esse processo de explicitação dos interesses e prioridades na agenda do governo para cada ano é, ainda, um indicativo importante de comprometimento com a democracia e transparências nas pautas e assuntos a serem tratados pelo governo. Nesse sentido, apontam os autores, que o comprometimento público também gera custos importantes, pois ata os governos aos compromissos apresentados.

O terceiro capítulo deste trabalho tratará da exposição da construção metodológica e a análise dos dados observados, as mensagens dos presidentes encaminhadas ao Congresso Nacional entre 2003 a 2016, demarcando o início do ano legislativo. O quarto capítulo será dedicado à discussão dos resultados e considerações finais.

Compreende-se que este é um tema de repercussão política e social e pode ensejar distintas interpretações. Existem outras questões que podem se desdobrar a partir desta análise e, por isso, há aqui a antecipação manifesta do interesse de contribuir para a ampliação da discussão sobre a presença feminina nos espaços de poder, bem como, dar continuidade na produção científica.

1 . GÊNERO: CONCEITO E ANÁLISE

Ao analisar o discurso presidencial sobre gênero a partir de dois presidentes que se diferem quanto a posição de gênero torna-se necessário discutir preliminarmente o conceito, os limites e os enfrentamentos desta categoria. Gênero não se restringe aos aspectos biológicos de diferenciação dos indivíduos entre macho e fêmea; trata-se de um conjunto de caracteres socialmente atribuídos e valorados, que se comunicam, influenciando na definição sobre o outro. A construção do gênero não é uma ideia natural, homogênea ou estática, ela é histórica e culturalmente determinada, bem como, pode ser afetada por outros marcadores sociais (BEAUVOIR, 2019), (SAFFIOTI, 1999), (SCOTT, 1995), (CONNELL; PEARSE, 2015).

A diferença a partir do gênero produz hierarquias sociais, culminando na aceitação, rejeição ou invisibilização dos indivíduos em sociedade. Em um sistema democrático de fato, o escalonamento e a estratificação em razão do gênero, seja explícita ou implícita, torna-se um entrave sociopolítico, vez que, as garantias e os valores serão distintos e, conseqüentemente, as restrições e violações aos direitos, que deveriam ser rechaçados, passam a ser socialmente toleráveis para um grupo em detrimento do outro.

Nos últimos anos os ataques políticos, sociais, econômicos e até mesmo físicos em razão do gênero têm se aprofundado, com muito mais violência empregada contra às mulheres; a posição delas no sistema político está conectada a questões sociais mais profundas, como controle social sobre os corpos, o silenciamento das violações sofridas e, até mesmo, a descartabilidade e completa eliminação. Por isso, a discussão se faz oportuna e necessária.

1.1. Uma breve discussão sobre gênero

A ideia de Beauvoir (2019) sobre a atribuição de um conjunto de caracteres ao corpo para a definição do feminino, além dos elementos biológicos, é considerada uma das primeiras manifestações sobre o conceito de gênero. A célebre assertiva “*ninguém nasce mulher: torna-se mulher*” destaca a construção histórica e artificial dos indivíduos, moldando-os em sociedade, desfazendo a concepção de origem natural dos papéis de gênero. Saffioti (1999) destaca o pioneirismo de Beauvoir e acrescenta que mesmo não possuindo o arsenal metodológico, de conceitos e teorias que se dispõe hoje em dia, ela se reportou ao essencial.

Gênero tornou-se um conceito e categoria de análise a partir da década de 1980 (SCOTT, 1992) e o objetivo do uso da palavra era a rejeição ao determinismo biológico,

destacando o aspecto relacional (SCOTT, 1995). Na definição encontrada em Saffioti (2004), gênero é uma construção social do feminino e masculino, em que existe uma hierarquia e estratificação relacional, podendo ser explícita ou presumida. Este construto sociocultural vai modelando homens e mulheres, condicionando significados e produzindo diferenças (SAFFIOTI, 1987). Trata-se de uma estrutura de relações sociais centrada na arena reprodutiva, produzindo distinções entre os corpos para os processos sociais (CONNELL; PEARSE, 2015); uma definição que proporciona uma percepção das desigualdades históricas entre homens e mulheres.

Analisar gênero envolve um extenso processo formativo na história, que pode ser inventivo e ao mesmo tempo violento, em que corpos e culturas estão igualmente em jogo e são constantemente transformados (CONNELL, 2016). Butler (2014) acrescenta que mesmo com a normalização do gênero (explícita ou implícita) é possível desconstruções e desnaturalizações a respeito.

O termo muitas vezes é compreendido como sinônimo de *mulheres*, entretanto, gênero também implica nos padrões e nos processos de corporificação social da masculinidade; são processos e estruturas que envolvem homens e mulheres (CONNELL, 2016). Um dos aspectos para o uso intencional de *gênero* substituindo a palavra *mulheres* é a garantia da aceitabilidade política desse campo de pesquisa; o termo indicaria erudição e seriedade, dando conotação mais objetiva e neutra, integrando-se a terminologia científica com maior legitimidade (SCOTT, 1995). Deste modo, não é incomum encontrar a palavra gênero substituindo *mulheres*, *feminino* ou *feministas*.

Conceituar gênero influi em categorias sociológicas, bem como, apresenta repercussões na interação política. A definição reverberou na formação das ideias políticas; políticas para mulheres e política de gênero trazem, na verdade, postulações distintas.

Políticas para mulheres seriam aquelas que possuem a mulher como público alvo, porém não vê a relação entre os sexos como uma causa dos problemas. Tais políticas mantêm a mulher como a responsável pela família, casa e filhos, não garantindo a sua autonomia. As políticas de gênero, por sua vez, diferenciam a socialização feminina e masculina e engloba a construção social do que é ser mulher. Não focam apenas no problema, mas buscam o empoderamento e a autonomia das mulheres atendidas. Esses dois tipos de política não são excludentes, porém possuem diferentes abrangências (MARQUES; SILVA, 2017, p. 35).

A discussão destacada nesta análise, sob a perspectiva da Ciência Política, dispõe quanto às desigualdades de gênero no âmbito das relações de poder, apresentando as razões e os efeitos da existência de hierarquias entre indivíduos na estrutura política. Pateman (1993) recorre à teoria do contrato social para situar a hierarquização entre homens e mulheres:

A diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição. As mulheres não participam do contrato original através do qual os homens transformam sua liberdade natural na segurança da liberdade civil. As mulheres são o objeto do contrato. O contrato sexual é o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil. (PATEMAN, 1993, p. 21)

O binômio subordinação-dominação é indissociável, diz a autora, da esfera privada e pública. De acordo com Pateman (1993, p. 19), estas são “*separáveis e inseparáveis ao mesmo tempo. O domínio público não pode ser totalmente compreendido sem a esfera privada [...]*.” Se existe uma relação de subordinação-dominação, ainda que entre indivíduos juridicamente livres, no âmbito privado, não há igualdade também no âmbito público e esse é o cerne da inequidade política entre homens e mulheres (PATEMAN, 1993). Havendo quem esteja subordinado e disciplinado quanto ao corpo e a vida, e havendo mecanismos e dispositivos para que alguém domine, não haverá igualdade.

Ainda sob à luz da teoria do contrato social, o estado natural está atrelado ao espaço privado, enquanto que a sociedade civil ao espaço público (PATEMAN, 1993). Essa separação interferirá na ordem da divisão sexual (de gênero) das atribuições e dos espaços.

As mulheres são incorporadas a uma esfera que ao mesmo tempo faz e não faz parte da sociedade civil, mas que está separada da esfera “civil”. A antinomia privado/público é uma outra expressão das divisões natural/civil e mulheres/homens. A esfera privada, feminina (natural) e a esfera pública, masculina (civil) são contrárias, mas uma adquire significado a partir da outra, e o sentido de liberdade civil da vida pública é ressaltado quando ele é contraposto à sujeição natural que caracteriza o domínio privado. (PATEMAN, 1993, p.28)

A divisão sexual do trabalho tornou-se um dos elementos que explica a função e o desempenho das mulheres e dos homens em sociedade, dado que, para as mulheres (e corpos ligados ao feminino) recai as funções do cuidado com a prole e com os mais velhos, a prática de organização e controle no ambiente doméstico e ocupações específicas do cotidiano familiar. Atribuiu-se aos homens o trabalho dito produtivo, no ambiente público, em que é remunerado pelas atividades exercidas. É no espaço público onde há a consolidação das relações de política de poder e as alianças com os demais membros do grupo social. Assim, os corpos liberados a atuar e ocupar os espaços de poder no espaço público - os homens – possuem, de partida, mais possibilidades de atuação nas atividades políticas, com tempo e recursos livres (BIROLI, 2018).

A noção de cidadania, de direitos e reconhecimento social também estão muito próximas do entendimento do trabalho remunerado ocupado. Nos níveis individual e coletivo, quando há o trabalho feminino remunerado, este assume o status de inferior e desqualificado, o que é tipicamente função para as mulheres está na esfera do banal,

artesanal ou auxiliar, enquanto para os homens as funções se correlacionam a chefia, liderança e direção.

Segundo Federici (2017), isso é resultado do não reconhecimento da produção e reprodução do trabalho no espaço privado como fonte de acumulação do capital; romantizando o cuidado, vinculando a sua realização ao amor (ao marido, aos filhos, aos ascendentes) ou como parte das obrigações do contrato do casamento, isto é, voluntário, abnegado e sacrificial. Por isso, *“contar a história do contrato sexual é mostrar como a diferença sexual, o que é ser “homem” ou “mulher”, e a construção da diferença sexual enquanto diferença política são essenciais para a sociedade civil”* (PATEMAN, 1993, p. 34).

Soma-se a isso, um sistema de domínio e sujeição que agrega outros marcadores sociais, como origem, cor/raça, classe, etnia e idade. As características físicas e os fatores sociais constituem diferenças, que somados ao gênero constituem a multiplicidade das opressões. Mulheres brancas e de classe econômica alta têm a possibilidade de inserção social que mulheres negras, de classe econômica baixa, que auferem salários baixos ou mantida na informalidade, não desfrutarão.

Na pirâmide de renda e no acesso a postos de trabalho, à escolarização e à profissionalização, as mulheres brancas estão mais próximas dos padrões de oportunidades dos homens brancos e apresentam vantagens em relação aos homens negros. São as mulheres negras, acompanhadas de seus filhos, que integram a faixa mais pauperizada da população (BIROLI, 2018, p.22)

Pensando na articulação entre gênero e classe social, que também implica em interações teóricas e políticas, Kergoat (2010), na década de 1970, denominou esse arranjo como consubstancialidade de gênero. Nos anos 1980, Crenshaw (2002), num estudo sobre acesso a vagas de emprego denunciou a desigualdade a partir da interação entre gênero e raça, cunhando o termo interseccionalidade de gênero.

Na compreensão de Saffioti (2004), não se trata da soma quantitativa gênero + raça + classe, mas uma nova realidade a partir da fusão desses elementos, denominado enovelamento ou nó social: haveria um nó que impõe determinações de qualidade à situação das mulheres e a marginalização feminina seria muito mais complexa, pois não se tratam de variáveis quantificadas, mas sim de determinações, uma nova realidade a partir da fusão de gênero, classe e raça.

Assim, vê-se que os estudos de gênero, à medida que avançam, formam um terreno complexo de encadeamentos que entrecruzam, além das estruturas racial e de classe, também o aspecto colonial. As estruturas de raça e classe são mais visíveis e disseminadas no debate ideológico; as estruturas coloniais são tratadas com menor publicização.

Desse modo, “colonialidade” não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção do conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. Ou seja, toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade. (LUGONES, 2020, p.57)

Esse sistema de gênero colonial resultou na inferiorização das mulheres indígenas, destruindo estruturas econômicas, espirituais e sociais, além da gama de perversão e agressão às mulheres negras escravizadas, desarraigadas do território original, consideradas suficientemente fortes para suportar o trabalho e aptas para a satisfação sexual (LUGONES, 2020). O papel das mulheres não brancas, negras e indígenas tinha um caráter corrosivo: cabia à escrava a função dos bens e serviços, como também, o papel sexual. O mulato, ou o mestiço, era um fator de perturbação tanto do sistema social/ racial quanto da sua moralidade; era filho do senhor de escravos (homem branco) com a escravizada; não era herdeiro legítimo dentro do casamento tradicional, ele era resultado da exploração sexual das mulheres negras e indígenas.

Por outro lado, o sistema patriarcal, com distintos graus de liberdade, conferia ao casamento a única carreira aberta às mulheres brancas, que poderiam trabalhar no desenvolvimento e manutenção do patrimônio familiar, com perfil passivo, passional, frágil e de baixa competência intelectual (LUGONES, 2020). Importante destacar ainda que o casamento interracial era proibido, mantendo os laços relacionais entre as mesmas classes e raças. O corpo feminino negro e indígena era destituído até de sua humanidade.

Um dito popular brasileiro sintetiza essa situação ao afirmar: “Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar”. Que se atenta para os papéis atribuídos às amefricanas (preta e mulata); abolida sua humanidade, elas são vistas como corpos animalizados: por um lado são os “burros de carga” (do qual as mulatas brasileiras são um modelo) Desse modo, constata-se como a exploração socioeconômica se faz aliada da superexploração sexual das mulheres amefricanas. (GONZALEZ, 2020, p. 49)

Ao reconhecer, assim, o sistema de gênero colonial, como um outro elemento importante na estrutura da desigualdade, Connell (2012) sugere a formulação da teoria de gênero pensada a partir do Eixo Sul, ou Sul Global. Gonzalez (2020), sob a perspectiva brasileira, propôs, desde a década de 1980, a criação de um movimento político-cultural sob o aspecto da origem, ou seja, afro-latino-americano:

[...] para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região – assim como para as ameríndias -, a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem elementos básicos da luta comum de homens e mulheres

pertencentes a uma etnia subordinada. A experiência histórica da escravização negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, fossem crianças, adultos ou velhos. E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de libertação. A mesma reflexão é válida para as comunidades indígenas. Por isso, nossa presença nos ME [Movimento Étnico] é bastante visível; aí nós amefricanas e ameríndias temos participação ativa e em muitos casos somos protagonistas. (GONZALEZ, 2020, p. 47, 48) [observação nossa]

Com a urbanização, a vida feminina ganhou novas dimensões, pois seus papéis foram alterados. Sobre o trabalho, a passagem de uma sociedade pré-capitalista para uma sociedade capitalista e urbanizada implicou em um aproveitamento parcial da mão de obra feminina nas fábricas, nas lojas e nos escritórios. No aspecto informal, as mulheres continuaram exercendo atividades já desempenhadas, tais como domésticas, lavadeiras, quituteiras (vendedora autônoma de alimentos) tendo assim uma inserção laboral de modo mais marginal. Sob o argumento de incapacidade intelectual e limitada atuação social, para as mulheres negras e indígenas a ocupação estaria restrita aos afazeres domésticos, ou ainda, a exploração sexual a partir da prostituição, consideradas aptas para servir em menestréis (SAFFIOTI, 1976) (GONZALEZ, 2020).

A desigualdade empregatícia naturalizou-se ao longo dos anos sob o concepção de que mulheres possuem maior habilidade para atividades manuais e para prestação de serviço relativo ao cuidado e educação infantil, bem como, para as atividades no espaço doméstico; enquanto que os homens possuem melhor força física, maior capacidade intelectual, de liderança e habilidade técnica.

A desigualdade de gênero também se revela na diferença do rendimento médio mensal entre homens e mulheres, até mesmo quando ocupam funções semelhantes. De acordo com as pesquisas divulgadas pelo IPEA (2015), as mulheres negras possuem menor rendimento salarial que mulheres brancas; entretanto, mulheres brancas recebem mais do que homens negros e menos que homens brancos. Uma desigualdade transversal: mulheres negras, indígenas, mestiças e pobres protagonizam a inacessibilidade de direitos e garantias.

Ter um emprego significa ter participação econômica em sociedade, e para as mulheres a oportunidade de inserção formal no mercado de trabalho indicaria novas perspectivas sociais, além do casamento e da procriação. A inserção marginal na estrutura econômica confinou as mulheres aos padrões subalternizados de performance social; o trabalho formal não foi suficiente para a emancipação feminina.

Essa estrutura de dominação não se reproduz e assenta sem resistências. Diferentes enfrentamentos públicos e políticos sobre a desigualdade de gênero ocorrem, mesmo antes dos século XX; entretanto, no referido século, as lutas se intensificaram e convencionou-se

marcos históricos importantes denominado Ondas Feministas. A primeira onda é a reivindicação pelo direito ao voto ou onda sufragista; a segunda onda constitui no embate às desigualdades entre homens e mulheres, numa perspectiva mais combativa às explorações em todos os âmbitos; a terceira onda como um processo de correção aos desajustes da segunda onda (ALVES; PITANGUY, 1991). Há ainda a quarta onda do feminismo, que compreende as múltiplas conjunturas de inserção das mulheres e o enfrentamento de demandas sociais via mobilização por meios digitais (VARGAS; BRITES, 2018).

Esses enfrentamentos sugerem que se o feminismo surgiu, e continua vivo, é porque havia (e ainda vigora), em diferentes escalas, um sistema de opressão e violência contra um gênero que não pode ser ignorado. E mais ainda: as transformações, mesmo em escala mundial, não ocorrem na mesma velocidade e direção em todos os lugares (CONNELL, 2016).

No fim do século XIX já era possível identificar mobilizações de mulheres no Brasil, reivindicando a abolição da escravatura e a ampliação de direitos às mulheres. No início do século XX, o direito ao sufrágio universal foi uma luta dos movimentos feministas no Brasil, compostos em sua maioria por mulheres brancas de classe média e alta, influenciados por movimentos semelhantes na Europa e nos Estados Unidos (COSTA, 2005). Em 1932, o Código Eleitoral passou a assegurar o voto feminino, e em 1934 foi incluído este direito na Constituição Federal.

O entendimento sobre a exploração-opressão-desigualdade se difere entre as mulheres; as percepções são distintas e as reações não são uníssonas. Na década de 1960, com o golpe militar no Brasil, enquanto parte das mulheres, atreladas aos movimentos feministas, formavam resistência ao governo autoritário e eram reprimidas, outra parte reafirmava o *status quo*, inclusive, auxiliando na organização e participando das Marchas com Deus, pela pátria e pela família nas maiores cidades do país (COSTA, 2005) (TELES, 1999).

Mas a grande massa feminina que, de fato, engrossou essa campanha, se compunha de empregadas domésticas, faveladas e trabalhadoras. Acompanhavam essas lideranças por princípios religiosos e iludidas de que, assim, poderiam salvar o Brasil. Foram na verdade, manipuladas pelas forças políticas de direita. Com as mulheres progressistas não estavam organizadas de maneira autônoma e consciente na defesa das conquistas populares e também dos seus próprios direitos, as forças conservadoras e reacionárias não encontraram dificuldades nessa manipulação (TELES, 1999, p. 53, 54)

A década de 1960 tornou-se um ponto de inflexão social, cultural, filosófico e político. No contexto europeu e norte-americano, a contestação social exigia um posicionamento e

que os indivíduos saíssem da inércia. No Brasil, o cerceamento da liberdade de opinião e expressão, decorrente do governo militar, resultou na mobilização clandestina de grupos contestatórios, considerados pelo regime como subversivos.

As articulações feministas não estavam bem forjadas no início da década de 1960. Após o golpe e o Ato Institucional 5, ainda que timidamente, as mulheres foram incorporadas as frentes de resistência; tanto no campo como na cidade, as mulheres passaram a integrar as organizações de esquerda política (TELES, 1999). As reivindicações femininas eram políticas e sociais, pela democracia, pelo acesso amplo ao mercado de trabalho, o direito sob o próprio corpo, pelo controle da capacidade reprodutiva, da sexualidade e igualdade de gênero muito mais ampla, no aspecto material do que formal; a libertação social feminina não poderia ser desatrelada das questões políticas.

Entre 1975 a 1985 o período foi declarado pela Organização das Nações Unidas – ONU, como a Década da Mulher, em que as mulheres foram incentivadas à mobilização, buscando igualdade, desenvolvimento e paz, pois, mundialmente, elas integravam a maior parcela da população cujos direitos eram violados. Até os anos 1980, as mulheres lideravam os rankings de analfabetismo, vítimas de violência física, sexual e menor qualificação profissional no Brasil (SAFFIOTI, 2004). A instrução e o ensino para mulheres se constituíram sob muitas lutas; as mulheres negras, indígenas e pobres foram as últimas a terem direito ao ingresso na educação formal (SAFFIOTI, 1976).

A mobilização social repercutiu em acordos e pactos internacionais pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e acesso a garantias sociais. As mulheres ousaram mobilizar e buscaram ocupar espaços ou se fazer presente nos vãos da história política do país. Os movimentos de mulheres na década de 1980 tinham múltiplas atuações: questionavam a ordem do governo, buscava a preservação da vida dos presos políticos, lutavam por emancipação das mulheres e mudanças na legislação.

Ao final da década de 1980, com o processo de elaboração da Constituição, as demandas e pautas feministas foram apresentadas como questões emergenciais na reestruturação sociopolítica brasileira (BIROLI, 2018). Entretanto, os temas que versavam sobre a autonomia dos corpos, regulação do trabalho doméstico e a equiparação ampla dos direitos e deveres entre homens e mulheres não foram consensuais nem mesmo entre as mulheres parlamentares (BIROLI, 2018).

Os desníveis de tratamento em virtude da condição de gênero são resultado de uma estrutura social patriarcal, onde há uma redução do papel e do valor feminino. O patriarcado é um fenômeno social em permanente transformação, moldado para coexistir e potencializar o processo de dominação masculina produzindo marcas sociais que promovem a estratificação e hierarquização dos indivíduos. Neste aspecto, há uma seleção de

características físicas, somando-se aos mecanismos da estrutura de classe, resultando em tensões sociais, constituindo elementos que marginalizam os indivíduos.

Vê-se assim que as concepções de gênero e as repercussões dessa discussão não ficaram restritas ao meio acadêmico, gerando movimentos também contrários ao avanço dos combates das desigualdades com argumentos assentados na preservação dos valores e das famílias. A oposição suscitada confunde as pautas de debate sobre o gênero e coloca a questão como ameaça às famílias. Reestabelecer a “família tradicional” foi a preocupação do Papa João Paulo II, em 1988, na encíclica que reforçava os papéis femininos de maternidade e criação, e que deveria haver posições diferentes entre os homens e as mulheres na sociedade (CONNELL; PEARSE, 2015). Em 2012, no pronunciamento realizado no Natal, o Papa Bento XVI pautou seu discurso tratando diretamente sobre gênero, argumentando ser contrário à teoria de gênero (CONNELL; PEARSE, 2015).

Como autoridade eclesiástica principal, as palavras dos dois papas, em tempos distintos, manifestaram a opinião da Igreja Católica e o posicionamento público sobre o tema, não se restringindo às questões teológicas e espirituais, mas abrangendo a análise sociopolítico e econômica. O discurso clerical tem força política e ideológica, como também, direciona o comportamento político ao redor do mundo; grupos políticos sob o viés religioso se apoiam nesse argumento e transpõem essas questões como propostas político-partidária.

Desde os anos 2010, verificou-se uma tendência de crescimento e fortalecimento do pensamento político de direita no âmbito nacional e internacional; a nova direita, como tem sido denominada, trata-se de um campo ideológico mais conservador. Segundo Cepêda (2018) esta tendência política pode ser problematizada sob três aspectos:

[...] o primeiro, sobre as fronteiras ideológicas que delimitariam o campo da direita, estabelecendo as balizas de sua identidade teórica ou programática; o segundo, sobre os limites temporais que permitiriam a adoção do termo nova direita, com características que sustentassem um arranjo distinto daquele concertado em momentos anteriores; o terceiro, originado no reconhecimento de que, embora o momento conservador dos últimos anos seja internacionalmente expressivo, ele varia conforme as configurações nacionais, interagindo com contextos sociais e históricos específicos onde a nova direita assume uma coloração própria - exigindo a investigação dos elementos de identidade geral o campo e, ao mesmo tempo, ajustando-se às trajetórias políticas nacionais específicas. (CEPÊDA, 2018, p.41)

Como acentua Singer (2021), o eleitorado brasileiro é composto majoritariamente por indivíduos que se autodeclaram de direita, posição político-partidária que foi desarticulada em decorrência do bom desempenho das políticas e programas sociais a partir do Governo Lula, porém, a conjuntura político-social a partir de 2013 corroborou para a reativação do conservadorismo político e ascensão da direita/ extrema-direita política.

Estudos futuros poderão revelar como o lulismo desarmou o conservadorismo popular, mas percebe-se que Bolsonaro teve o papel de reativá-lo, aproveitando o contexto criado pelas manifestações de junho de 2013, a Lava Jato e a recessão de 2015. Vale lembrar que a atração pelo ex-capitão entre eleitores de maior renda aparecia precocemente em pesquisas de 2016, quando denúncias contra o governo Temer abatiam as opções de centro. De certo modo, pode-se dizer que a classe média foi a Bolsonaro, e não o contrário. Mas, como tal vínculo, isoladamente, não poderia levar ao triunfo eleitoral devido à pequena expressão numérica dos setores intermediários, era indispensável reativar a simpatia pela direita entre os de status mais baixo, o que o candidato foi capaz de fazer em 2018 (SINGER, 2021, p. 725, 726).

No contexto brasileiro, a consolidação da nova direita trouxe como indiscutível característica o embate da perspectiva social de formação do gênero; falar sobre gênero ou apresentar propostas políticas que versassem sobre, ou ao menos que se referisse ao termo, assumiu uma conotação de uma suposta ameaça ao poder pela “ideologia de gênero”. A infundada ideologia de gênero foi, e ainda, é veementemente combatida, pois de acordo com as correntes conservadoras, consistiu num ataque direto e destrutivo à família; e em defesa desta, todos os arranjos e rearranjos nos jogos políticos foram “necessários”, pelo bem e pela defesa da tradicional família brasileira (BIROLI, 2018). Cabe mencionar que a expressão “ideologia de gênero” se tornou depreciativa e em nada contribui para a compreensão das teorias sobre o gênero desenvolvidas ao longo dos anos.

Vetos ao termo “gênero”, apresentados por setores conservadores em Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas de todo o país, levaram a que fosse suprimida desses planos qualquer discussão relativa à desigualdade entre homens e mulheres e à sexualidade. Identificadas por esses setores como resultado de uma pretensa “ideologia de gênero”, foram banidas da maioria dessas propostas quaisquer ações das escolas sobre direitos iguais, respeito à diversidade, combate ao preconceito e à discriminação. Esse embate – mais baseado no obscurantismo e na confusão de ideias que no confronto democrático de opiniões diferentes – gerou muita desinformação e atualizou a importância de divulgar os significados do conceito de gênero com seriedade e clareza [...] (CARVALHO, 2015, p. 12)

Além da depreciação das teorias sobre gênero constituídas no âmbito nacional e internacional, o discurso da nova direita sobre as mulheres fortalece a compreensão de inferiorização, hierarquização e dominação masculina. A retórica da intolerância, a aversão ao comunismo e a seleção do inimigo interno e externo são características desta nova política dita antissistêmica (CEPÊDA, 2018).

Parece ser mais brando quando é feita a menção aos direitos das mulheres, ou tratar de ações para proteger as mulheres. Os signos e símbolos também sofrem sistemático deslocamento e apropriados indevidamente, no entanto, o valor, a noção e os aspectos de embate necessitam cada vez mais de espaço e possibilidade de difusão.

Tratar sobre gênero ou feminismo passou a ser ato de insurgência, de abordagem inadequada, contra as ideias solidamente construídas; não apenas a pauta, mas quem a defende como projeto político. Os indivíduos empenhados pela igualdade de gênero são sistematicamente constrangidos, perseguidos e silenciados. A atuação política deles se tornou mais hostilizada; seja pela presença ou pela palavra, o comprometimento público e político com a justiça de gênero tem repercutido no embate com o conservadorismo e com a agenda política de retrocessos.

Sob essa perspectiva, sabendo dos riscos políticos de desmoralização pública em assumir a defesa de pautas sobre gênero, a proposta é analisar o posicionamento de dois presidentes eleitos pelo mesmo partido, Partido dos Trabalhadores (PT), distintos em razão do gênero, em seus discursos ao Congresso buscando compreender se eles deram a mesma ênfase ao tema nas Casas Legislativas.

1.2. Representação política e gênero

A democracia e o processo eleitoral são ideias que não podem ser confundidas; aquela se apoia no princípio fundamental da igualdade de decisão entre os cidadãos e este é uma seleção (MIGUEL, 2003). Na democracia representativa, ou no governo representativo, esses dois conceitos estão tão próximos que, por vezes, são tratados como sinônimos. A democracia representativa demanda a existência de eleitores e representantes inseridos em um partido político (MANIN,1995). Essa estrutura organizacional estabelece interação e formulação de demandas institucionais; os partidos funcionam como uma estrutura de significação do pensamento político, mobilizador e integrador das massas ao processo democrático, uma espécie de mediador entre atores políticos e o sistema democrático e institucional (DALTON; McALLISTER; WATTENBERG, 2003). O princípio da democracia representativa é que dentre os representantes selecionados haja um equilíbrio quantitativo dos vários grupos interessados nas tomadas de decisões (MIGUEL, 2003).

Embora haja mudanças na concepção partidária, com enfraquecimento, fragmentação e propostas de reformulação, a estruturação dos governos democráticos ainda está consolidada na existência dos partidos políticos. As discussões sobre a crise na representação, o declínio do comparecimento eleitoral e o esvaziamento dos partidos políticos estão em voga desde os anos 1990, porém não há indícios que os partidos políticos estejam desaparecendo. Na hipótese de modernização sociopolítica, com melhoria na educação, nos meios de comunicação e articulação popular, acreditava-se no aumento da autossuficiência política entre os indivíduos, na redução da influência dos partidos e, conseqüentemente, na queda da vinculação partidária (DALTON; McALLISTER;

WATTENBERG, 2003), no entanto, os partidos políticos se mantêm com novos estímulos e estilos de campanha. O partido político proporciona um quadro de referência, em que é possível avaliar e interpretar as informações políticas e as reações do eleitorado por meio dele.

Norris (2013) problematiza a participação feminina nos governos democráticos e a assimetria de gênero na representação política começando pelos partidos políticos. Para isso, três questões são sugeridas: quem pode ser eleito, quem escolhe e quem é selecionado, pois a partir da inserção nos partidos políticos que os representantes são certificados, indicados e eleitos, as demandas são apresentadas (ou criadas) e o eleitorado incorpora a identidade partidária e as questões quanto à sua representação.

A primeira pergunta (*quem pode ser eleito*) é respondida pelo critério normativo básico de participação em uma seleção; são as regras mínimas estabelecidas pelo direito eleitoral e a organização partidária (NORRIS, 2013). Os partidos políticos desempenham o papel de modelador do processo de seleção e estabelecem perfis de candidatos que serão oferecidos no pleito. Ao responder *quem*, o partido estipula condições de filiação, lealdade e familiaridade; estabelece uma rede de apoio, treinamento e habilidades cívicas.

A segunda pergunta (*quem escolhe*) sintetiza o processo democrático dentro do partido, considerando o grau de centralização da decisão, a amplitude da participação e o escopo do processo decisório (NORRIS, 2013). A tomada de decisão pode ser restrita à liderança, debatida entre os filiados nos distintos eixos de organização (local, distrital, provincial, estadual e nacional) ou segundo os critérios que o estatuto partidário estabelecer. A decisão (*quem*) pode ser um resultado democrático ou não, encorajado pela necessidade da representação ou como estratégia de manter-se no jogo político.

A terceira pergunta (*quem é selecionado*) é o que permite a discussão mais robusta sobre as estratégias de igualdade de gênero. Quem for selecionado, se eleito, representará o eleitorado em nome do partido político perante às instituições governamentais, será o responsável pela elaboração de políticas públicas e pela fiscalização dos demais parlamentares. O cidadão escolhe o seu representante, ou na verdade, reage diante do que lhe é oferecido (MIGUEL, 2003). A identificação pessoal entre candidato e eleitor tem demonstrado ser um vínculo mais recorrente e consistente que a própria vinculação partidária e acaba servindo de estímulo para que os partidos políticos disputem candidatos ou figuras públicas com influência e notoriedade já consolidadas em sociedade.

Segundo Norris (2013), a candidatura das mulheres não ultrapassa a barreira da última pergunta com o mesmo ímpeto que os homens, a presença feminina está aquém do esperado. Para minimizar essa disparidade, as democracias contemporâneas têm adotado como estratégia: a postulação de um novo sistema eleitoral; políticas de igualdade de oportunidades (nos direitos legais dos cidadãos, em educação, trabalho e bem-estar, ajuda

com custos da campanha, treinamentos); ou estratégias de inserção de gênero (vagas reservadas para mulheres, cotas de gênero estatutárias e cotas de gênero voluntárias) (NORRIS, 2013).

A presença das mulheres pleiteando os cargos representativos esbarra na estrutura partidária. Seja sob a teoria pluralista ou elitista, os partidos que já se encontram na dimensão do poder se articulam no jogo político segundo suas demandas, o representante presta contas a seu partido, tanto ou mais que a seu eleitorado. Existem partidos políticos que estão interessados na representação plural e diversificada, e oportunamente, criam cotas voluntárias para a participação nas eleições (NORRIS, 2013); porém, esses compõem a exceção, não a regra.

Escolher *quem* poderá representar um grupo traz a noção fundamental de que o representante deve fazer parte do referido grupo; que tenha em si os valores, conceitos e demandas que sintetize as aspirações dos representados; que compartilhe ideias semelhantes ao que pensam os demais membros e, além disso, que preste contas das decisões tomadas (*accountability*). Quem representa deve estar imbuído do duplo papel: representatividade e responsividade (responsabilidade e prestação de contas).

Phillips (2001) apresenta a discussão da exclusão política e a necessidade da igualdade na representação, questionando qual tem sido a ênfase nas democracias contemporâneas: *quem* ou *que*. Segundo a autora, a mudança da democracia direta para a representativa destacaria o *que* em detrimento de *quem*; as ideias como elemento mais importante que a presença.

O argumento da valorização das ideias em detrimento da presença parece ser plausível, sob o pretexto de que o que os representantes fazem é mais essencial do que quem eles são, no entanto, oculta a marginalização e exclusão política. A política das ideias não pode estar dissociada da política da presença. Tendo a presença, não como uma espetacularização dos representantes, mas como uma compreensão de que uma representação social adequada trata de uma representação correta do que se tem em sociedade.

Mas como um homem pode substituir legitimamente uma mulher quando está em questão a representação das mulheres *per se*? É concebível que pessoas brancas substituam outras, de origem asiática ou africana, quando está em questão representar determinados programas em prol da igualdade racial. Mas uma assembleia formada só por brancos pode realmente se dizer representativa, quando aqueles que ela representa possuem uma diversidade étnica muito maior? Representação adequada é, cada vez mais, interpretada como implicando uma representação mais correta dos diferentes grupos sociais que compõem o corpo de cidadãos, e noções de representação “típica”, “especular” ou “descritiva”, portanto, têm retornado com força renovada. Desta vez elas possuem o atrativo adicional de parecerem austeramente práticas. (PHILLIPS, 2001, p. 273)

A política da presença, reivindicada por Phillips (2001) é a necessidade de desessencializar a noção de que os representantes serão responsivos com os grupos politicamente mais frágeis; tais grupos precisam estar nos espaços de poder, não como uma imagem simbólica, mas como presença real. Se isso não tem acontecido precisa ser corrigido. É importante destacar que ela não prenuncia o esvaziamento da política com a eliminação das ideias vinculando apenas os valores expressos pelos representantes; a proposta é que a representação política se ocupe de ideias, da presença das pessoas e das diversas perspectivas sociais.

Negando a existência do outro em sociedade impedirá atingir a igualdade democrática; e isto repercute em todos os aspectos da vida, não havendo lugar de fala e de existência, anula-se a pluralidade social.

A ideia do Estado neutro, acima dos interesses e dos conflitos particulares da sociedade civil é, no entanto, um mito. As críticas marxistas ao Estado liberal também se aplicam a essa imagem do Estado como árbitro na competição entre grupos de interesse. Se existem diferenças significativas de poder, recursos, acesso a informações e assim por diante, entre diferentes classes, grupos ou interesses, os procedimentos de tomada de decisão que são imparciais, no sentido de permitir igual oportunidade formal para que todos pressionem por seus interesses, geralmente produzirão resultados no interesse dos mais poderosos. (YOUNG, 2012, p. 191)

O Estado liberal sustenta a ideia de que ao ingressar na arena política haveria a neutralidade de gênero, Phillips (2011) discorda veementemente e soma voz a outras autoras, como Young (2012), que afirmam que não há indivíduo neutro quanto ao gênero, além disso, a democracia não está acima da diferença de gênero, porém deve ser redefinida com essa distinção em mente. Mais do que inclusão, é necessário ter integração de gênero e completa possibilidade de incorporação ao sistema.

Democratizar o gênero não exige isolar a arena reprodutiva das estruturas sociais e instituições, mas, em vez disso, organizar em linhas igualitárias e inclusivas os processos envolvidos na concepção, no nascimento, no cuidado com bebês e na criação das crianças, assim como o trabalho remunerado e a representação política (CONNELL e PEARSE, 2015, p.273)

As ideias podem ser satisfatórias, mas se a representação política é constituída exclusivamente ou quase exclusivamente masculina esse espaço de poder não espelha a sociedade e não é capaz de representá-la. Como medida corretiva dessa disparidade na representação política, a estratégias de inserção de gênero por meio das cotas tem sido adotada em vários países; as cotas estabelecidas em virtude da lei estabelecem que um percentual mínimo de gênero deverá concorrer ao pleito eleitoral. A inserção de gênero nos espaços da política não representa apenas a reivindicação de um grupo de interesse, mas

diz respeito a uma manobra na ordem de gênero na história, recriando infinitas relações de gênero (CONNELL; PEARSE, 2015).

Observando vinte e um países ao redor do mundo Norris (2013) verificou que o percentual médio das cotas de gênero nas eleições era de 30%, ou seja, dentre os candidatos apresentados pelos partidos, no mínimo 30% de um gênero deveria estar listados. As cotas atendiam a composição das câmaras baixas (ou câmara de deputados), do senado e das câmaras únicas (sistema unicameral). Norris (2013) elaborou um quadro comparativo e adverte na análise que é necessário ter cautela na comparação do cenário de “antes” e “depois” das cotas legais de gênero, visto que, aqueles as defendem esperam que elas produzirão automaticamente aumentos imediatos de curto prazo nas taxas de participação de mulheres no poder. Em situações inesperadas após a inserção das cotas como regra no processo eleitoral a participação, a escolha e a eleição das mulheres regrediram, foi o caso do Brasil e do México; na Sérvia e na Indonésia não foi possível coletar informações a respeito. Por isso, as cotas são avaliadas como um elemento contraditório que podem ser relevantes e benéficas ou motivadoras de preconceito (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Os caminhos da representação política igualitária e dos espaços de poder mais plural atendendo as diversas perspectivas sociais, de certo, não são perenes, mas rememorando o otimismo de Pateman:

A recuperação da história do contrato sexual não fornece em si mesma, um programa político ou sequer um atalho na difícil tarefa de decidir quais são, em qualquer circunstância, os melhores caminhos de ação e as melhores políticas para as feministas, ou quando e como as feministas devem fazer alianças com outros movimentos políticos. Uma vez que a história foi contada surge, entretanto, uma nova perspectiva a partir da qual se pode avaliar as possibilidades políticas e julgar qual caminho que ajudará ou impedirá (ou ambos) a criação de uma nova sociedade livre e a criação da diferença sexual como expressões diferentes de liberdade. Quando a silenciada história das origens políticas for trazida à superfície do cenário político, este nunca mais será o mesmo. A natureza, o sexo, a masculinidade e a feminilidade, o privado, o casamento e a prostituição se transformarão em problemas políticos; do mesmo modo, a conhecida compreensão patriarcal do trabalho e da cidadania. Novas estradas antipatriarcais têm de ser abertas para se chegar à democracia, ao socialismo e à liberdade (PATEMAN, 1993, p. 340, 341)

É um desafio pensar em estratégias eficientes e eficazes de enfrentamento da assimetria de gênero na política com resultados imediatos; desnormalizar e desnaturalizar a cultura política de um espaço feito por homens e para homens constitui um passo necessário, e em muitos casos lento e vagaroso. A expectativa é a mudança constante, como prevê Phillips:

O gênero muda e deve mudar o modo como pensamos a democracia, mas, dada a força das tradições existentes, transcorrerá algum tempo até que os detalhes da nova paisagem se tornem claros. Também não devemos supor rapidamente demais que todas as suas características mudarão. (PHILLIPS, 2011, p. 341)

Engajar as mulheres no mesmo propósito constitui estratégia contra o sexismo. A base para a desarticulação entre as mulheres é a disseminação do pensamento de que elas não são capazes de se colocar enquanto grupo, fazendo-as crer que são competitivas e não podem se solidarizar com as demais, pois estão sempre disputando os mesmos espaços e atenções (HOOKS, 2019). Portanto, há a necessidade de implementação de políticas públicas na promoção de igualdade de gênero, bem como, sua constante avaliação e preservação da continuidade de ações, considerando o tempo de maturação e consolidação.

Após situar o debate sobre a desigualdade de gênero na representação política, o próximo tópico versará sobre como esta discussão se localiza no Brasil. O sistema normativo brasileiro, por meio de seu ordenamento constitucional e infraconstitucional, está fundamentado na igualdade entre homens e mulheres e prevê medidas práticas de enfrentamento da assimetria de gênero na política. Os efeitos disso é o que se propõe a discutir na próxima seção.

1.3. Estratégias de enfrentamento da desigualdade

O período que antecedeu a promulgação da Constituição da República em 1988 foi de expectativas de mudanças sociais, políticas e econômicas no país. A dialogicidade estabelecida entre os congressistas constituintes e a população trouxe a perspectiva de um novo tempo político no Brasil; temas que antes eram censurados pelo regime autoritário passaram a ser debatidos com afinco na Assembleia Constituinte.

Para o público feminino essa era a oportunidade de apresentar demandas sobre participação política, igualdade de direitos, paridade salarial, autonomia dos corpos, trabalho, educação e segurança reprimidas pelo governo conservador. O início dos debates institucionais sobre políticas para mulheres foi em 1985, com a criação dos conselhos estaduais e do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres - CNDM, por meio da Lei nº 7.353/85 (BRASIL, 1985). O Conselho, criado sob os efeitos da Década da Mulher, estava inicialmente vinculado ao Ministério da Justiça; em 1990, este vínculo foi revogado por questões políticas, levando a desarticulação e desmonte do Conselho, que em sua formação inicial tinha contado com a participação de mulheres ligadas aos movimentos

feministas, como Jacqueline Pitanguy, Lélia Gonzalez, Rose Marie Muraro e Ruth Escobar (BIROLI, 2018).

O Conselho tinha por finalidade promover ações para eliminar a discriminação da mulher, com intuito de garantir condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como, participação plena nas atividades políticas, econômicas e culturais do país (BRASIL, 1985). O CNDM era formado por dezessete integrantes e três suplentes, designados pelo chefe do Poder Executivo, cujo critério da escolha era ter contribuído pela emancipação das mulheres (BRASIL, 1985).

Dentre as competências do Conselho destacam-se aqui: formular diretrizes e promover políticas em todos os níveis da administração pública direta e indireta, visando à eliminação das discriminações às mulheres; estimular, apoiar e desenvolver o estudo e o debate sobre a condição da mulher brasileira; fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegurava os direitos das mulheres; e ser um canal para receber e examinar denúncias relativas à discriminação da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes (BRASIL, 1985).

A existência do Conselho culminou com a atuação das mulheres na Assembleia Constituinte, articulando diferentes dimensões para firmar uma agenda política de direitos para mulheres. Foram vinte e seis parlamentares constituintes eleitas para a elaboração do novo texto constitucional; elas representavam apenas 5% dos parlamentares eleitos, vinculadas a oito partidos diferentes e a maioria não tinha identificação prévia com as questões e pautas feministas (BIROLI, 2018).

Ainda assim, as parlamentares realizaram um trabalho conjunto na defesa da autonomia sexual e reprodutiva das mulheres, levantando questões sobre a saúde feminina, reivindicando um sistema de saúde integrado, com ações comunitárias de atenção às mulheres (BIROLI, 2018); as questões sobre a criação de creches, proibição de diferença salarial em razão do gênero, maior participação política e social das mulheres eram uníssonas, no entanto, a ação conjunta findava quando o tema era o aborto (BIROLI, 2018). Esta é uma temática que não encontrou uma agenda comum entre parlamentares até hoje.

Com a promulgação da Constituição Federal estava expresso que homens e mulheres eram iguais em direitos e obrigações, que as mulheres teriam garantias trabalhistas como a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário e que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal (casamento ou união estável) seriam exercidos igualmente pelo homem e pela mulher, desaparecendo a figura do chefe da sociedade conjugal (homem) estabelecido pelas constituições anterior e pelo Código Civil (1916), à época vigente.

Até a Constituição de 1988 as mulheres casadas eram consideradas relativamente incapazes, ou seja, era legítima a anulação dos atos civis praticados sem o consentimento

do marido, por ser ele o chefe da sociedade conjugal. Era necessário o consentimento expresso para que a mulher pudesse exercer alguma profissão, aceitar ou recusar herança, ou pleitear alguma demanda judicial. Após o casamento, até mesmo os bens particulares, obtidos anteriormente, passariam a ser administrados pelo marido. A Constituição de 1988 revogou essa distinção entre as mulheres solteiras e casadas, assegurando que mesmo após o casamento a mulher mantivesse a plena capacidade e autonomia dos atos da vida civil.

A nova Constituição ensejou mudanças na concepção de igualdade de gênero na sociedade brasileira, porém a desarticulação do CNDM impediu que as pautas feministas avançassem com o mesmo ímpeto. De acordo com Biroli (2018), em 1994 o Governo Fernando Henrique Cardoso sinalizou a reativação do CNDM, entretanto, sem um orçamento que permitissem a estruturação do conselho e com a nomeação de conselheiras que não tinham articulação com os movimentos feministas; restou frustrada a tentativa de reativação. Somente em 2003, com o Governo Lula, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, com status de ministério, foi criada estabelecendo diálogo com os movimentos feministas e intensificando a atuação em conferências internacionais (BIROLI, 2018).

Com o propósito de estimular a participação feminina nos pleitos eleitorais foi criada em 1997 a cota de gênero; para que os partidos possam concorrer nas eleições e receber o fundo partidário é necessário que tenha a composição mínima de 30% de um gênero (BRASIL, 1997). A lei ainda determinava que, entre os dias 1º de março e 30 de junho dos anos eleitorais, o Tribunal Superior Eleitoral – TSE, destinasse dez minutos para promover a propaganda institucional, em rádio e televisão, para incentivar a igualdade de gênero e a participação feminina na política. Nos anos 2013, 2015 e 2017 essa determinação sofreu diversas alterações, recebendo a redação final que entre 1º de abril e 30 de julho dos anos eleitorais, o TSE promoverá, em até cinco minutos diários, contínuos ou não, requisitados às emissoras de rádio e televisão, propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a participação feminina, dos jovens e da comunidade negra na política, e ainda esclarecer sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro. As pautas sobre a diversificação da inserção política foram agregadas e o tempo reduzido.

As cotas são usadas como ferramentas em áreas que não conseguem se autorregular, abrindo possibilidades e desintegrando espaços exclusivamente masculinos, que ainda prevalecem na política institucional; a ideia das cotas considerou as mudanças na compreensão sobre gênero em que a sociedade brasileira vivenciava e buscou a aceleração desse processo com a determinação da ampliação numérica das mulheres concorrendo às vagas para o cargo de parlamentar. As alterações legislativas sobre a capacidade dos atos civis das mulheres, da licença maternidade e dos direitos trabalhistas femininos e, principalmente, a recepção positiva que elas obtiveram, deram prova que as mudanças no

sistema normativo constituem um passo decisivo para a efetiva igualdade; passando do aspecto formal para o aspecto material.

Não se pode perder de vista, que o direito ao voto continua sendo do cidadão, que decide em quem votar, o que as cotas fazem é possibilitar dentro do quadro de escolhas um número maior de mulheres como opção de voto, afim de que o público votante se sinta representado através de uma candidata que partilhe a mesma perspectiva de sociedade, que entenda os percalços em decorrência do gênero e busque ideais políticos semelhantes.

A experiência brasileira de antes e depois das cotas de gênero foi analisada por Norris (2013); o Brasil e o México foram os dois países que tiveram a participação feminina reduzida após criação das cotas. A regra das cotas, nas eleições de 1998, vigoraram apenas para a Câmara de Deputados, não atingindo o Senado; somente em 2007 a Lei de Cotas foi incluída no Código Eleitoral.

Apesar do impacto da redução do número de mulheres representantes na Câmara de Deputados, a ideia das cotas não poderia retroceder, pois poderia gerar consequências piores para a democracia; a retirada precipitada de um instrumento estratégico (no campo hipotético, vez que isso não ocorreu) poderia significar tão somente o sentimento de frustração e não a análise apurada da dimensão social que ela atinge (BIROLI, 2018).

Como mencionado na seção anterior, os critérios internos da escolha partidária e o reticente conservadorismo no jogo político são barreiras que não se podem desconsiderar ao verificar os resultados iniciais das cotas. Os partidos políticos brasileiros deveriam se antecipar demonstrando o acompanhamento do debate sobre a redução da desigualdade de gênero na política e, à semelhança de alguns partidos na Europa, voluntariamente definir critérios internos de condição de paridade entre os gêneros, como instituições que se atualizam diante da contemporaneidade das questões. Entretanto, não foi o que se verificou. Os partidos políticos se articularam somente pela imposição da norma, sob a penalidade de terem o fundo partidário afetado e se utilizam de candidaturas fraudulentas para cumprir as cotas.

É oportuno mencionar que o Brasil é signatário da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, mais conhecida como Convenção de Belém do Pará, firmado em 1994 e ratificado no ordenamento jurídico em 1995. Como resultado dessa pactuação e após as mudanças no Código Civil em 2002, foi possível a aprovação da Lei nº11.340/2006, notoriamente conhecida como a Lei Maria da Penha. A referida lei se apresentou preliminarmente como um mecanismo normativo para coibir a violência doméstica, mas é possível ampliar este entendimento, pois tornou-se um marco sociopolítico no questionamento da forma tradicional de tratamento de gênero (BRASIL, 2006).

Severi (2016) compreende que a Lei Maria da Penha preconiza a proteção às mulheres de modo integral e traz uma série de desafios. Por meio da lei, faz-se necessário considerar o gênero em suas múltiplas determinações, reconhecendo que há desigualdades em função da classe, das origens étnico-raciais, bem como, das particularidades geracionais (SEVERI, 2016). A pertinência desta lei não se circunscreve apenas aos aspectos de segurança, mas inclusive ao modo como foi operacionalizada a tramitação; ela é uma expressão das lutas do campo feminista no legislativo brasileiro em efetivar direitos humanos às mulheres, seguindo o trajeto: visibilizar a questão e traçar meios para evitá-la e corrigi-la (BIROLI, 2018; SEVERI, 2018).

Com olhar adstrito aos primeiros artigos da Lei Maria da Penha vê-se as seguintes garantias: tratamento igualitário e cumprimentos dos direitos fundamentais para todas as mulheres independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião; e a garantia do exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Até então, a orientação sexual não era apresentada como questionamento inerente à proteção feminina e os direitos sociais citados passaram a levar em consideração a dimensão das relações individuais e coletivas, possibilitando a interpretação ampliada da previsão constitucional (BRASIL, 1988).

Em 2021, com a aprovação da Lei nº 14.192, foi estabelecido um conceito sobre a violência política de gênero, qual seja, toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher ou ainda qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais, em virtude do sexo (BRASIL, 2021). A Lei alterou o Código Eleitoral e a Lei dos Partidos Políticos e criou dois tipos penais: divulgar, na propaganda eleitoral ou durante período de campanha eleitoral, fatos que sabe inverídicos em relação a partidos ou a candidatas; e assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo.

A Lei 14.192/2021 foi uma resposta rápida e imediata a uma sucessão de ataques que as mulheres parlamentares, nas esferas municipais, estaduais e federal, estavam submetidas. Os constrangimentos e silenciamentos sofridos por mulheres nos espaços de poder foram notoriamente divulgados pelos meios de comunicação, em virtude dos registros por câmeras do circuito interno das casas legislativas ou pelas transmissões realizadas pela tv e rádio. O repúdio social causado pela conduta dos homens parlamentares e as sanções internas dos partidos políticos culminaram na aceleração desta pauta.

A divulgação de informações inverídicas e difamatórias sobre as candidatas nas campanhas municipais em 2020 causou impacto negativo sobre a imagem das mulheres

mesmo encerrado o período eleitoral; os esforços em combater as desinformações durante a campanha drenavam o vigor das candidatas e era visível o ataque específico às mulheres. Neste sentido, além de tentar controlar a divulgação das informações mentirosas, usadas de forma estratégica durante as campanhas eleitorais, a previsão normativa atribui a responsabilidade a quem quer que seja que divulgue o material lesivo retirando as penalidades da esfera eleitoral e atribuindo como competência penal. O ato deixou de ser tratado como uma tática de campanha e passou a ser considerado fato típico (crime) e punível.

Ainda que pareça ser um tema fugidio ao proposto como redução da assimetria na representação política, é preciso levar em conta que o direito das mulheres não está concentrado em um conjunto específico de normas, pelo contrário está disperso nos códigos e legislação extravagante. O ordenamento brasileiro é integrado e é necessário um diálogo das fontes para a eficácia da aplicabilidade (BENJAMIN; MARQUES, 2018). As normas pertencentes a ramos de direito distintas não se excluem, mas se complementam, pois o direito é uno e o seccionamento dos seus ramos é apenas para a facilitação didática.

Fazendo uma prospecção dos sentidos da palavra “diálogo”, usada pelo mestre de Heidelberg, encontramos três sentidos principais: plasticidade; influências e aproveitamento recíprocos; e harmonia. Plasticidade, pois diálogo é contra a rigidez do “monólogo”, é contra o discurso metodológico rígido tradicional (de um método superando outro, de uma lei revogando a outra, de uma fonte ou valor ser superior ao outro) [...] Diálogo é sinônimo de convivência ou aproveitamento (influências) recíprocas, que quebra o tom autoritário dos paradigmas tradicionais, como *lex specialis*, *lex generalis*, *lex superior*. No di-a-logos há convivência de paradigmas. Superam-se os muros e divisórias entre fontes, há porosidade e entrelaçamentos, influências recíprocas e convivência de valores e lógicas. Diálogo é harmonia; harmonia na pluralidade e fontes e na procura de restaurar sua coerência e seu uso sob os valores constitucionais e dos direitos fundamentais, superando a assistemática do uso das fontes (BENJAMIN; MARQUES, 2018, p. 27).

Ao falar em representação política e inserção das mulheres no campo político é preciso observar as previsões em todo o sistema normativo e buscar maneiras de harmonizá-las, com a acomodação adequada, não escamoteando. Não significa que a aplicabilidade tem sido ineficiente, tampouco que haja a consolidação plena das garantias, esse tem sido um campo em constante disputa. Considerando todo o aparato normativo constitucional e infraconstitucional brasileiro, percebe-se o esforço jurídico no aspecto formal de tratar a igualdade de gênero e nas previsões de materialidade. Porém, os entraves sociais, políticos, culturais e econômicos não permitem mudanças mais acentuadas. O acesso e exercício dos direitos individuais, sociais e políticos das mulheres foram alcançados após questionamentos e embates contra uma estrutura de dominação masculina

rígida e ainda estão sob constantes ataques e retrocessos que persistem na desvalorização e inferiorização das mulheres.

1.3.1 Representação política e gênero no Brasil: Poder Executivo e Legislativo

Entre 1988 a 2016 o Brasil foi governado por seis presidentes, cinco homens e uma mulher. A Constituição prevê no artigo 84 como prerrogativa exclusiva do presidente nomear a equipe ministerial que fará parte do seu governo; os critérios formais para o preenchimento dos Ministérios encontram-se no artigo 87, que menciona a nacionalidade, idade e a capacidade política: brasileiros, maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos (BRASIL, 1988). Alguns critérios não estão estabelecidos em lei, mas a tecnicidade do cargo demanda que para o preenchimento da vaga, minimamente, o ministro ou ministra conheça detalhadamente a pasta.

No transcorrer desses vinte e oito anos, a presença feminina na equipe ministerial, como Ministro de Estado, variou bastante. O Governo José Sarney (1985-1990) localiza-se historicamente no limiar do regime autoritário para o democrático. Após a promulgação da Constituição, governou um ano e quatro meses, encerrando o mandato como previsto em março de 1990. Apesar de ter sido resultado da indicação indireta como vice-presidente, e assumido a presidência em virtude da morte de Tancredo Neves, José Sarney não era oriundo dos quadros militares, era um civil nomeado presidente, com perspectivas de transição de modelo de governo desde o início do mandato. Observando a composição ministerial de Sarney, a presença feminina foi inexpressiva. Foram vinte e cinco ministérios com apenas uma mulher na pasta dos Transportes entre 1989 a 1990.

Nos anos seguintes, o Brasil experimentou um conturbado processo de adequação ao modelo democrático com crises políticas e econômicas, culminando no impeachment do presidente Fernando Collor em 1992. O Governo Fernando Collor (1990-1992), o Governo Itamar Franco (1992 – 1994) e os dois mandatos do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998 e 1999 – 2002) mantiveram um número ínfimo de ministras, comparada a quantidade média de ministérios, em torno de vinte e nove.

Os governos entre os anos 1990 a 2002 foram ideologicamente situados como de centro-direita (SINGER, 2021); a partir de 2003, deu-se início o Governo Luíz Inácio Lula da Silva (2003- 2010), exercido em dois mandatos, declaradamente situado como de centro-esquerda. Cabe aqui o destaque na mudança da composição ministerial; a presença feminina tornou-se maior e as pautas de gênero tornaram-se mais frequentes (BIROLI, 2018). O Governo Lula contou com vinte e quatro ministérios, mais quinze secretarias e órgãos com status de ministério.

O Governo Dilma Rousseff (2011 – 2016) inovou ao incluir o maior número de mulheres em ministérios no primeiro mandato, atingindo uma marca histórica de treze ministras nomeadas na composição inicial, dentre os trinta e oito ministros no total. O segundo mandato o número reduziu e ainda assim era bastante expressiva a quantidade de mulheres entre os trinta e dois ministérios.

A listagem das ministras e dos ministérios ocupados (Quadro 1) possibilita uma imediata visualização da quantidade discrepante de mulheres na posição ministerial em distintos períodos.

Quadro 1. Ministras e ministérios nos governos entre 1988 a 2016

Período	Ministra e Ministério
1989-1990	Dorothea Werneck (interina) – Trabalho
1990- 1992	Margarida Maia Procópio - Ação Social Zélia Cardoso de Mello - Fazenda e Planejamento
1992-1994	Leonor Franco – Bem- Estar Social Luiza Erundina (interina) - Secretaria de Administração Federal Margarida Coimbra - Transportes Yeda Crusius – Planejamento, Orçamento e Coordenação
1995-1998	Dorothea Werneck - Indústria, do Comércio e do Turismo
1999-2002	Cláudia Maria Costin - Estado de Administração e do Patrimônio
2003-2006	Benedita da Silva - Assistência e Promoção Social Dilma Rousseff - Minas e Energia e Casa Civil Emília Fernandes - Secretária Políticas para as Mulheres Marina Silva - Meio Ambiente Matilde Ribeiro - Políticas de Promoção da Igualdade Racial Nilcea Freire - Secretaria de Políticas para as Mulheres Sandra Starling (interina) – Trabalho
2007- 2010	Dilma Rousseff - Casa Civil Erenice Guerra - Casa Civil Izabella Teixeira - Meio Ambiente Márcia Gomes Lopes – Desenvolv. Social e Combate à Fome Marina Silva - Meio Ambiente Marta Suplicy - Turismo Nilcea Freire - Secretaria de Políticas para as Mulheres
2011-2014	Ana de Hollanda – Cultura Ana Wanzeler (interina) - Cultura Eleonora Menicucci - Secretaria Políticas para as Mulheres Gleisi Hoffmann - Casa Civil Helena Chagas - Secretaria de Comunicação Social Ideli Salvatti - Pesca Iriny Lopes - Secretaria de Políticas para as Mulheres Izabella Teixeira - Meio Ambiente Luiza Helena de Bairros – Secr. Promoção da Igualdade Racial Maria do Rosário - Secretaria de Direitos Humanos Marta Suplicy - Cultura Miriam Belchior - Planejamento Tereza Campello - Desenvolvimento Social
2015-2016	Eva Chiavon (interina) - Casa Civil Inês da Silva Magalhães – Cidades

	Izabella Teixeira - Meio Ambiente Kátia Abreu - Agricultura Maria Fernanda Ramos Coelho (interina) – Desenvol. Agrário Nilma Lino Gomes – Sec. Mulheres, da Igualdade Racial e dos D. Humanos Tereza Campello - Desenvolvimento Social
--	---

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados em BRASIL, 2016.

A presença e a ausência de mulheres na composição ministerial sintetizam como cada chefe do Poder Executivo entende a importância da pauta de igualdade de gênero na construção de um governo democrático. A variação numérica das mulheres nos ministérios é um dado que acresce ao debate sobre o enfrentamento da assimetria de gênero na política, vez que, é um cargo de deliberação e livre nomeação, ou seja, não há eleição; a presença de mulheres no Congresso Nacional (Câmara de Deputados e Senado), onde há uma disputa por cadeiras, depende do eleitorado, porém os ministérios são preenchidos segundo a discricionariedade dos presidentes. Atualmente, o Brasil ocupa a 154ª posição entre 191 nações citadas no mapa global de mulheres na política da ONU (ONU, 2020). O mapa apresenta a classificação dos países segundo o percentual de mulheres com cargos ministeriais; dos vinte e dois ministérios do atual governo, apenas duas mulheres exercem a função de Ministro de Estado.

Sobre a presença feminina no legislativo federal os números não apresentam uma equidade ou equilíbrio na representação política. Apesar de conter uma evolução numérica (Tabela 1), os dados sobre as mulheres eleitas para compor o Congresso Nacional apresentam uma sub-representação feminina. É importante destacar que até 1990 eram reservadas 503 vagas para deputados federais e a partir de 1994 o número de cadeiras foi ajustado para 513; sobre o Senado a renovação varia a cada eleição, podendo ser de um terço ou dois terços.

Tabela 1. Número de mulheres eleitas para o legislativo federal

Ano	Câmara de Deputados	Senado
1990	29 (6,0%)	2 (6,0%)
1994	32 (6,0%)	4 (7,0%)
1998	29 (5,7%)	2 (7,0%)
2002	42 (8,0%)	8 (15,0%)
2006	46 (9,0%)	4 (15,0%)
2010	45 (9,0%)	7 (13,0%)
2014	51 (9,9%)	5 (18,5%)

BRASIL, 2015, p.20.

A composição do Poder Legislativo Federal não representa a sociedade brasileira. As mulheres representam bem mais que 10% (Câmara de Deputados) ou 18% (Senado) da população. A política de presença significa a existência de uma representação de quem compõem a sociedade e as mulheres precisam ocupar espaços de poder para defender seus interesses específicos, por isso é necessário a presença das ideias e dos corpos femininos; o somatório, ideias pela igualdade de gênero e a presença feminina, configurando uma representação mais equitativa. As medidas administrativas perpassam pelas discussões das casas legislativas, e a baixa representatividade feminina influi em ordenamentos também assimétricos. A representatividade coletiva coerente influirá no desenvolvimento adequado do texto normativo.

Os valores e slogans feministas nunca foram tão vocalizados como nos últimos anos, entretanto aprofunda-se as contrarreações à participação feminina no ambiente político (BIROLI, 2018). Usam-se a tradição para justificar a marginalização das mulheres no poder decisório, atribuindo a elas o papel secundário de acompanhantes de seus maridos e companheiros, argumentando que elas são mais sensíveis, despreparadas e incompetentes para o exercício de funções de governo, e como o esteio da família, elas devem garantir o apoio nas decisões domésticas. Em 2022 são oitenta e oito anos da inserção do direito ao voto feminino na Constituição. Mulheres como Leolinda Daltro, Carlota Pereira de Queiroz, Antonieta de Barros e Eunice Michiles, pioneiras na luta por representatividade nos espaços de poder, provaram que o debate sobre a competência das mulheres na política não era argumento para detê-las; no entanto, quase um século depois ainda há quem queira diminuir o papel das mulheres na política brasileira e resigna-las à inferioridade (BIROLI, 2018) (PINHO, 2020)

Após pontuar, ainda que sucintamente, sobre o conceito, os limites e os enfrentamentos sobre gênero, o próximo capítulo versará sobre a importância do discurso como ferramenta política de apresentar, ou até mesmo criar, demandas e pautas nos espaços de poder.

2. DISCURSO PRESIDENCIAL, AGENDA E GÊNERO

O fenômeno político é complexo e tangencia elementos de distintas áreas. Ao se falar em política não há como dissociar, por exemplo, da investigação jurídica, social, comunicacional, são ordens diversas que se cruzam a todo instante. O discurso político encontra-se nessa dimensão porosa que atinge a esfera política e social, não apenas como um ato da linguagem, mas também como estratégia nos jogos de poder e objeto de análise para a compreensão das ideias políticas (JULLIARD, 1976) (WINOCK, 2003).

O discurso, que entrelaça os múltiplos fios de vida de homens e mulheres (ROSANVALLON, 2010) designa um campo de atuação política dotado de sentido. Ele está entre a estrutura e o acontecimento, é dotado de sentido histórico-social e produz uma interpretação da realidade. Analisar o discurso político permite perceber o deslocamento de posicionamentos e a formulação de estratégias sociais de poder.

Ele implica uma troca, onde a mensagem é emitida por um sujeito e outro a recebe, para que pense, diga ou faça sob a influência do que foi dito pelo emissor. Numa concepção simples, o discurso pode ser pensado como ato de linguagem de ação sobre o outro, o exercício de um poder, em que há a intenção de ação e se espera um efeito (CHARAUDEAU, 2006). Segundo van Dijk o “*discurso é definido na forma de um complexo de eventos comunicativos*” (2005, p.24).

Como acentua Charaudeau (2006) o poder político está diretamente atrelado as relações humanas, numa relação de legitimidade, autoridade e dominação. A relação estabelecida pela representação política faz com que determinados sujeitos tenha relevância discursiva em sociedade, pois ocupam lugares de autoridade que foram outorgados pela vontade geral.

O contexto e o controle das categorias comunicativa são variáveis avocadas nas investigações sobre o discurso por van Dijk (2005). Segundo o autor, o contexto é “*a estrutura mentalmente representada das propriedades da situação social que são relevantes para a produção e compreensão do discurso*” (VAN DIJK, 2005, p.24); o controle da ação comunicativa são as decisões tomadas para a realização do discurso.

Controlar o contexto implica controlar uma ou mais destas categorias, e.g., determinar a definição da situação comunicativa, decidir o tempo e espaço do evento comunicativo ou onde os participantes pode ou devem estar presentes, e em que papéis, ou decidir que conhecimento ou opiniões eles devem (não) ter e que tipo de ações sociais podem ou devem ser realizadas pelo discurso. (VAN DIJK, 2005, p.24)

Charaudeau (2006) apresenta dois tipos de atividade discursiva: a atividade voltada para as ideias, na postulação de ideologias, constituindo o político; e a atividade voltada

para os atores estabelecendo relações de força entre eles, constituindo a política. A riqueza de análise que os discursos oferecem possibilita atestar que no sistema político eles não são incrementais, mas são instrumentos úteis capazes de direcionar a administração pública.

Vários estudos têm se dedicado a compreender as ênfases, os alcances e os efeitos do discurso político em sociedade. No Reino Unido, os estudos sobre *The speech from the Throne*¹, observaram as ênfases e o que os direcionava (JENNINGS; BEVAN; JOHN, 2011 *apud* AGUIRRE, 2020); nos Estados Unidos, o discurso anual *State of the Nation*², em que o presidente informa a nação sobre as prioridades políticas para o resto da legislatura, também tem mobilizado pesquisadores (BAUMGARTNER; JONES; BONAFONT, 2020), verificando inclusive como os assuntos podem variar a partir de eventos específicos (JENNINGS ET AL., 2011 *apud* AGUIRRE, 2020) (BAUMGARTNER; JONES; WILKERSON, 2011 *apud* AGUIRRE, 2020). A investigação sobre os discursos constitui uma prática de explicação das relações sociais e políticas.

Essa estratégia passa a se tornar uma prática usual e relevante na ação dos presidentes americanos que estimula um conjunto de estudos sobre o tema e a formulação daquilo de Tulis e Muirhead, (2017) intitularam de *rhetorical presidency*. Esta seria uma tese que descreve um estilo de comunicação e somado a um estilo de governo; trata-se da construção narrativa e argumentativa, com mecanismos de alcance regional, nacional e internacional, fundamentada na arquitetura política (SILVA, 2018). Na experiência estadunidense, a tradição comunicativa de falar somente ao Congresso foi quebrada com o presidente Woodrow Wilson (1912-1921) (SILVA, 2018). Conforme Silva (2018), a comunicação presidencial sobre assuntos do cotidiano não era aceitável, visto como demagogo, a ponto de prejudicar a racionalidade do eleitorado; entretanto, com Woodrow Wilson e em seguida com o presidente Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), este tipo de comunicação ganhou estatuto moral, e o presidente e o povo passaram a comunicar mutuamente.

A função da comunicação presidencial se restringia a reiterar a Constituição e comentar os fundamentos para o enlevo da nação. Nenhum tipo de mensagem era direcionada ao povo ou tinha o povo como objeto. O essencial da comunicação presidencial se dirigia ao Congresso. O Congresso era entendido como a genuína representação do povo e da nação. (SILVA, 2018, p. 11)

O desenvolvimento da compreensão da *rhetorical presidency* resulta de três fatores: uma doutrina moderna de liderança, os meios de comunicação de massa modernos e a campanha presidencial moderna (CEASER; THUROW; TULIS; BESSETTE, 2019).

¹ Discurso do Trono (tradução)

² Estado da Nação (tradução)

Falar ao povo, assim, envolve muito mais do que o simples ato comunicacional, exige a capacidade de percepção do momento (*timing*), que precisa ser bem dominado e manejado quanto à forma e conteúdo; principalmente levando em conta o alcance e o enquadramento dos meios de comunicação e a rapidez com que a mensagem tem sido transmitida (SILVA, 2018). Portanto, os discursos e/ou falas públicas dos presidentes tornaram-se eventos sociais e políticos.

Today, a president has an assembly-line of speechwriters efficiently producing words that enable him to say something on every conceivable occasion. Unless a president is deliberately "hiding" in the White House, a week scarcely goes by without at least one major news story devoted to coverage of a radio or TV speech, an address to Congress, a speech to a convention, a press conference, a news release, or some other presidential utterance. But more important even than the quantity of popular rhetoric is the fact that presidential speech and action increasingly reflect the opinion that speaking is governing. Speeches are written to become the events to which people react no less than "real" events themselves. (CEASER; THURLOW; TULIS; BESSETTE, 2019, p. 159)

A inserção de temas no debate político-social e a construção da opinião pública está intrinsecamente ligada ao plano da comunicação, com estratégias mais eficazes e direcionadas ao público. Kernell (1997) explica uma dessas estratégias de formação da opinião pública, quando o emissor da mensagem (o presidente) vai ao público (*going public*) e se utiliza da prática discursiva para apresentar demandas governamentais à sociedade ou assuntos que precisam de engajamento.

Nos Estados Unidos e na Europa, estudos sobre a comunicação política são mais frequentes do que na América Latina. Isto porque, segundo Bevan e Palau (2020), os países latino-americanos nas últimas décadas viveram um importante processo de modernização e democratização (ou redemocratização), diferindo do tempo de governos democráticos europeus e estadunidenses. No Brasil, o processo de redemocratização no final da década de 1980, estabeleceu um novo marco sociológico, político e institucional, com desafios políticos, econômicos e sociais muito distintos do que se observa nos EUA e na Europa. O que torna a análise do discurso presidencial interessante sob diversos aspectos. Como nos demais países da América Latina, pós anos 80, o presidencialismo estabilizou-se e os meios de comunicação se modernizaram substancialmente. Outro fator relevante, é que a Ciência Política, consolidada como área de pesquisa no Brasil, é recente, o que demanda a necessidade do amadurecimento das linhas de investigação e produção científica.

Em um sistema de governo presidencialista, como é no Brasil, é inegável que a palavra do presidente assuma relevância dentre os demais, tendo em vista que se trata do encontro chefe do Poder Executivo e, ao mesmo tempo, o líder da nação no mesmo cargo político máximo. Entretanto, o presidente não é o único ator político na esfera de poder e não dispõe da capacidade de tomada de decisão irrestrita ou ilimitada, por isso cabe ao

ocupante desse cargo comunicar como os demais poderes a prioridade ou o conjunto de questões em que o governo concentrará a atenção. Por meio do discurso, o presidente faz entender a situação e o plano do governo, inserindo temáticas nas pautas sociais e institucionais.

Algumas pesquisas sobre o discurso têm sido realizadas sobre os presidentes Lula e Dilma, averiguando as estratégias na ação comunicativa. Sobre Lula, têm-se pesquisas que averigam o uso de metáforas nos discursos presidenciais (PALUMBO, 2014) e a identidade de homem político nos discursos nos anos de 1980 (nas mobilizações sindicais) e nos anos 2000 (após a eleição como presidente) (NUNES, 2006). Quanto à Dilma, têm-se pesquisas como Silva (2018) que investiga a *rethorical presidency* nas manifestações de junho de 2013; Câmara (2018) sobre os discursos pós impeachment; e Mesti e Baronas (2018) que analisam a construção da imagem feminina nos discursos das chefes do Poder Executivo na América do Sul. Destacamos os dois presidentes porque são os alvos desta investigação, embora também haja pesquisas sobre os discursos dos presidentes anteriores a Lula e posteriores a Dilma.

As menções feitas, ainda que brevemente, sobre o discurso na esfera do poder possibilitam vislumbrar o espectro de pesquisas que podem ser desencadeadas a partir da prática discursiva. Mais elementos serão discutidos na próxima seção abordando a agenda e a organização dos temas na pauta governamental.

2.1. Agenda: conceito e classificação

A análise dos meios de comunicação nas campanhas americanas e a influência que eles exercem sobre os eleitores tem sido objeto de pesquisa desde a década de 1970 (DE CASTRO, 2014); McCombs e Shaw (1972 *apud* OLIVEIRA; DINIZ, 2019) dedicaram seus esforços em compreender a influência dos meios de comunicação na formação do agendamento e opinião pública.

Foi a partir da compreensão de que os temas e as questões suscitados como interesse coletivo, apresentados pelos meios de comunicação, de maneira que despertasse na audiência a reação desejada para o desenvolvimento das ações planejadas, direcionando a opinião pública na valoração política, que foi pensada a teoria da *agenda-setting*. Contudo, a importância dos meios de comunicação para orientar sobre o que pensar tem sido discutida desde os anos 1920.

Lippmann (2008) no início do século XX, destacou o papel dos meios de comunicação para capturar a atenção dos cidadãos sobre temas considerados de interesse

coletivo. A todo instante a mente humana recepciona impressões, assuntos e imagens, algumas se apagam, outras são melhoradas e combinadas a outros elementos.

Quando os assuntos públicos são popularizados em discursos, manchetes, peças, filmes, cartuns, novelas, estátuas ou pinturas, sua transformação em interesse humano requer primeiro abstração de seu original, e então animação do que foi abstraído. Não podemos estar muito interessados, ou muito comovidos, por coisas que não vemos. (LIPPMANN, 2008, p. 150)

Os assuntos públicos podem ser maçantes, mas há quem os transforme em pertinentes, e fazem com que mais pessoas compartilhem as mesmas percepções. Esse processo de visualizar e transformar os assuntos constitui a seleção e filtragem, ditando o que é importante e precisa ser preservado. O processo de identificação (do tema com o público) pode ser quase infinitamente sutil e simbólico (LIPPMANN, 2008); entretanto, as ideias transmitidas passam a ser plenamente pessoais após este processo.

Segundo Lippmann (2008) o interesse por algum assunto é acionado por um gatilho, ativado por uma série de imagens ou palavras; gradualmente eles se acomodam e são embebidos por emoções. Diante disso, o tema é recepcionado. As questões e os assuntos precisam prender o interesse da audiência para que a ação seja recrutada e desenvolvida, mas ela é momentânea, rapidamente modifica-se.

A finalidade da comunicação dos atores políticos é agir sobre os receptores da mensagem, colocando uma agenda. A teoria da *agenda-setting* é o “*estudo da importância que determinados temas ou problemas assumem em um momento específico*” (BRASIL; CAPELLA, 2018, p. 124). Dearing e Rogers (1996 *apud* BRASIL; CAPELLA, 2018) identificaram três linhas de pesquisa nesse sentido: *media agenda-setting* (agenda midiática); *public agenda-setting* (agenda pública); e a *policy agenda-setting* (agenda das políticas públicas). Temas ou conjunto de questões que podem ser suscitados pela mídia, pelo interesse/opinião pública ou pela ação governamental, respectivamente.

Essas três áreas possuem relação teórica e metodológica, embora tenham foco analítico específico. Além disso, apesar de serem pensadas separadamente, elas não são isoladas; estão integradas e podem exercer influência, emergindo temas em uma, culminando na produção dos efeitos em outra. Cabe ainda destacar que as três linhas de análise, cujos atores são distintos, não determinam o que fazer e como agir de forma ilimitada, mas influenciam sobre o que pensar, estruturando preferências.

A *agenda-setting* pode ser estudada em diferentes áreas do conhecimento como Administração Pública, Ciência Política, Comunicação Social, Direito e Marketing. Foram desenvolvidas análises relacionadas a *media agenda-setting* e a *public agenda-setting* na Comunicação, mais especificamente na Comunicação Política; e na Ciência Política a *policy*

agenda-setting, concentrando nessas duas áreas as pesquisas sobre o agendamento (BRASIL; CAPELLA, 2015).

Como esta análise se circunscreve a esfera política, mais especificamente aos discursos dos presidentes Luíz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, em identificar como ambos se posicionaram publicamente sobre o tema gênero, reporta-se à linha de pesquisa *policy agenda-setting* (agenda de governo), excluindo-se as demais. As duas outras linhas de pesquisa são instigantes e em tempo oportuno poderão ser melhor exploradas. Atendo ao objetivo deste trabalho, busca-se compreender se dois presidentes, oriundos do mesmo partido, com gêneros distintos, deram a mesma ênfase ao tema *gênero*. Não se trata de investigar a capacidade de agendamento, mas de identificar a agenda conformada pelos discursos de dois presidentes sobre o tema gênero e como esta ênfase pode indicar características particulares nas ação comunicativa discursiva de cada um dos atores investigados.

Howlett (2000) chama a atenção para alguns trabalhos elaborados entre os anos 1950 e 1960 que desacreditavam que havia uma complexidade na relação da opinião pública e a formação das ações do governo. Os trabalhos dos cientistas políticos citados por Howlett (2000), afirmavam que trata-se de uma relação linear, simples e direta, visto que, dado o caráter democrático dos governos, que é constituído pela vontade do povo, seria uma consequência simples. No entanto, a representação e a vontade popular nos governos democráticos são complexas, tendo em mente que são complexos os atores, as ideias, as instituições e os interesses que se combinam.

A influência de motivos e interesses podem delinear a vontade do povo, modelando-a ou criando-a; esta resultaria em um mosaico, composto e organizado segundo a interação de múltiplos consensos. Essa composição de vontade não pode ser traduzida como manipulação política-institucional exclusiva, pois existem diversos atores agindo, inclusive no mesmo espaço, sob divergência de interesses; reforça-se, ela é complexa e composta de múltiplos diálogos.

O termo *policy agenda-setting* foi utilizado pela primeira vez em 1971 com o trabalho de Cobb e Elder (1971 *apud* BRASIL; CAPELLA, 2018); compreendendo na análise de temas que o governo, pessoas ou grupos ligados a eles, se concentram em determinando momento. Os autores investigaram como a agenda pública seria definida, quais temas seriam considerados, quem participa e como participa. A partir deste estudo alguns fatores foram compreendidos como primordiais nas análises da agenda de governo.

A *policy agenda-setting* está inserida em um ambiente competitivo em que os tomadores de decisão precisam estabelecer a ordem em que os temas surgem. Entretanto, algumas pautas não podem depender da hierarquização temática e do tempo oportuno para inserção, elas existem e há protocolos normativos que precisam ser observados. Por isso, a

policy agenda-setting possui outros dois níveis: a agenda institucional e a agenda sistêmica. (BRASIL; CAPELLA, 2018).

Apesar da composição da agenda institucional variar periodicamente, existiriam tendências identificáveis e constantes que limitariam e dominariam as questões, como velhos itens anteriores na agenda e não resolvidos ou a serem alterados em alguns períodos, como saúde, legislação da seguridade social etc. e, desta forma, haveriam poucos itens novos. E diferente da agenda sistêmica, como lembram novamente Meny e Thoenig (1992 *apud* SOUZA, 2006), a agenda institucional estaria vinculada aos problemas que dependeriam funcionalmente do consenso ou da competência da autoridade pública, como seria o caso da constituição de um Estado ou os estatutos de uma entidade local. Ainda sobre a agenda institucional, Cobb e Elder (1971 *apud* SOUZA, 2006) referem-se ao Congresso e ao Presidente como partes ativas na construção e assuntos deste tipo de agenda, pois teriam visibilidade na mídia para promover as questões. Os líderes políticos controlariam diretamente os itens da agenda e escolheriam os respectivos itens para a sua atuação. Já os partidos políticos, jogariam importante papel em transportar questões ligadas aos itens da agenda. E a mídia, por sua vez, elevaria as questões e faria crescer a chance de receber consideração na agenda institucional. Finalmente, para que uma questão tivesse o *status de agenda* seria necessário levar em conta a mobilização de tendências e influências e passar pelos decisores-chave ou os últimos *guardiões da agenda*. (SOUZA, 2006, p. 80)

A agenda institucional são os temas da administração pública, do Estado. A agenda sistêmica são os assuntos, as questões e as preocupações de uma determinada sociedade que emergem dos grupos (interno ou externo ao governo) e vão demandar uma ação concreta, normalmente interessam a opinião pública e podem ser transformados em política pública. Como o ambiente político não é compartimentado e seccionado rigorosamente, estas agendas são porosas e é possível a movimentação da agenda sistêmica em agenda institucional.

Cobb e Elder (1971 *apud* BRASIL; CAPELLA, 2018) definiram três aspectos desta movimentação. Quando os assuntos que poderão ser inseridos na agenda sistêmica surgem de grupos externos ao espaço político e buscam dos tomadores de decisão a atenção e o apoio tem-se o *outside initiative model*, o intuito é transformar o tema em debate público e inseri-lo na agenda institucional. O segundo aspecto pensado da movimentação é o sentido oposto, os governantes procuram mobilizar a opinião pública na recepção e apoio do tema, é a *mobilization model*; a ideia é obter a adesão sobre o tema, afim de aumentar as chances de êxito nas discussões. E por fim, *inside initiation model*, assuntos que emergem do governo, mas a opinião pública é excluída e não há esforço para a inserção.

A *policy agenda-setting* também foi pensada como sendo constituída pela agenda governamental, a agenda sistêmica e a agenda decisória (KINGDON, 2003 *apud* BRASIL; CAPELLA, 2018).

Quanto aos tipos de agenda, haveria a governamental, a sistêmica e de decisão. No caso da agenda governamental ou formal, ela seria a lista de assuntos que preocupariam o governo e receberiam grande atenção dos funcionários. As propostas tornar-se-iam rapidamente elevadas nesta agenda, porque poderiam ser encaradas como solução para problemas que estão pressionando. O segundo tipo de agenda, ou agenda sistêmica e fora do governo, consistiria na lista de assuntos que há algum tempo preocuparia o país em termos gerais, mas não especificamente o governo. Poderia haver a transferência dos itens da agenda governamental para a agenda sistêmica, e isto poderia derivar da mobilização de público relevante por líderes, difusão de ideias em círculos profissionais e entre as chamadas elites políticas (particularmente a burocracia), mudança no controle partidário, rodízio de partidos por causa das eleições etc. Ao criticar Cobb e Elder (1971 *apud* SOUZA, 2006), o autor diz que não necessariamente os itens da agenda sistêmica seriam transferidos para a agenda governamental. Geralmente, a direção seria contrária ou, falando em linguagem liberal, do governo para a sociedade, já que, segundo o mesmo Kingdon (1995 *apud* SOUZA, 2006), o Estado, com sua autonomia, poderia, inclusive, criar sua própria agenda. Já a agenda de decisão, seria a lista de assuntos na agenda governamental e objeto de decisão. Incluiria só os assuntos que estariam movendo-se na direção de uma decisão da autoridade, como num decreto legislativo e ação presidencial. (SOUZA, 2006, p. 84)

Falando um pouco mais sobre a formação da agenda decisória, ela seria definida por três variáveis ou três fluxos: o contexto político, o problema e a solução (KINGDON, 2003 *apud* ANDRADE; BRASIL; CAPELLA, 2022). A convergência destes três fluxos indicaria a prioridade de ação. Não é uma mera soma de fatores e elementos, é um ajuste complexo que adequa tempo, atenção, urgência ou conveniência.

O modo de montagem da agenda, ou por assim dizer, a reunião de oportunidades, problemas e soluções levou John Kingdon a desenvolver um arcabouço analítico, identificando três conjuntos de variáveis que se interagem: os fluxos de problemas, as políticas públicas e a política. (...) Kingdon também considerou um fator relevante, que é a previsibilidade. Em que pese a aparente aleatoriedade conclui que algum grau de imprevisibilidade sempre continua a existir, ainda que exista algum grau de padrão. (IOKEN, 2018, p 134)

Para ingressar na agenda alguns temas encontram resistências, pensando em como rompê-las, Baumgartner e Jones (1993 *apud* BRASIL; CAPELLA, 2018) perceberam que a mudança da imagem ou alocação da atenção governamental específica, com o acompanhamento e mapeamento de prioridade, surtiam os efeitos esperados. Isto significa que até mesmo as pautas mais difíceis no sistema político poderiam encontrar uma conjuntura favorável para serem inseridas na *policy agenda-setting*.

O que Baumgartner e Jones (1993 *apud* ANDRADE; BRASIL; CAPELLA, 2022) propõem, a partir da teoria da agenda-setting, é a teoria do equilíbrio pontuado, vez que, as pautas governamentais podem ser pensadas estrategicamente com mudanças abruptas após um período de estabilidade da agenda com mudanças pontuais. Inicialmente, a teoria

foi esboçada para analisar a agenda de governo americana, no entanto, os autores identificaram aspectos gerais da aplicação da teoria do equilíbrio pontuado (*general punctuation thesis*), o que tem possibilitado o desenvolvimento de pesquisas histórico-comparada entre agendas governamentais em diferentes países (JONES; BAUMGARTNER, 2005 *apud* ANDRADE; BRASIL; CAPELLA, 2022).

Frank Baumgartner e Bryan Jones se tornaram referências nos estudos da montagem da agenda, avançando, em certa medida, em relação à análise apresentada por Kingdon. Para eles, a questão central decorre da habilidade em controlar a interpretação dos problemas e, assim, como eles são concebidos e discutidos. Justificam a imagem dos problemas políticos como a variável significativa para a montagem da agenda. (IOKEN, 2018, p 135)

A maneira como os pesquisadores classificam a *policy agenda-setting* pode apresentar similitudes ou divergências, ademais, uma teoria tão dinâmica quanto da *agenda-setting* pode ensejar o surgimento de outras linhas de pesquisa, subgrupos categóricos e elementos de análise. O que se ressalta nessa descrição é a incontestável existência e influência da agenda de governo na composição do interesse, opinião e vontade popular, além do agendamento das pautas entre os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

2.2. O discurso presidencial e as ênfases na agenda

As pesquisas de Brasil e Capella (2015; 2018), Oliveira e Diniz (2019), Diniz, Casalecchi e Oliveira (2020), assim como Andrade, Brasil e Capella (2022) se dedicaram a investigar a agenda sociopolítica brasileira. As análises já realizadas objetivaram identificar a atenção dos atores, caracterizar agendas e apontar continuidade e descontinuidades na atenção dos governos.

No presidencialismo brasileiro, peculiar pelo modo de funcionamento e operação formando coalizões (LIMONGI, 2006), o discurso presidencial é uma forma de comunicar com a base de apoio (buscando maneiras para a inserção das pautas), como também, aos opositores (que podem articular entraves para deslegitimar os temas).

Começando pelos participantes, existiriam os de dentro e aqueles fora do governo e os participantes visíveis e os não visíveis. Iniciando pelos participantes internos ao governo, inclui a administração (Presidente do país, o staff presidencial e os nomeados políticos), os servidores civis (funcionários de carreira) e o Congresso. Sobre a administração, destaca a figura do próprio Presidente e é lembrado que ele tem lugar proeminente na definição da agenda, especialmente em função das suas condições:

recursos institucionais como o veto; recursos organizacionais por ter suas decisões mais unitárias que o Congresso; comando da atenção pública e, assim, pressionando para que sua agenda seja adotada; prerrogativa para nomear pessoas responsáveis por sua concepção de agenda; colocação de sua agenda para os subordinados e definindo quais os assuntos que deveriam merecer a atenção (SOUZA, 2006, p. 81, 82)

As análises de Oliveira e Diniz (2019) e Diniz, Casalecchi e Oliveira (2020) levam em consideração as coalizões na formação da agenda de governo, averiguando se mudanças nas alianças de governo seriam acompanhadas por alterações na agenda. A ação dos demais atores e as divergências de interesses políticos podem ensejar mudanças nas agendas governamentais.

Os mandatos presidenciais são de quatro anos (tempo limitado) e há uma infinidade de demandas para serem tratadas, somados a isso, tem-se que a atenção pública dissipa-se rapidamente e o excesso de pautas que podem drenar o engajamento, ou seja, a limitação temporal, a incapacidade de solucionar todos os assuntos e a impossibilidade do público em acompanhar múltiplas pautas por muito tempo fazem com que seja necessário estabelecer uma dinâmica na seleção das prioridades.

Os governos procuram estabelecer em sua gestão características condizentes com as propostas partidárias e com as convicções políticas que o conduziram até o cargo que ocupam, buscando deixar um legado específico. Concluídos os mandatos e analisando as agendas, discursivas ou de políticas públicas, é possível estabelecer uma comparação ao que fora proposto e as ações alcançadas; a comparação permite o contraste e possibilita perceber a especificidade de cada governo.

Um importante protocolo político que permite perceber a agenda de governo são as mensagens dos presidentes ao Congresso. O Poder Executivo comunica ao Poder Legislativo a situação do país e quais as diretrizes precisam ser tomadas para que os objetivos e metas de governo sejam atingidos. Trata-se de uma comunicação clara, direta, concisa e institucional do que se busca fazer quanto à formulação de normas, políticas e programas públicos. A rigor, trata-se de uma prerrogativa constitucional, apresentada no artigo 84 (BRASIL, 1988), função atribuída privativamente ao Presidente da República, que precisa remeter mensagem e plano de governo ao Congresso, noticiando a situação em que se encontra o país (de ordem econômico-financeira, social, política e institucional) e solicitando ações, que julgar necessárias, na condução da nação. Trata-se de uma tradição que ocorre desde o primeiro presidente da República, ou seja, mais de um século, fazendo com que o Executivo comunique ao Legislativo quais são as pautas e os temas que precisam ser tratados com prioridade (BRASIL, 1891). Desde Marechal Deodoro da Fonseca até o atual presidente, Jair Bolsonaro, o protocolo é cumprido; o foco da

mensagem está em apresentar o plano de atuação do governo em vigência aos legisladores.

O texto constitucional menciona a necessidade da elaboração do texto, enquanto que a tradição acrescenta que o ministro chefe da Casa Civil será o responsável pelo encaminhamento da mensagem. Em 2003, o presidente Luíz Inácio Lula da Silva, pessoalmente cumpriu o protocolo de entrega; em 2011 e 2015, a presidenta Dilma Rousseff, no início dos mandatos, também entregou pessoalmente as mensagens ao Congresso.

As anuais mensagens do presidente ao Legislativo não constituem uma ação adstrita ao Brasil. Em outros países, como Estados Unidos e Inglaterra, dada a abertura das atividades legislativas, o chefe do Poder Executivo encaminha ou pessoalmente apresenta as pautas que precisam ser discutidas em caráter de urgência ou como prioridade e o plano de governo. Um rito de comunicação entre os poderes que sinaliza a necessidade de ajustes entre as pautas de trabalho dos mesmos, como também, pode indicar e iniciar embates e disputas de apoio nos jogos de poder.

Até o momento, as pesquisas realizadas sobre o agenda-setting no Brasil mostraram como os presidentes utilizaram os meios de comunicação, as mensagens ao Congresso e os discursos de posse para comunicar ao eleitorado e a base governistas os assuntos que buscavam inserir no debate público e mobilizar a adesão popular (OLIVEIRA; DINIZ, 2019), (ANDRADE; BRASIL; CAPELLA, 2022). As investigações centraram nas pautas de governo e não nos corpos no exercício da função de poder para a formação de uma agenda; talvez essa ausência seja justificada por ter apenas uma mulher, na história do país, a ocupar o cargo de chefe do Poder Executivo, no entanto, este fato é relevante para estabelecer uma proposta comparativa.

As investigações citadas tanto no âmbito do discurso, quanto na ênfase, enquadramento e abordagem da agenda presidencial têm constituído um importante passo na compreensão da política brasileira. A presente análise compreende a gama de pesquisas que podem ser desenvolvidas a partir da agenda-setting e o discurso presidencial. Como já citado no capítulo anterior, a política da presença (PHILLIPS, 2001) tem sido o escopo teórico em que ancora-se esta investigação; por isso, ao observar o gênero dos atores políticos e o que eles dizem sobre o tema (gênero) busca-se compreender os alcances da política de presença e comparar agendas de governo sob a perspectiva dos corpos e não apenas das pautas. Não se conhece, até o momento, pesquisas feitas sobre o discurso presidencial no Brasil, considerando o gênero dos emissores. Neste sentido, diante deste *gap* vislumbra-se acrescentar e contribuir com o debate sobre agenda discursiva no Brasil.

3. MATERIAL, MÉTODO E ANÁLISE DOS DADOS

As palavras têm história, e ditas dentro do jogo político, cada uma delas repercutirá na formação do alinhamento ou desalinhamento com os demais atores. Os discursos reafirmam as ideias políticas que reverberam no trabalho de reflexão da sociedade (ROSANVALLON, 2010). Diante disso, interessa compreender o que é dito na esfera política e quem o faz. Neste trabalho, buscou-se compreender sobre dois presidentes eleitos pelo mesmo partido, distintos pelo gênero, se eles deram a mesma ênfase sobre o tema *gênero* nos discursos. Ou ainda, se a presença dos corpos (PHILLIPS, 2001) influenciou na agenda presente nos discursos dos presidentes.

A pesquisa utilizou a análise de conteúdo como técnica de investigação (BARDIN, 2002). A análise de conteúdo quantitativa é utilizada em pesquisas das Ciências Políticas, Sociologia, Psicologia e Direito, entre outras áreas que lidam com material comunicacional, e tem múltipla aplicabilidade. Segundo Bardin (2002), o analista é como um arqueólogo, buscando por meio de vestígios (documentos) a manifestação do fenômeno, pois o dito e escrito oportunizam a investigação e análise.

Documentos e objectivos dos investigadores, podendo ser bastante diferentes os procedimentos de análise, sê-lo-ão, obrigatoriamente, conforme se trate de: Pôr em evidência a de uma entrevista não directiva; - Desmascarar a axiologia subjacente aos manuais escolares; [...] Medir a implicação do político nos seus discursos; [...] Compreender os estereótipos do papel da mulher, no enredo fotonovelístico; - Provar que os objectos da nossa vida quotidiana funcionam como uma linguagem; que o vestuário é mensagem, que o nosso apartamento “fala”, etc. (BARDIN, 2002, p. 31, 32)

A análise de conteúdo é feita por etapas; a primeira que abrange uma pré-análise com leitura e organização do material; a segunda, é a codificação das fontes, a terceira trata da classificação e por último a discussão dos resultados, interpretando o que foi obtido (BARDIN, 2002). Acrescente-se ainda o seguinte conceito de análise de conteúdo:

El análisis de contenido es una técnica de investigación destinada a formular, a partir de ciertos datos, inferencias reproducibles y válidas que puedan aplicarse a su contexto. Como técnica de investigación, el análisis de contenido comprende procedimientos especiales para el procesamiento de datos científicos. (KRIPPENDORFF, 1997, p.28)

O conteúdo das mensagens foi verificado a partir da lexicometria, ou seja, a análise com o foco na palavra, no léxico. Este serviu então de unidade do registro e a unidade do contexto. As mensagens dos presidentes ao Congresso documentam o plano de governo, anualmente. Apesar das mensagens serem forjadas pela linguagem técnica e formal, é inegável que os contornos verbais do pensamento dos presidentes são materializados nos

anseios, metas e diretrizes; estas fazem parte do processo comunicativo escrito, cuja opinião e vontade serão expressas.

A relevância e os efeitos da condução da mensagem (seja pessoal ou encaminhada por ministros) não há como traduzir textualmente, mas estão registrados e pontuados; a comunicação não-escrita também é capaz de apresentar o significado político-institucional. Ao apresentar pessoalmente a mensagem na abertura das atividades legislativas, uma vez que essa não é a regra, o presidente/ presidenta pode indicar que acompanha de perto as ações do Legislativo, que não busca intermediários, mas busca ser mediador dos interesses da nação, que quer celeridade na apreciação, que procura estabelecer uma relação de respeitabilidade e que tem deferência com a Casa.

A opinião transmuta-se em vontade, e posteriormente, no discurso formalizado; o transitar desses conceitos auxilia o entendimento da relevância das mensagens ao Congresso remetidas do Executivo ao Legislativo. Ao selecionar e encaminhar ao Congresso pautas para que sejam legisladas, o presidente estabelece uma agenda do governo.

A escolha dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff se justifica por ser esta a primeira e única mulher, até então, eleita para o cargo de chefe do Poder Executivo sucedendo por eleições democráticas aquele, que também é integrante do mesmo partido. Ao compará-la com seu antecessor busca-se um equilíbrio no exercício da comparação pelo viés partidário, pela sucessão por um processo eleitoral democrático e pelo lapso temporal sequencial.

É possível indicar elementos históricos relevantes entre estes dois governos: a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que ocorreu no Governo Lula; e o Governo Dilma que inovou ao incluir o maior número de mulheres em ministérios no primeiro mandato, atingindo uma marca histórica de treze ministras nomeadas na composição inicial. Em ambos foram implementadas políticas públicas e programas que atenderam à política de gênero³. Apesar da menção dessas informações, o foco de análise será o discurso presidencial na forma das mensagens ao Congresso.

³ Os programas *Bolsa Família* e *Minha Casa Minha Vida*, ampliado e implantado, respectivamente, no Governo Lula, tinham como público alvo a família, entretanto, as mulheres eram priorizadas no atendimento e titularidade destes benefícios (RIBEIRO; BÁDUE, 2018); são programas que complexificam as relações domésticas, atravessam as relações entre Estado, família e gênero, modelando relações e empoderando mulheres que não dispunham de nenhum recurso financeiro ou patrimonial. Embora não sejam programas de atendimento exclusivo às mulheres, nos dois casos ocorre a transversalidade do gênero. Com o recurso financeiro e a aquisição patrimonial, as mulheres passaram a ser inseridas nas relações de consumo, ao tempo em que, sobre elas incidiu a exigência da prestação de contas, a responsabilidade financeira da casa e o endividamento. Criado em 2013, o programa *Mulher, Viver sem Violência* tem como objetivo integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira (MARQUES; SILVA, 2017).

Selecionadas as mensagens, por meio da lexicometria e com o uso do software IRAMUTEQ foram analisados os termos e a frequência dos mesmos na composição dos discursos. Os termos foram agrupados de acordo com o campo temático em que eles orbitavam; não por uma organização do codificador e/ou do pesquisador, mas por meio de testes estatísticos e da programação automatizada do software. O IRAMUTEQ permite a identificação do léxico de um determinado corpus, bem como a hierarquização das palavras, ocorrências, relações e relevância.

A versão utilizada do software IRAMUTEQ é a 0.7 Alpha 2, para a qual as opções de entrada de dados foram mantidas de acordo com o padrão do software. Foram oito mensagens elaboradas por Lula e seis elaboradas por Dilma, num total de 14 mensagens, separadas por presidente em dois respectivos arquivos de texto (.txt). O *corpus foi elaborado considerando as seguintes variáveis: número de entrada (n = 1 a 14); presidente: 1 para Lula; 2 para Dilma; e ano da mensagem (2003 a 2016)*. A escrita das variáveis seguiu as recomendações de default do software e os textos foram coletados diretamente na biblioteca virtual da Presidência da República⁴ de acesso público e irrestrito.

Apesar de serem disponibilizados no formato PDF (Portable Document Format) os arquivos correspondentes aos anos de 2004 (parte dele), 2009 (arquivo completo) e 2010 (parte dele) estavam no formato de imagens. Diante disso, foi necessário realizar a conversão do arquivo de imagem para texto, a fim de que fosse possível submetê-lo ao software de análise textual, vez que o IRAMUTEQ não analisa imagens.

As mensagens apresentadas por Lula possuíram em média 287 (duzentos e oitenta e sete) páginas, enquanto que as mensagens de Dilma possuíram em média 453 (quatrocentas e cinquenta e três) páginas. Não foram considerados os gráficos, as tabelas e os anexos dado que muitos eram imagens e suas informações estavam analisadas e interpretadas ao longo do texto. Assim, não se perdeu a informação técnica contida neles. Além disso, os anexos trataram-se de um detalhamento dos textos de lei utilizados para elaborar as mensagens e o esclarecimento de termos técnicos e de conceitos que fundamentaram as propostas, o que, nesse momento não é necessariamente foco da pesquisa.⁵

Como a pesquisa buscava identificar o tema *gênero*, referindo-se ao enfrentamento da desigualdade entre homens e mulheres, as palavras que estão no espectro da temática

⁴ A biblioteca virtual pode ser acessada através do site: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>

⁵ Outro tratamento importante no corpus foi a retirada dos símbolos de comando O símbolo “%” foi substituído pelo termo *porcento*, assim como os pronomes reflexivos foram adequados do seguinte modo: “ressalte-se” (duas palavras) substituído por “ressalte_se” (uma palavra). Destaca-se também que, para garantir a identificação de programas ou objetos descritos por meio de uma palavras ou por substantivos compostos, uniformizamos com o símbolo *underline* essas menções. Assim, as seguintes palavras ajustadas ao IRAMUTEQ: *pré_sal*, *bolsa_família*, *consulta_pública*, *desenvolvimento_social*, *exploração_sexual*, *agricultoras_familiares*, *agricultores_familiares* e *agricultura_familiar*. Estes, no nosso entendimento, são termos que representam uma unidade textual.

foram consideradas: gênero, mulher, mulheres, feminino, feminina. Atentando também para palavras que sofrem variações quanto ao gênero, como agricultoras e universitárias.

3.1. Análise das mensagens

Submetidos à análise, o software apresentou os gráficos que sintetizam a regularidade de disposição dos termos, o que assegurou a viabilidade da pesquisa (Figura 1 e 2). Os dois gráficos, o diagrama de Zipf, mostram o comportamento das frequências das palavras no *corpus*. No gráfico o eixo Y representa o logaritmo das frequências, ou seja, quantas vezes uma forma ou uma palavra está presente no *corpus*, enquanto o eixo X representa a quantidade de palavras que apresentaram essa frequência. Na disposição do diagrama demonstram que muitas palavras se repetem pouco, ou seja, há uma grande quantidade de palavras com poucas repetições ou baixa frequência. Importante destacar ainda que, um gráfico que concentra muitas palavras do corpus em altíssimas ou baixíssimas frequências (nos extremos da reta) indicaria um corpus repleto de palavras estilísticas e/ou de pouca relevância para o texto. Um corpus com uma quantidade de palavras significativas ou ativas – ou seja, elas que carregam a estrutura de significados – tem uma maior concentração de dados na região do meio da reta, como nos gráficos abaixo.

Figura 1. Diagrama de ZPf – Corpus das mensagens - Lula

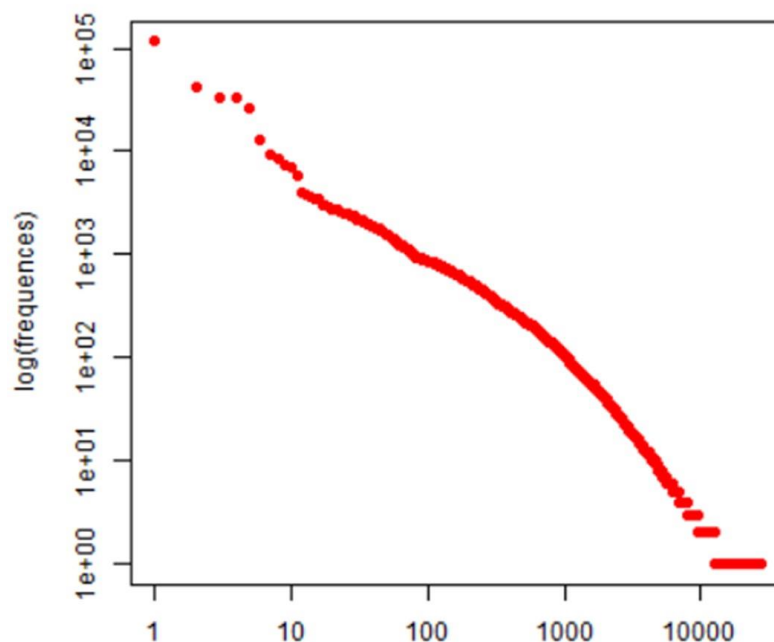
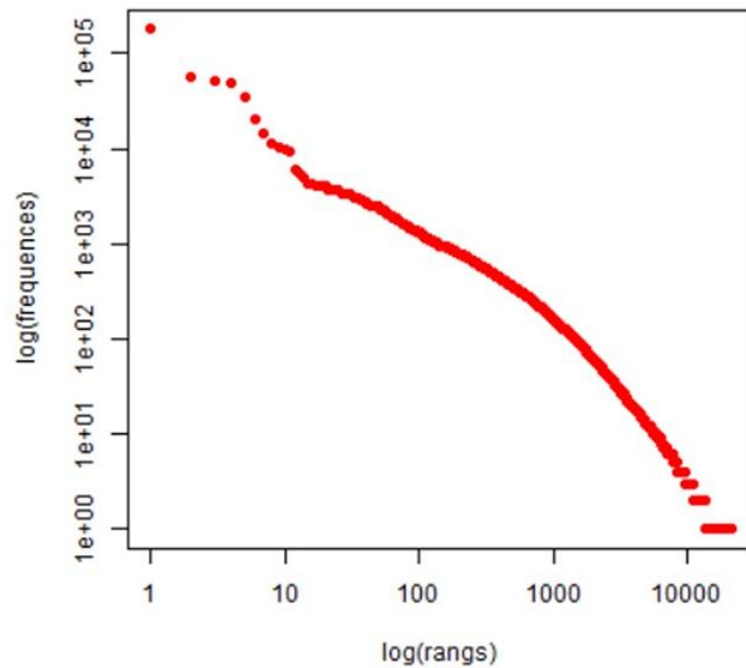


Figura 2. Diagrama de ZPf – Corpus das mensagens - Dilma



Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Após a validação do corpus para análise, os primeiros resultados mostram a estatística descritiva do corpus, com as formas ativas mais frequentes. Nos Quadros 2 e 3 têm-se os cinquenta termos⁶ mais usados nos discursos de Lula e Dilma, respectivamente. A escolha das cinquenta palavras ativas, de acordo com a frequência, ajuda a compreender também o funcionamento do software. Embora sejam os termos mais frequentes, não necessariamente, eles representam relação e relevância na composição da mensagem.

Quadro 2. Frequência das palavras ativas das mensagens ao Congresso – Lula⁷

nº	Palavra	eff	nº	Palavra	Eff	nº	Palavra	eff
1	ao	4057	18	projeto	2071	35	educação	1151
2	se	3723	19	país	1944	36	internacional	1137
3	nacional	3679	20	sistema	1873	37	produção	1133
4	programa	3456	21	estar	1831	38	plano	1112
5	ação	3059	22	recurso	1774	39	realizar	1094
6	público	2977	23	federal	1735	40	político	1053

⁶ O corpus das mensagens de Lula constituiu 24.170 segmentos de texto, com 37.117 formas; o número de ocorrências foram 858.098, número de lemas 27.381, 25.928 formas ativas. Sobre o corpus das mensagens de Dilma foram 35.543 segmentos de texto, com 31.140 formas; o número de ocorrências foram 1.265.858, número de lemas 20.982, 19.487 formas ativas.

⁷ Os termos considerados ativos compreendem substantivos, advérbios, adjetivos, pronomes, verbos e termos não referenciados, como “r”, sendo desconsiderados numerais, preposições, artigos, interjeições e conjunções.

7	como	2928	24	área	1713	41	gestão	1042
8	governo	2696	25	meio	1701	42	família	1037
9	r	2569	26	também	1586	43	região	1028
10	desenvolvimento	2551	27	serviço	1504	44	ainda	979
11	mais	2459	28	município	1400	45	empresa	966
12	social	2439	29	setor	1350	46	até	934
13	ano	2371	30	política	1281	47	relação	924
14	brasileiro	2213	31	investimento	1216	48	apoio	923
15	porcento	2183	32	além	1188	49	não	921
16	brasil	2174	33	processo	1170	50	cercar	909
17	novo	2084	34	saúde	1165			

Fonte: Elaboração própria a partir do dados obtidos pelo IRAMUTEQ

Quadro 3. Frequência das palavras ativas das mensagens ao Congresso - Dilma⁸

nº	Palavra	eff	nº	Palavra	Eff	nº	Palavra	Eff
1	ao	6101	18	desenvolvimento	2873	35	internacional	1843
2	nacional	5548	19	país	2858	36	gestão	1779
3	programa	4890	20	estar	2771	37	ainda	1678
4	público	4365	21	serviço	2505	38	âmbito	1677
5	ação	4209	22	realizar	2490	39	educação	1667
6	r	4124	23	meio	2473	40	setor	1646
7	como	4050	24	social	2467	41	até	1623
8	se	4036	25	governo	2438	42	prever	1611
9	porcento	3998	26	área	2423	43	informação	1596
10	brasil	3726	27	município	2277	44	produção	1564
11	mais	3687	28	plano	2262	45	apoio	1552
12	brasileiro	3344	29	também	2245	46	acesso	1534
13	projeto	3332	30	recurso	2132	47	rede	1518
14	sistema	3266	31	investimento	2031	48	direito	1481
15	ano	3166	32	além	1992	49	relação	1468
16	novo	2982	33	saúde	1948	50	atividade	1439
17	federal	2911	34	processo	1896			

Fonte: Elaboração própria a partir do dados obtidos pelo IRAMUTEQ

Ao verificar as cinquenta palavras ativas mais frequentes, nota-se que não foram identificadas os termos perquiridos nesta investigação, selecionados no espectro do tema. A

⁸ À semelhança do que foi aplicado na análise do corpus das mensagens de Lula, os termos considerados ativos compreendem substantivos, advérbios, adjetivos, pronomes, verbos e termos não referenciados, como “porcento”, sendo desconsiderados numerais, preposições, artigos, interjeições e conjunções.

décima segunda palavra no Quadro 3, *brasileiro*, não foi considerada como termo flexionado quanto ao gênero, vez que, nos excertos identificados tratava-se de indicação genérica dos habitantes ou de elementos constitutivos da nação.

O Brasil vive o mais longo período de estabilidade democrática de sua história republicana. A transição democrática, a Constituição de 1988 e as sucessivas eleições livres fortaleceram e aprimoraram as nossas instituições. **O povo brasileiro** conquistou um ambiente de liberdade e participação efetiva na elaboração de políticas públicas e na condução dos rumos do País (BRASIL, 2011, p. 10) (destaque nosso)

Também foi ampliado o programa de ações integradas e referenciais de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no **território brasileiro** presente hoje em 540 municípios e 24 estados (BRASIL, 2012, p. 214) (destaque nosso)

Assim ao longo de 2015 foram concedido 1.247 naturalizações e 192 reconhecimentos de igualdade de direitos entre **portugueses e brasileiros** além de 13.709 permanências concedidas ou prorrogadas em 2016. (BRASIL, 2016, p. 265) (destaque nosso)

Após submeter ao método Reinert, o IRAMUTEQ apresentou classificação hierárquica descendente (CHD), agrupando os termos de acordo com a relevância, frequência e a força estatística, demonstrando a distribuição temáticas nas mensagens ao Congresso. A CHD permite perceber a relação das palavras; quanto mais afastado na ramificação da CHD, menores serão as relações entre elas. Quanto mais aproximadas, maior a afinidade contextual entre às classes. A análise de similitude foi descartada tendo em vista a quantidade elevada da ocorrência de formas ativas. O resultado obtido não permitia a identificação legível dos termos; a referida análise permite verificar a conexidade dos termos presente nos textos, diante disso concentrou-se na CHD e análise fatorial de correspondência (AFC).

A exceção dos discursos de 2003 e 2011 (que se referem ao primeiro ano do primeiro mandato de Lula e Dilma, respectivamente), as mensagens apresentam uma prestação de contas (*accountability*) do que foi realizado no ano anterior com indicação da ação progressiva do governo e projeção para o ano em que o texto se refere. Demonstrando a necessidade da continuidade da condução de questões e prioridades apresentadas pelo governo nas mensagens anteriores.

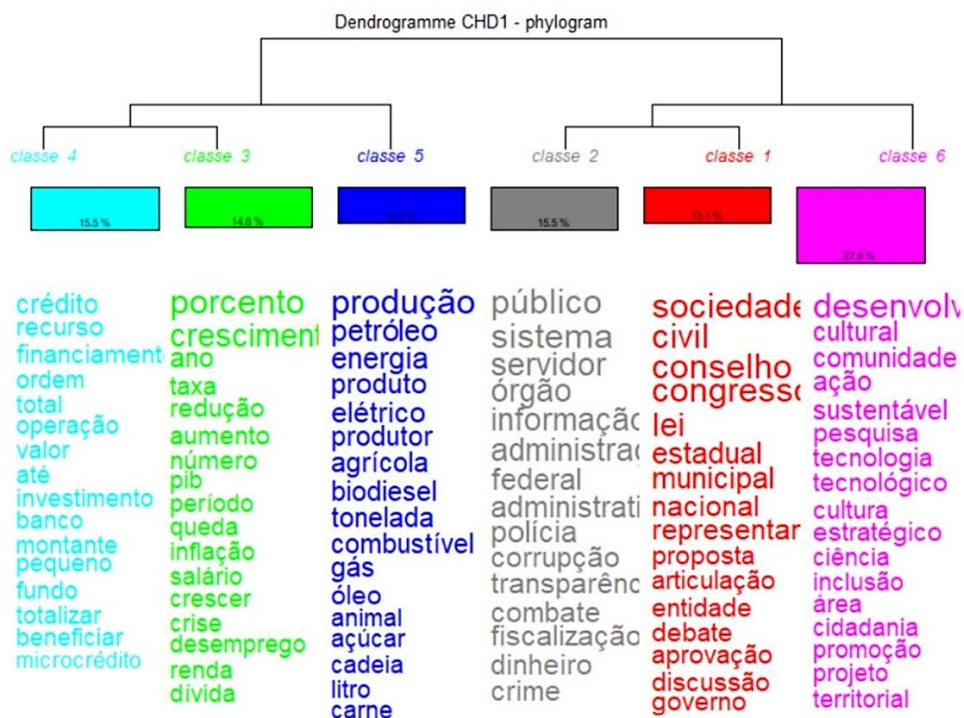
O aumento da produção de bens de capital indica no segundo semestre de 2003 uma recuperação do investimento no País, o que nos faz prever um 2004 com crescimento sustentável da renda e criação de postos de trabalho. Até novembro, foram gerados 945.351 novas oportunidades de trabalho no mercado formal. Outra grande conquista de 2003 foi o ajuste estrutural da conta de transações correntes de nosso balanço de pagamentos, liderado pelo desempenho da balança comercial (BRASIL, 2003, p. 5)

Em continuidade à política de fortalecimento do mercado de capitais, o Governo implementou importantes medidas em 2006. Essas medidas partem da convicção da importância do mercado de capitais como fonte de financiamento da atividade empresarial. (BRASIL, 2007, p. 17)

Em 2011, as conquistas na pauta legislativa dos Direitos Humanos foram significativas. O Congresso Nacional aprovou as seguintes leis: Lei nº 12.483, de 8 de setembro de 2011, que inseriu no Código de Processo Penal um dispositivo que prioriza a celeridade dos processos que tenham testemunhas e vítimas em programas públicos de proteção; Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que cria a Comissão da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. (BRASIL, 2012, p. 211)

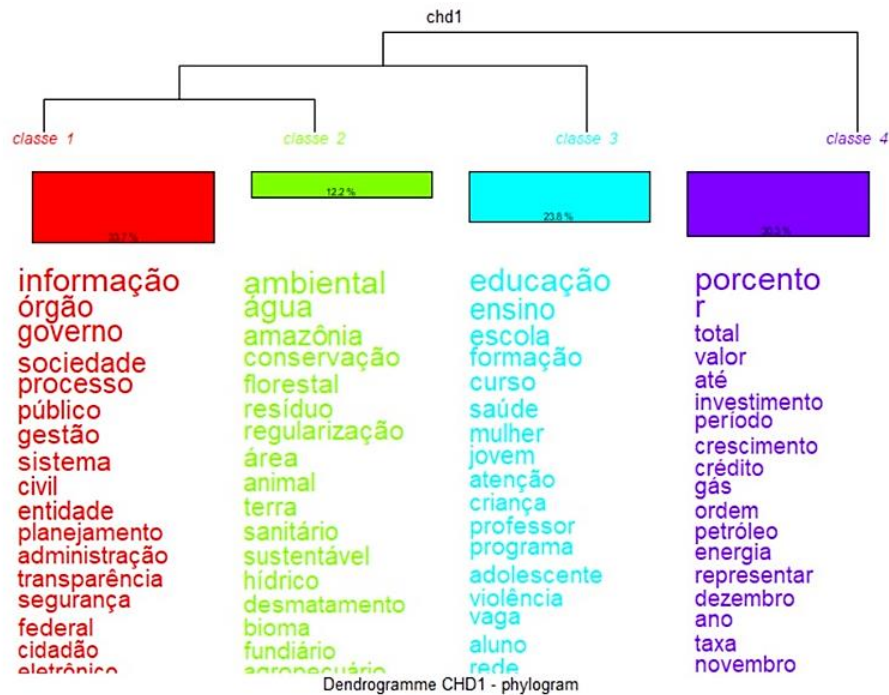
A classificação hierárquica descendente (CHD) dos termos nas mensagens dos presidentes Lula (Figura 3) e Dilma (Figura 4) apresentaram as seguintes disposições:

Figura 3. CHD dos termos nas mensagens – Lula



Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 4. CHD dos termos nas mensagens – Dilma



Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Pela CHD, foram identificadas seis classes semânticas nas mensagens do presidente Lula. Foram 18.708 segmentos de texto aproveitados. O valor do qui-quadrado (x^2) indica a distribuição utilizada para avaliar quantitativamente a relação entre os resultados e a distribuição esperada para o fenômeno.

Quadro 4. Dendograma da CHD com o qui-quadrado – Lula

Classe 4 – 15,54%		Classe 3 – 14,8%		Classe 5 – 13,15%		Classe 2 – 15,5%		Classe 1 – 13,09%		Classe 6 – 27,9%	
Palavra	x^2	Palavra	x^2	Palavra	x^2	Palavra	x^2	Palavra	x^2	Palavra	x^2
r	2448.88	porcento	1670.48	produção	1327.67	público	691.21	sociedade	1027.41	desenvolvimento	1033.25
crédito	923.63	crescimento	1213.23	petróleo	834.53	sistema	685.29	civil	1006.64	cultural	467.47
recurso	862.37	ano	643.32	energia	812.74	servidor	627.44	conselho	996.83	comunidade	424.92
financiamento	827.95	taxa	478.98	energia	812.74	servidor	627.44	conselho	996.83	comunidade	424.92
ordem	564.0	redução	472.13	produto	776.21	órgão	569.49	congresso	975.07	ação	408.16
operação	487.16	aumento	464.73	elétrico	744.86	informação	513.28	lei	877.79	sustentável	405.44
valor	484.04	produtor	661.09	agrícola	627.0	administrativo	465.98	estadual	705.61	pesquisa	395.11
investimento	444.58	número	444.95	biodiesel	598.11	polícia	460.28	municipal	659.58	tecnologia	341.53
banco	430.9	PIB	408.76	tonelada	574.2	corrupção	437.69	nacional	561.33	tecnológico	318.72
montante	417.67	período	397.87	combustível	571.62	transparência	391.75	Representante	549.61	cultura	318.19
fundo	327.0	queda	357.73	gás	542.93	combate	383.34	proposta	407.63	estratégico	297.53
microcrédito	306.73	inflação	356.4	óleo	481.98	fiscalização	380.13	articulação	402.03	ciência	286.12
		salário	339.9	animal	390.38	dinheiro	377.93	entidade	399.06	inclusão	281.02
		desemprego	301.65	açúcar	389.98	crime	376.23	debate	386.23	área	275.55
		renda	295.87	cadeia	377.8			aprovação	385.77	cidadania	250.95
		divida	280.43	litro	349.69			discussão	366.28	promoção	246.61
				carne	343.94			governo	365.37	projeto	243.66
										territorial	227.09

Fonte: Elaboração própria a partir do dados obtidos pelo IRAMUTEQ

A partir das ênfases, identificadas por meio das palavras, é possível entender as abordagens feitas pelos presidentes. É possível identificar, a partir da CHD, a ênfase dos assuntos do presidente Lula para pautar a agenda de governo; na classe 1 (Figura 3), vê-se um conjunto de termos ligados ao governo, das relações intragovernamentais e federalismo: *Congresso, estadual, articulação, debate*. Na classe 2 têm-se termos atrelados ao governo, enfatizando o emprego e organização da administração pública: *público, servidor, administrativo*.

A terceira classe reporta-se à macroeconomia: *porcento, crescimento, taxa, número*. Enquanto que a classe 4 abrange o sistema bancário, instituições financeiras e comércio interno: *crédito, recurso, banco, fundo*. Os documentos originais estão em PDF e ao transformá-los no formato texto alguns sinais não foram lidos. A palavra 'rs' na classe 4, trata-se da sigla R\$ referindo-se a valores. Não constituiu prejuízo para a interpretação, vez que, a classe de palavras faz menção a termos atrelados às instituições financeiras.

A classe 5 apresenta termos que se aproximam de discussões sobre geração de energia, como também, agricultura, pecuária e pesca, ou seja, duas políticas setoriais: *produção, petróleo, energia, carne*. A sexta e última classe indica diversidade temática, podendo ser compreendida como ênfase em ciência, tecnologia e comunicação e cultura, esporte e lazer (duas políticas setoriais): *pesquisa, cultura, ciência, inclusão, cidadania, promoção*.

Já na CHD das mensagens de Dilma foram identificadas quatro classes semânticas, em seis (textos) mensagens ao Congresso, com 29.350 segmentos de texto aproveitados.

Quadro 5. Dendograma da CHD com qui-quadrado – Dilma

Classe 4 – 30,29%		Classe 3 – 23,8%		Classe 2 – 12,23%		Classe 1 – 33,68%	
Palavra	x ²	Palavra	x ²	Palavra	x ²	Palavra	x ²
porcento	3611.82	educação	2031.31	ambiental	1387.93	informação	863.97
r	3165.88	ensino	1629.63	água	1239.99	órgão	657.84
total	1113.25	escola	1453.78	amazônia	990.35	governo	652.36
valor	960.72	formação	1182.84	conservação	846.75	sociedade	612.34
até	936.29	curso	1162.94	florestal	824.54	processo	550.27
investimento	808.41	saúde	1017.53	resíduo	788.33	público	513.83
período	782.43	mulher	890.67	regularização	752.36	gestão	488.98
crescimento	724.18	jovem	887.32	área	737.42	sistema	484.94
crédito	680.04	atenção	818.26	animal	697.72	civil	394.92
gás	629.32	criança	811.46	terra	677.05	entidade	384.61
ordem	599.19	professor	801.15	sanitário	661.57	planejamento	348.72
petróleo	537.1	programa	774.83	sustentável	641.35	administração	327.82
energia	510.79	adolescente	758.13	hídrico	608.21	transparência	307.42
representar	506.24	violência	743.21	desmatamento	555.03	segurança	298.51

dezembro	500.77	vaga	665.63	bioma	552.49	federal	280.86
ano	500.77	aluno	622.34	fundiário	549.76	cidadão	246.05
taxa	495.63	rede	619.28	agropecuário	547.65	eletrônico	245.75
novembro	469.13						

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos pelo IRAMUTEQ

Quanto a CHD referente à análise das mensagens de Dilma (Figura 4), tem-se na classe 1 termos sobre o governo, com ênfase no emprego e organização da administração pública: *informação, órgão, administração*. Na classe 2 os termos se aproximam dos assuntos da política setorial do meio ambiente ao descrever: *ambiente, água, conservação*. A classe 4 concentra termos indicando o sistema bancário, instituições financeiras e comércio interno: *investimento, crescimento, valor, taxa*. À semelhança do que ocorreu na análise do *corpus* referente às mensagens do presidente Lula, a palavra 'r' na classe 1, trata-se da sigla R\$ referindo-se a valores. Novamente, enfatizamos, não constituiu prejuízo para a interpretação, vez que, a classe de palavras faz menção a termos atrelados às instituições financeiras.

Destaca-se a classe 3 por enfatizar os direitos civis políticos, liberdades e minorias referindo a *educação, saúde, formação* e principalmente por ser nessa classe que o termo *mulher* aparece. De acordo com a categorização das palavras sugeridas pelo software, nas mensagens de Dilma ao Congresso, a presidenta chama a atenção para os temas: governo e organização da administração pública; sistema bancário e instituições financeiras; direitos civis, políticos, liberdades e minorias; e meio ambiente. Em síntese:

Quadro 6. Quadro comparativo dos temas enfatizados por Lula e Dilma

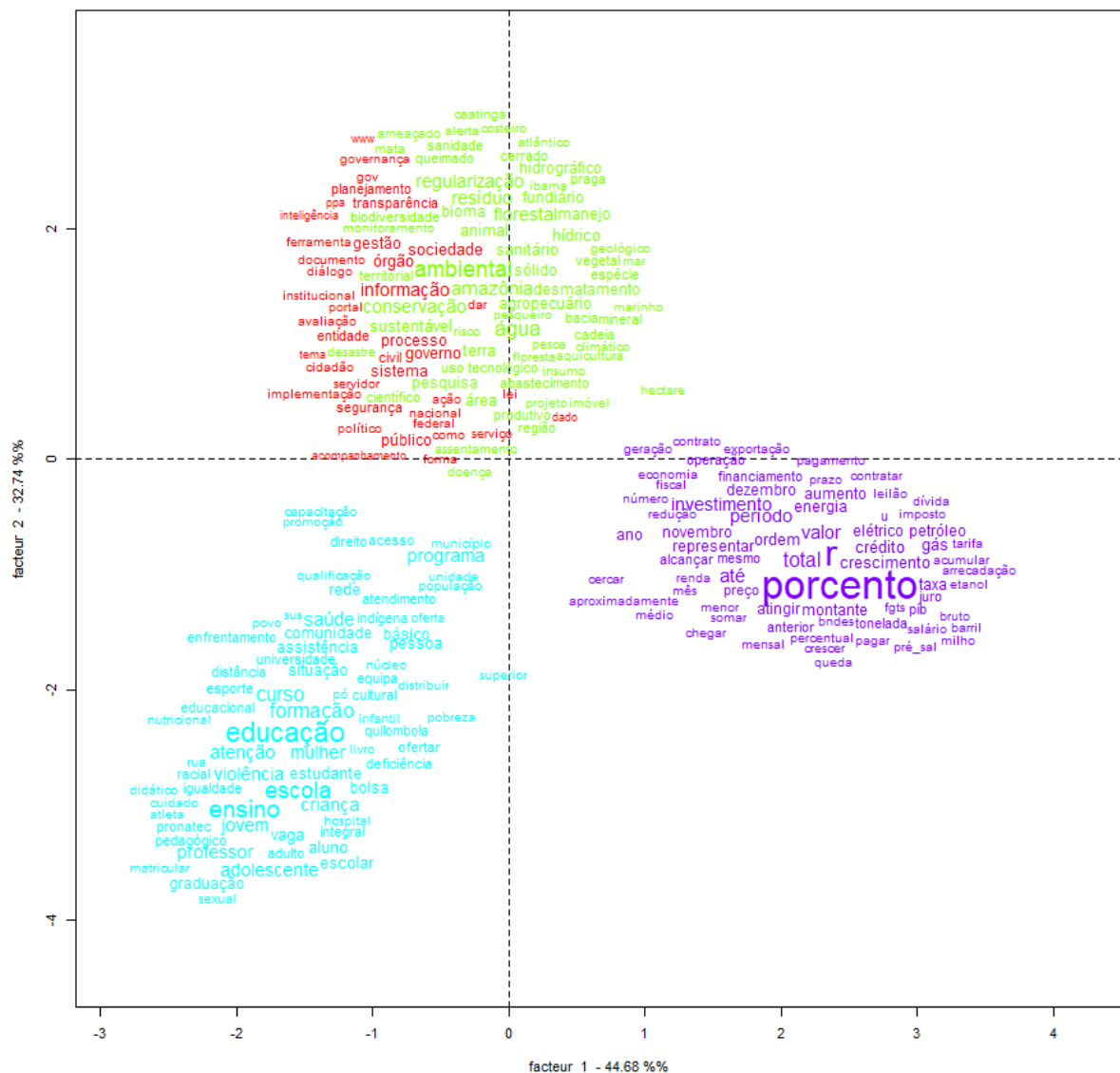
Presidente	nº da classe de palavras da CDH - Política setorial (subgrupo)
Lula	1- Governo (relações intragovernamentais e federalismo); 2- Governo (emprego e organização da administração pública); 3- Macroeconomia (inflação, taxas de juros, controle de preços); 4- Sistema bancário, instituições financeiras e comércio interno (crédito financeiro, financiamentos e consumo); 5- Energia (Gás e petróleo) – Agricultura, pecuária e pesca (segurança alimentar, controle alimentar e regulações); 6- Ciência, tecnologia e comunicação (pesquisa e desenvolvimento sobre comunicação, mídia e telefonia) - Cultura, esporte e lazer (geral).
Dilma	1- Governo (emprego e organização da administração pública); 2- Meio ambiente (geral; proteção de espécies, fauna, flora e florestas); 3- Direitos civis, políticos, liberdades e minorias (discriminação por questões étnico-raciais; discriminação por gênero ou orientação sexual); 4- Sistema bancário, instituições financeiras e comércio interno (crédito financeiro, financiamentos e consumo).

Fonte: Elaboração própria a partir do livro de códigos disponível em <https://www.comparativeagendas.net/brazil/>

Compreendendo que cada classe de palavras representa uma política setorial a que o presidente Lula buscou dar ênfase, há uma unidade relacional dos discursos ao mencionar sobre macroeconomia (classe 3) e instituições financeiras (classe 4), que estão mais próximos na AFC.

Quanto a AFC do discurso da presidente Dilma, de modo geral, nota-se (Figura 6) um afastamento entre as classes. As classes 1 (vermelho) e 2 (verde) estão mais próximas, abaixo as classes 3 (azul claro) e 4 (lilás) afastadas e posicionadas em sentidos opostos. Nesse plano destaca-se da classe 4 (lilás) a palavra 'porcento'.

Figura 6. Análise fatorial de correspondência da mensagens ao Congresso - Dilma

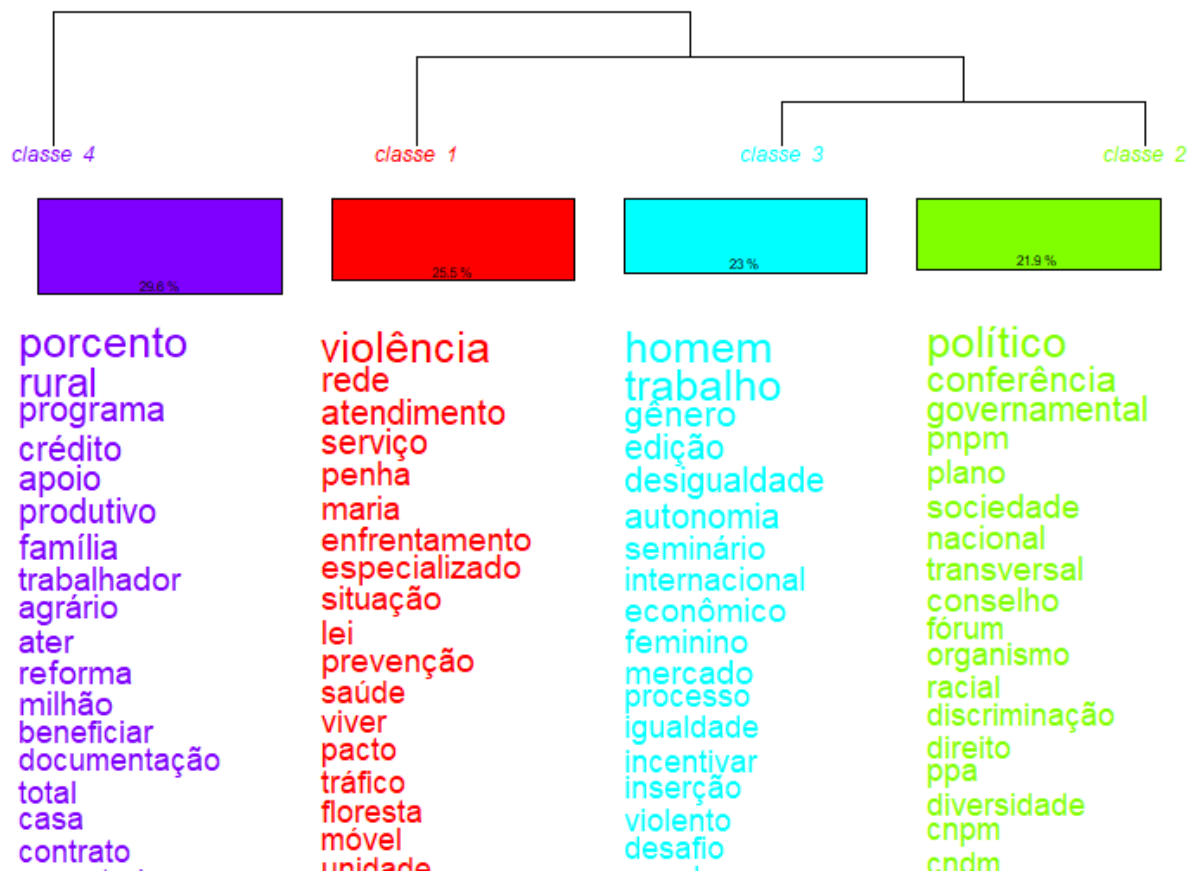


Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Ressaltamos a importância entre as classes para a palavra *mulher*, por ser um dos termos eleitos para a observação; o objetivo era identificar no discurso dos presidentes investigados o posicionamento público sobre gênero, como entre os eles o termo *gênero* não aparece com relevância estatística e representatividade, buscou-se palavras que se aproximassem do universo discutido. O termo *mulher* situa-se no 3º quadrante, na classe 3 (azul claro), como tamanho moderado, comparado aos demais termos.

A partir da identificação do termo *mulher* o software permitiu que um *subcorpus* de análise fosse construído, sobre o qual realizamos uma CHD e uma AFC, afim de compreender a porosidade ou diversidade temática na qual o termo estava inserido. Diante disso, têm-se como resultado a Figura 7.

Figura 7. CHD do subcorpus Mulher nas mensagens ao Congresso - Dilma



Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Cada classe enfatiza um assunto compreendido nessa análise como uma política setorial com um subgrupo temático. A classe 1 dá ênfase ao judiciário, justiça, crimes e violência, subgrupo violência doméstica e familiar; a classe 2 têm termos que possibilita classificar como política setorial sobre direitos civis, políticos, liberdades e minorias, subgrupo de participação e representação política. Os termos da classe 3 situam-se na

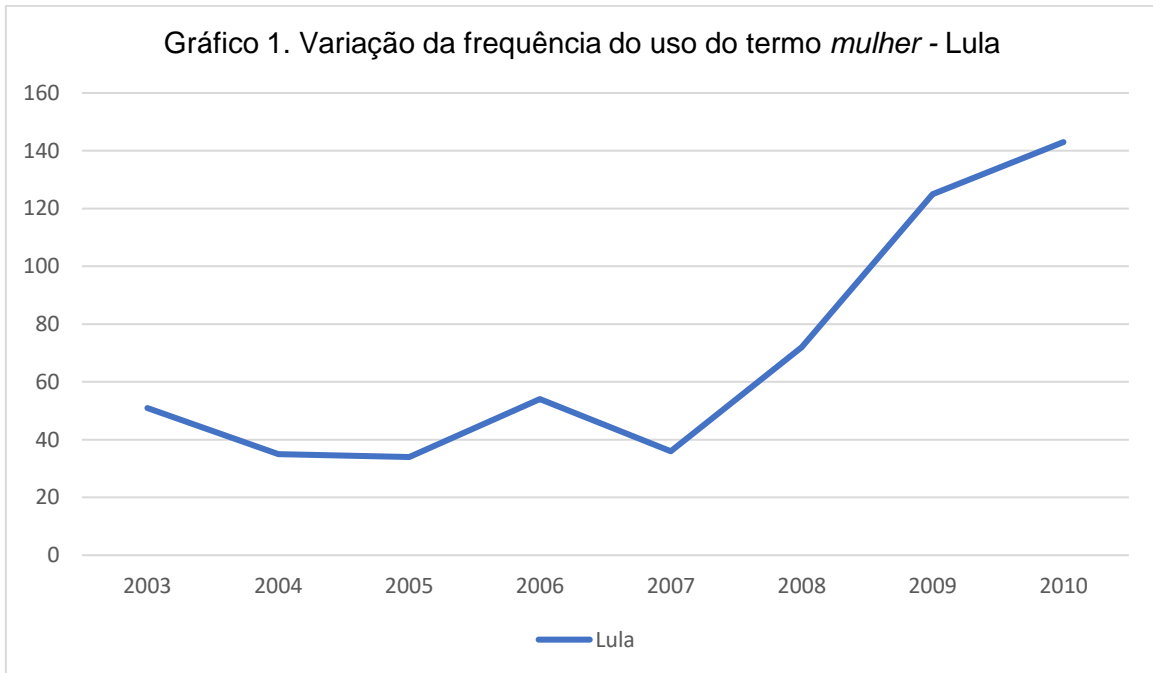
Ao verificar as CHD dos discursos, ano a ano (Figuras 9 a 22), foi possível identificar como as pautas sofreram continuidades e descontinuidades no decorrer dos mandatos de Lula e Dilma. De certo, cabe lembrar que os dois mandatos de Lula foram concluídos, enquanto que Dilma teve o segundo mandato interrompido, não chegando a concluir sequer três semestres de governo.

Observou-se nos resultados da hierarquização descendente que o termo *gênero* não se destacou entre os demais; restou verificar outros termos que estivessem inseridos no contexto da análise; os resultados remeteram à palavra *mulher*. Chama-se a atenção para a palavra 'u'; trata-se da sigla US\$ referindo-se a valores. A perda do sinal (\$) não constituiu prejuízo para a interpretação.

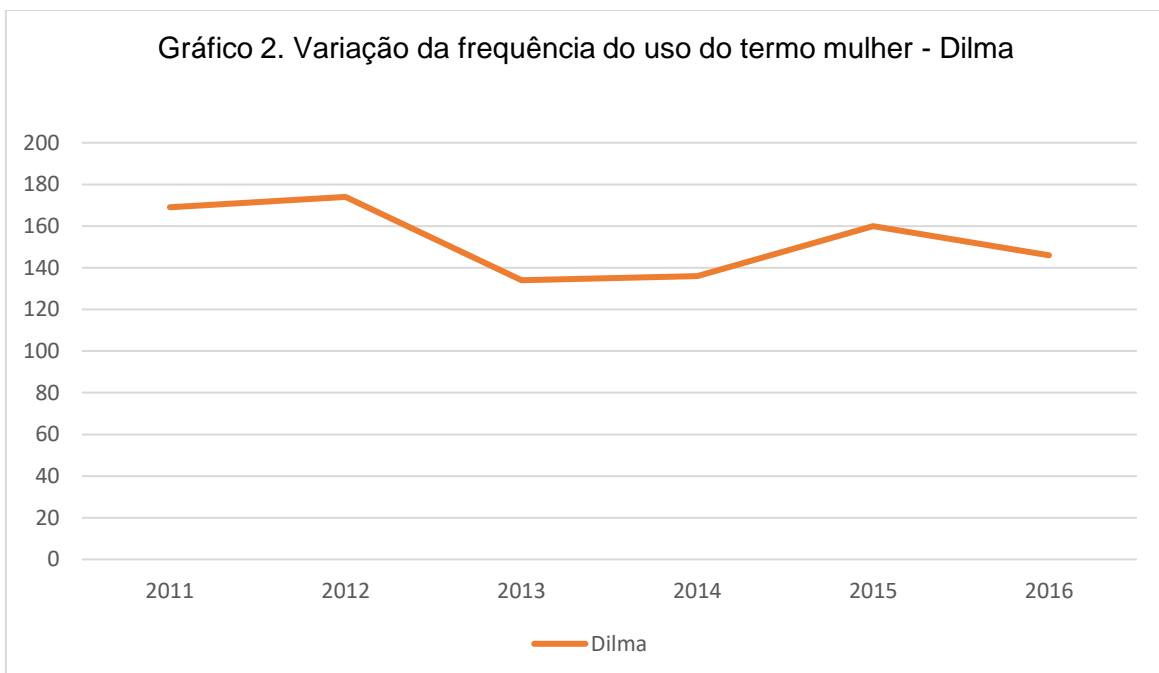
Uma importante observação que Andrade, Brasil e Capella (2022, p. 299) apresentam é que *“Lula tratava com maior prioridade e maiores níveis de atenção sobre as políticas sociais em seus discursos de posse do que nas Mensagens enviadas ao Congresso”*. E ainda: *“Em Lula, por exemplo, apesar de o tema prioritário em discursos de posse ser as Políticas Sociais, em Mensagens ao Congresso as prioridades estão em Governo e Administração Pública, no primeiro mandato, e em Macroeconomia, no segundo.”* (ANDRADE; BRASIL; CAPELLA, 2022, p. 300)

O termo *mulher* aparece nos discursos de Lula nos anos 2008 e 2010 (no segundo mandato); o mesmo termo aparece com maior relevância nos discursos de Dilma em todos os anos, no primeiro e segundo mandatos. Os detalhes nos resultados da CHD podem auxiliar na compreensão de que, ainda que o mandato tenha sido interrompido, a tentativa de estabelecer uma ênfase nas questões para e sobre as mulheres foi postulada por Dilma.

Os Gráficos auxiliam na demonstração da frequência da palavra *mulher* nas mensagens de Lula e Dilma ao longo dos anos. Nos primeiros anos do Governo Lula, a palavra *mulher* teve baixa frequência; apesar de ter uma frequência considerável em 2009 (Gráfico 1), o termo não demonstrou relevância na composição da CHD. O mesmo termo foi mais frequente no Governo Dilma durante os dois mandatos (Gráfico 2), com relevância destacada para o ano de 2012.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos pelo IRAMUTEQ



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos pelo IRAMUTEQ

Ao tratar o termo *mulher* como *subcorpus* nos anos 2008 e 2010, no caso das mensagens de Lula, há um indicativo das abordagens sobre as quais incidiram as ênfases (Figuras 9 e 10). Do mesmo modo, ao fazer a análise do *subcorpus* dos dois mandatos de Dilma, é possível ter dimensão de quais questões foram pontuadas em seus discurso ao tratar do tema (Figuras 11 a 16).

Embora têm-se ênfases distintas, tanto o discurso de Lula quanto o de Dilma aproximam-se quanto à abordagem; tratam com maior destaque sobre igualdade de gênero, direitos civis e políticos das minorias, segurança e justiça.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado em dezembro de 2004 e com vigência até o final de 2007, consolidou a atuação intragovernamental, no âmbito da União, no que diz respeito a de gênero e para as mulheres. Sua implementação e resultados foram avaliados na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM), realizada em 2007, por mais de 2,5 mil delegadas representantes dos poderes executivo e das três esferas da federação e dos mais diferentes segmentos e grupos da sociedade civil organizada. (BRASIL, 2008, p.134)

No âmbito do Programa Mulheres Ciência, merecem destaque o lançamento da quinta edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, cujos objetivos são estimular e fortalecer a pesquisa no campo dos estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos, e a realização do II Encontro Nacional – Pensando Gênero e Ciências, que contou com a participação de mais de 150 núcleos e grupos de pesquisas. O tema central do encontro foi a Institucionalização dos Estudos Feministas, de Gênero e Mulheres nos Sistemas de Educação, Ciência e Tecnologia no País. Para 2010, estão previstas a realização do 6º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e o lançamento de edital para incentivar pesquisas na área dos estudos de gênero, mulheres e feminismos. (BRASIL, 2010, p.199)

Com o seu foco de atuação articulado em torno da autonomia e da igualdade, a Política para as Mulheres teve suas ações reorientadas em quatro grandes campos: i) autonomia econômica e social (trabalho, equipamentos sociais e desenvolvimento sustentável); ii) autonomia cultural (educação e cultura); iii) autonomia pessoal (saúde, sexualidade e direitos reprodutivos e enfrentamento à violência); e iv) autonomia política (participação das mulheres em espaços de poder e decisão). (BRASIL, 2012, p.204)

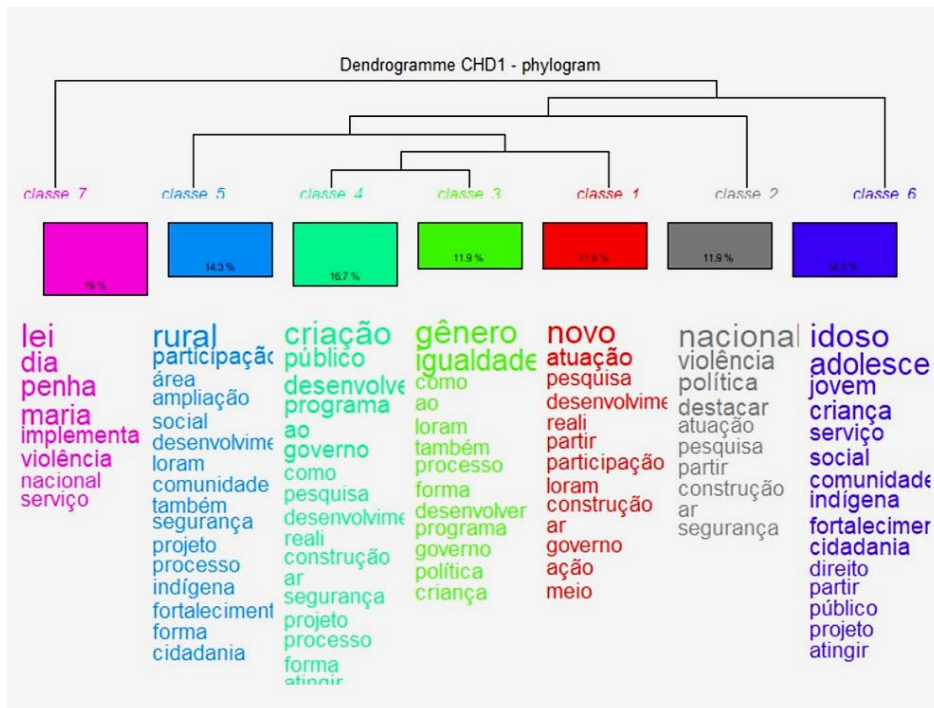
O crescente empoderamento da mulher, sua importância para a economia global e seu protagonismo nas mais diversas comunidades fazem com que a construção e a consolidação da equidade de gênero estejam no centro das políticas públicas. Em 2013, comemoramos dez anos de uma nova estrutura de coordenação das políticas para as mulheres, que deu maior visibilidade e força ao tema, possibilitando importantes avanços. (BRASIL, 2014, p.189 e 190)

Dentre as prioridades para 2015, estão: i) fortalecer as ações e estratégias do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do Programa Mulher Viver sem Violência, garantindo maior capilarização das ações, ampliação, integralidade e humanização do atendimento a todas as mulheres; ii) dar continuidade à implementação das Casas da Mulher Brasileira nas demais capitais do País; iii) implementar os centros de fronteira seca nas dez cidades pactuadas; e iv) ampliar as unidades móveis de atendimento às mulheres do campo e da floresta, bem como de regiões metropolitanas. (BRASIL, 2015, p.188)

A participação política das mulheres é um tema de fundamental importância, pois reverter a sub-representação das mulheres nos espaços de poder e decisão é importante para a superação das desigualdades de gênero e raça. Para tanto, o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos tem atuado para eliminar preconceitos e discriminações que levam as mulheres a se afastarem da política. (BRASIL, 2016, p.212)

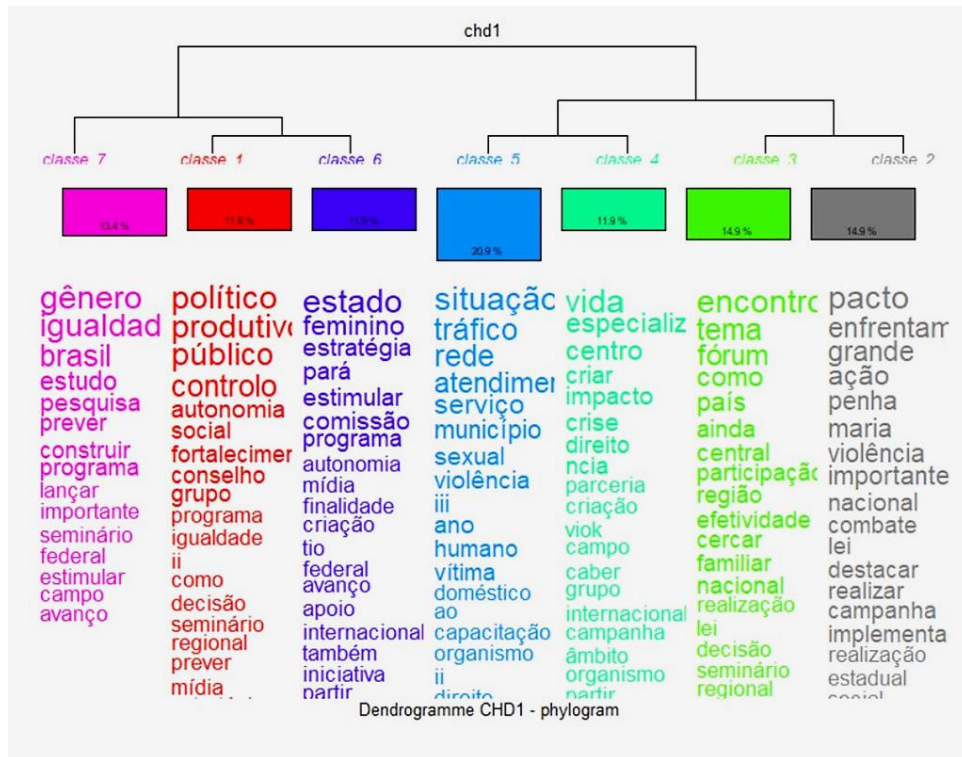
Aos submeter os discursos a avaliação por meio dos *subcorpus* (ano e termo) verifica-se a relevância do termo *gênero*, atrelado ao conjunto de palavras sobre igualdade e equidade, tanto nos discursos de Lula (2008 e 2010) quanto nos discursos de Dilma (2012, 2014, 2015 e 2016). Apesar de que ao se falar “mulher” não esteja adstrito a embates contra a desigualdade de gênero, as menções do termo estavam relacionado à igualdade de gênero e equidade social, como restou comprovado através das CHDs; certificando a relevância do termo para a comprovação da investigação.

Figura 9. CHD subcorpus mulher das mensagens de Lula 2008



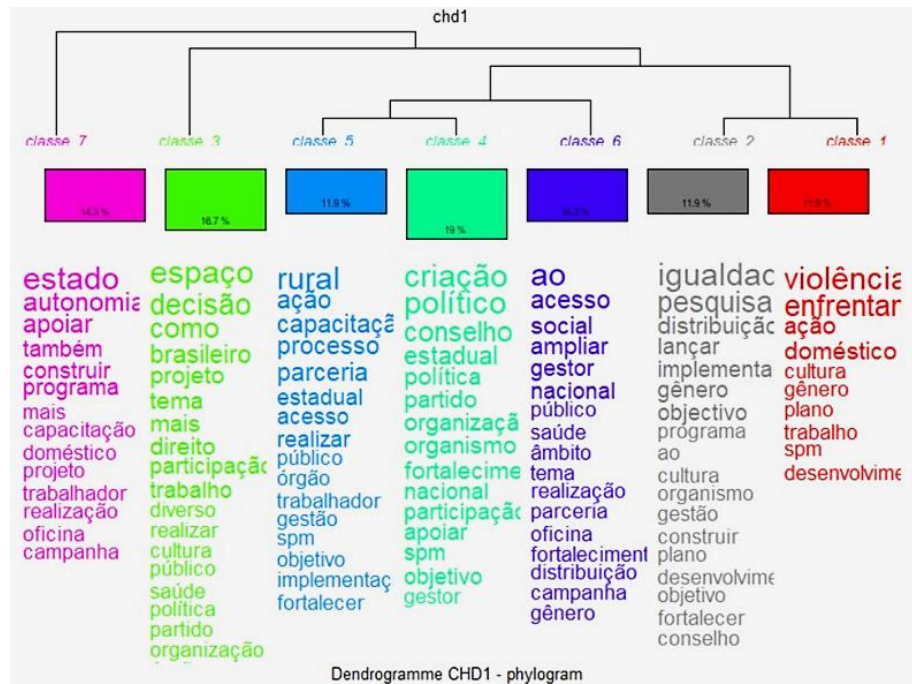
Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 10. CHD subcorpus mulher das mensagens de Lula 2010



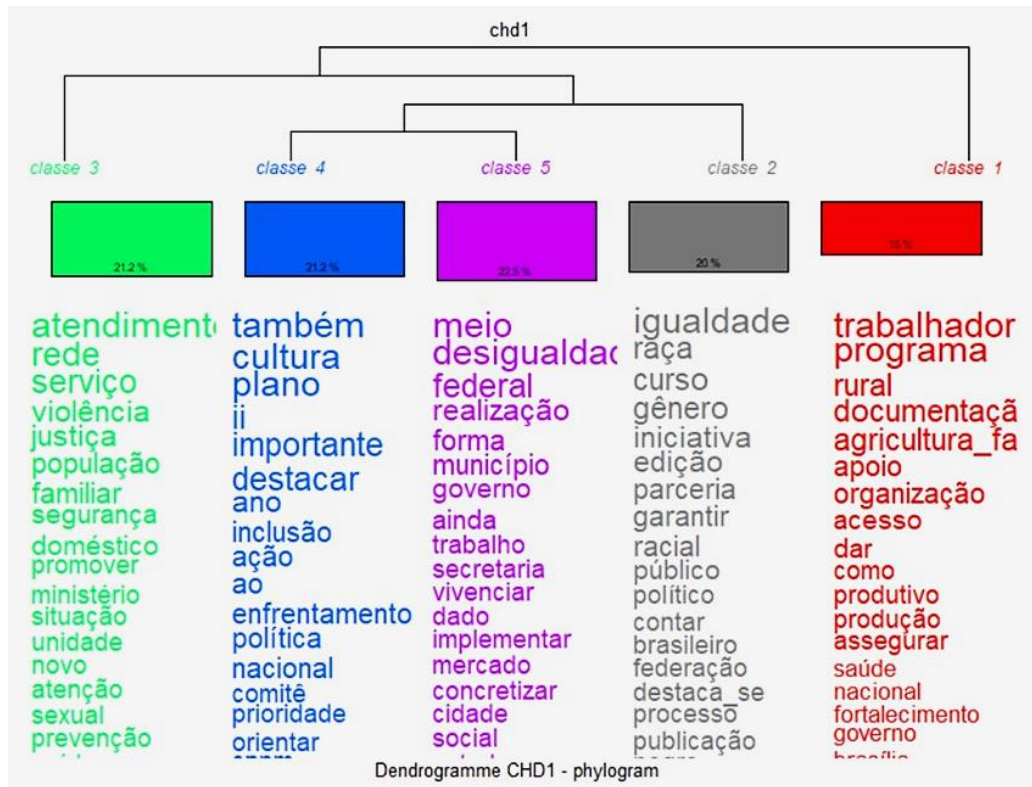
Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 11. CHD subcorpus mulher das mensagens de Dilma 2011



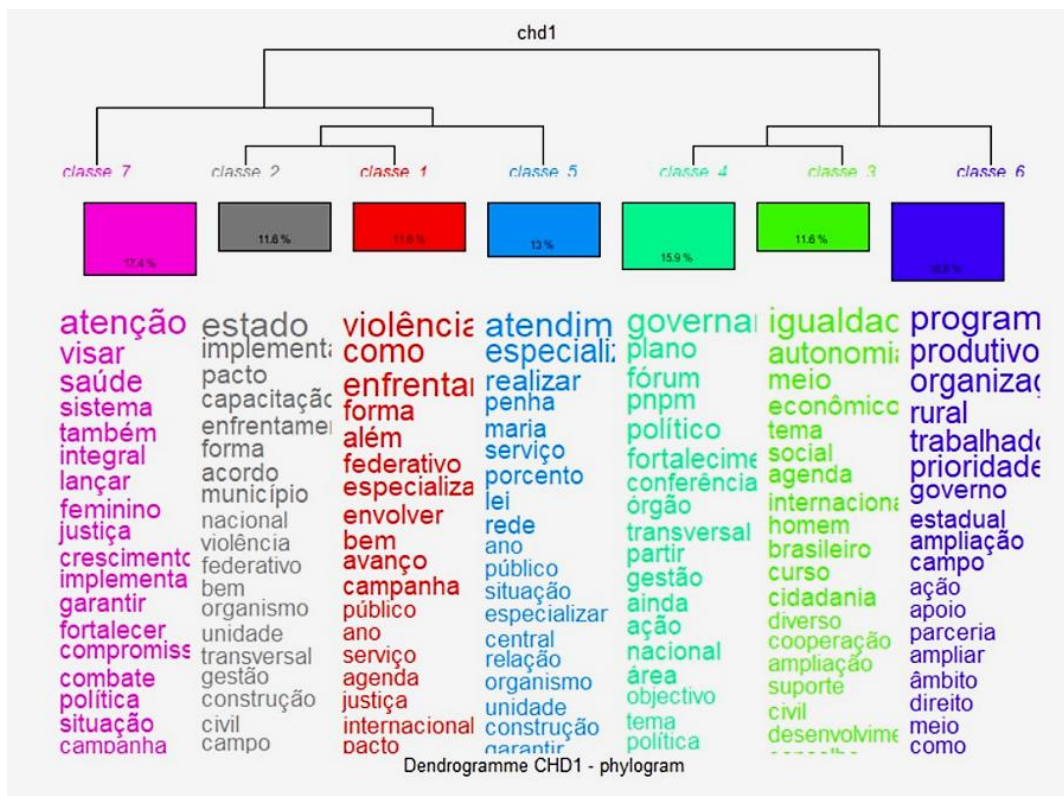
Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 12. CHD subcorpus mulher das mensagens de Dilma 2012



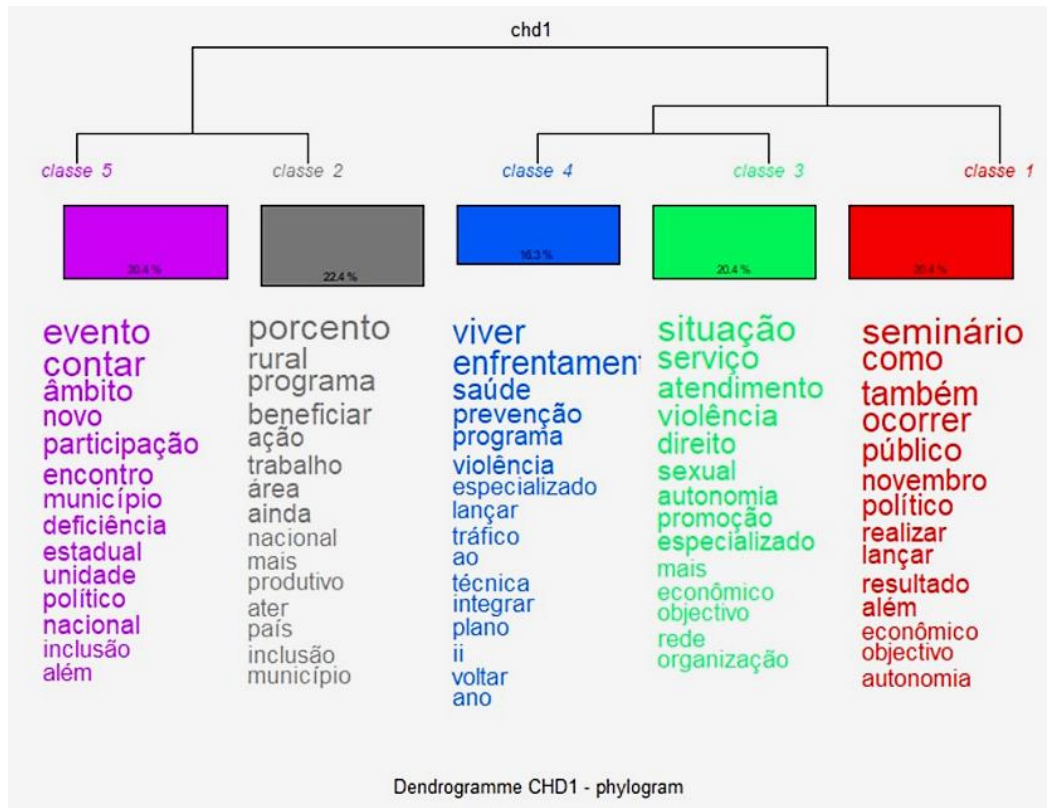
Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 13. CHD subcorpus mulher das mensagens de Dilma 2013



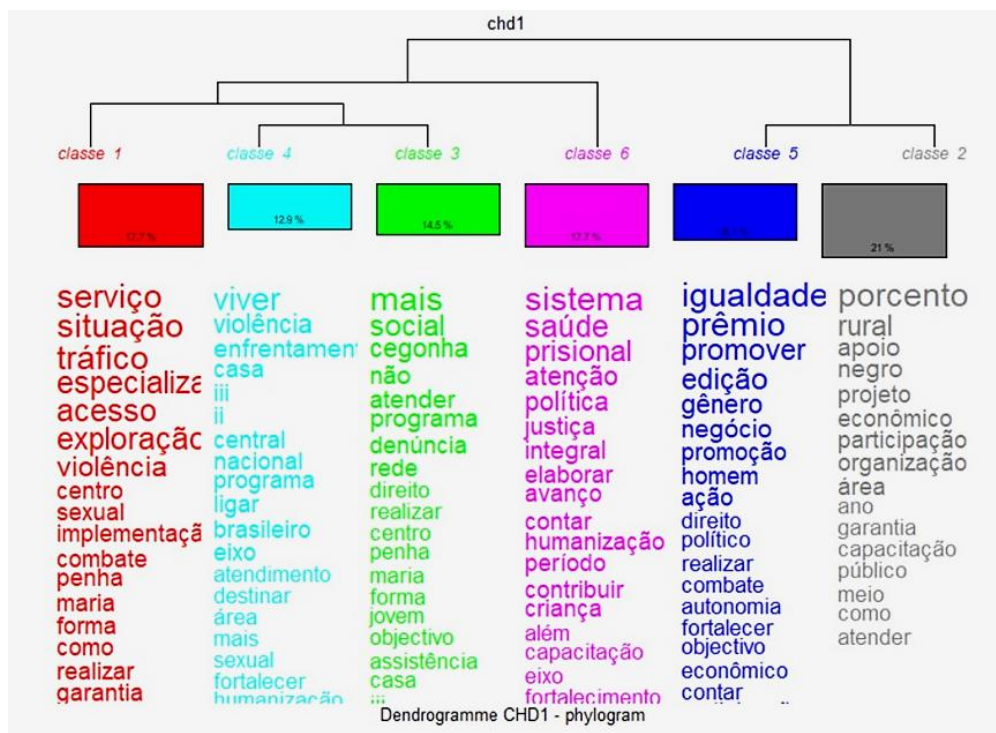
Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 14. CHD subcorpus mulher das mensagens de Dilma 2014

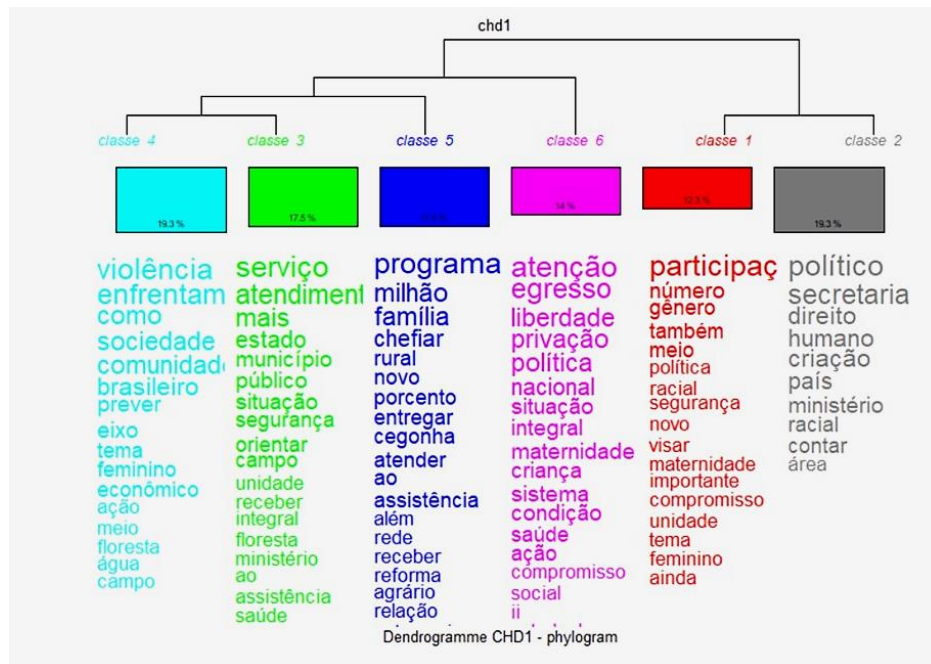


Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 15. CHD subcorpus mulher das mensagens de Dilma 2015



Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 16. CHD subcorpus mulher das mensagens de Dilma 2016⁹

Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Os textos analisados nesta pesquisa foram as mensagens ao Congresso, na comunicação entre o Poder Executivo e Legislativo. Os chefes do Poder Executivo investigados também se utilizaram de outras maneiras para comunicar com os demais atores da esfera política e com o eleitorado. Para cada público-alvo e se utilizando de diferentes meios de comunicação, os presidentes podem ter dado ênfases distintas aos temas, buscado, inclusive, a atenção para assuntos diferentes.

Outro elemento importante na análise de conteúdo dos discursos, destacado por Andrade, Brasil e Capella (2022, p.294), é que “os discursos de um mesmo partido não pressupõem uma linearidade, pois houve mais continuidade entre os discursos de FHC e Lula, do que entre os de Lula e Dilma, apesar das ideologias opostas de cada partido político.” As considerações de Andrade, Brasil e Capella (2022) permitem cogitar de que por serem distintos os gêneros socialmente aceitos as ideias de prioridade governamental vão diferir apesar do mesmo partido político; entre Dilma e Lula há mais descontinuidade de atenção e prioridades de pautas comparado a FHC e Lula.

Retomando aos que afirma Phillips (2001), a política das ideias não pode estar dissociada da política da presença. Verifica-se que a presença feminina na chefia do Poder Executivo federal foi relevante para associar presença do corpo político e as ideias de

⁹ Os termos considerados ativos compreendem substantivos, advérbios, adjetivos, pronomes, verbos e termos não referenciados, como “i” e “ii” (usado para enumerar itens no texto), sendo desconsiderados numerais, preposições, artigos, interjeições e conjunções.

representatividade de gênero. Em tempo oportuno, busca-se averiguar quais aspectos da agenda feminista foram mais destacados no governo Dilma; é possível afirmar que o combate à violência em razão do gênero foi uma pauta relevante e frequente no discurso (mensagem ao Congresso) ao longo dos seis anos de dois mandatos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou discutir sobre gênero no âmbito do Poder Executivo compreendendo a importância do tema para investigação. A generificação dos espaços, a atribuição específica de papéis e funções em decorrência do gênero são situações que intercorrem gerações e precisam do enfrentamento necessário. Ao ter gêneros socialmente distintos na função de chefe do Poder Executivo, estabelecidos pelo mesmo partido político (Partido dos Trabalhadores), situado como centro-esquerda, tem-se um caso interessante de análise.

Incluir na agenda discursiva pautas e temas para legislação de políticas sociais de atendimento às minorias, para a inclusão, redução das desigualdades e a tentativa de estabelecer a equidade social, situados como progressistas, é contrapor-se a um comportamento eleitoral-sociopolítico consolidado. Ao propor pautas como igualdade de gênero, direitos das mulheres, proteção feminina busca-se chamar a atenção para a desconstrução histórico-social de hierarquização e estratificação entre gêneros.

É relevante mencionar que os dois presidentes destacaram-se pelo tratamento à pauta, entretanto, a ênfase da abordagem variou. Segundo a análise de conteúdo obtida por meio do software IRAMUTEQ, as palavras usadas pelos presidentes tiveram relevância e representatividade distintas ao tratar sobre *gênero* (mulher).

Em termos gerais, na formação de agenda discursiva, há indicativos de que as mensagens do presidente Lula deram mais ênfase na consolidação do governo e no desenvolvimento econômico (política externa e interna). Em distintos ambientes, com meios de comunicação distintos a atenção variava; para os parlamentares a temática era institucional e econômica, encaminhadas em um documento escrito.

As mensagens de Dilma, pelo contrário, destacaram as demandas sobre direitos civis e políticos para as minorias e atenção para o desenvolvimento da ciência e tecnologia. E como já mencionado, apenas nos textos remetidos por ela ao Congresso o termo *mulher* foi identificado com força estatística suficiente para ser mais representativo entre os demais.

Além disso, ao averiguar sobre quais temas o termo *mulher* estava relacionado foi possível perceber a atenção para abordagens que versaram sobre direitos às mulheres que estão no âmbito rural, pela igualdade de gênero e no combate à violência feminina, ou seja, regulação trabalhista, igualdade de direitos e proteção aos corpos, temas que ainda são bastante sensíveis em sociedade.

É importante destacar também o contexto político de governança de Lula e Dilma. Ambos enfrentaram graves crises dos grandes blocos econômicos (2008 e 2015); foram submetidos à investigações sob acusação de corrupção e improbidade administrativa

(“mensalão”, “petrolão” e pedaladas fiscais); bem como, tiveram rupturas entre os aliados políticos, no primeiro mandato de Lula, com a saída de integrantes do PT e a formação de um novo partido político, o Partido da Solidariedade (PSOL), e no segundo mandato de Dilma, com a saída do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) da base aliada.

No entanto, as manifestações de junho de 2013 indicam um ponto de inflexão na esfera sociopolítica brasileira; as Jornadas de Junho, como ficaram conhecidas, iniciaram com discussões na esfera municipal, com o questionamento do aumento do valor do transporte coletivo; ampliou-se o debate para as esferas estaduais, até atingir a esfera federal pautando o debate no questionamento das condições dos direitos sociais. A onda de protestos foi apropriada pelos movimentos de direita/extrema-direita, que inicialmente inseriu reivindicações desconexas, com múltiplos temas e pautas; por fim, passaram a reivindicar a moralização da política e o combate à corrupção (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018). As Jornadas de Junho se transformaram em um movimento político de fortalecimento da direita/extrema-direita.

Com a crise econômica a partir de 2015, o aumento do desemprego e sob a sombra de uma frustrada Copa do Mundo, com obras inacabadas por todo o país, os protestos iniciados em junho de 2013 e apropriados pela direita/extrema-direita foram retomados e começaram a expandir em quantidade numérica. Novos protestos, em mais cidades, e mais pessoas nas ruas, manifestavam a insatisfação contra o governo federal. Esses fatores e as manobras políticas escandalosamente ilegais, lideradas pelos parlamentares de oposição ao governo, culminaram na abertura do processo de impeachment contra Dilma.

A votação para a abertura do processo de impeachment foi transmitida pelos meios de comunicação; ao justificarem os votos favoráveis ao impeachment, os congressistas diziam que a razão pela escolha era “a defesa da família” ou “pelos valores da tradicional família brasileira”. As rupturas no governo Dilma, somadas às crises econômicas internacionais e a harmonização de interesses políticos entre os presidentes das Casas Legislativas foram determinantes para a conclusão do processo de impeachment, encerrado com a retirada da presidente e a substituição da mesma pelo seu vice, Michel Temer. Esses elementos corroboram com o entendimento que a conjuntura sociopolítica enfrentada por Dilma foi mais árdua e os enfrentamentos mais rígidos; além disso, mesmo num cenário de adversidades e oposições políticas, sob discursos conservadores, Dilma manteve suas opiniões e convicções quanto às prioridades encaminhadas ao Congresso Nacional.

Falar ao eleitorado em geral, como forma de obter o apoio, é importante, entretanto, falar aos demais atores do sistema político para que sejam estabelecidas ações políticas ao que se pleiteia assume outra condição de posicionamento. No Congresso está a prerrogativa de legislar, mesmo que as pautas sejam suscitadas pela sociedade civil é preciso a apreciação das Casas Legislativas. Por isso, apresentar a pauta sobre gênero com

mais ênfase sinaliza indicativos de que o tema foi reconhecido como problema que exige conhecimento e enfrentamento.

As mulheres nos espaços de poder, estabelecendo pautas para a consolidação do projeto político de justiça de gênero, podem sofrer ataques desmoralizantes (CONNELL; PEARSE, 2015). O ataque a uma mulher que ocupa uma posição política de poder, em razão do gênero, se torna um ataque sistêmico contra as demais mulheres, dentro do sistema político ou não; o que é interpretado instantaneamente como uma mera oposição partidária pode, na verdade, ocultar outras intenções perversas, inclusive na conservação da dominação masculina.

Dilma posicionou-se publicamente com mais ênfase, por meio das mensagens ao Congresso, sobre as questões de gênero; possibilitando compreender que a presença feminina, engajada contra à desigualdade, nos ambientes de tomada de decisão pode influir na equalização das demandas sobre gênero entre Executivo e Legislativo. De certo, todo enfrentamento e tentativa de formação de agenda com temas que confrontem o conservadorismo reverberará em uma ação dos opositores políticos e as consequências podem ser diversas e adversas.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Pablo Ruiz. Estudo de caso: o que Rafael Correa disse? Comparando a atenção política em 10 anos dos discursos do presidente equatoriano. *Revista de Administração Pública* 54 (6), 2020.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

ANDRADE, Marcos Paulo; BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Agenda governamental brasileira: discursos presidenciais e Mensagens ao Congresso (1995-2014). *Agenda Política*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 280–306, 2022. DOI: 10.31990/agenda.2021.1.10. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/593>

BAQUERO, Marcelo. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, v. 4, n. 2, p. 380-413, 2008.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002

BAUMGARTNER, Frank; JONES, Bryan; BONAFONT, Laura Chaqués. Dinâmicas da agenda de políticas públicas na América Latina: oportunidades teóricas e empíricas. *Revista de Administração Pública* 54 (6), 2020.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BEVAN, Shaun; PALAU, Anna. O Comparative Agendas Project na América Latina: dados e codificação. *Revista de Administração Pública* 54 (6), 2020.

BENJAMIN, Antônio Herman; MARQUES, Cláudia Lima. A teoria do diálogo das fontes e seu impacto no Brasil: uma homenagem a Erick Jayme. *Revista de Direito do Consumidor*. Vol. 115. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 15ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: fevereiro de 2022.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos Do Brasil. Sala das Sessões do Congresso Nacional Constituinte, na Cidade do Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm Acesso em abril de 2022.

_____. Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. Brasília, DF, 29 de agosto de 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7353.htm Acesso em: fevereiro de 2022.

_____. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 30 de setembro de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: fevereiro de 2022.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 08 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: fevereiro de 2022.

_____. Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 4 de agosto de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm. Acesso em: fevereiro de 2022.

_____. Mais Mulheres na Política. Procuradoria Especial da Mulher. Secretaria da Mulher. Senado Federal. Câmara dos Deputados. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>. Acesso em: fevereiro de 2022.

_____. Mapa Mais Mulheres na Política. Procuradoria Especial da Mulher. Secretaria da Mulher. Senado Federal. Câmara dos Deputados. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/mapa-mulheres-na-politica-2016>. Acesso em: fevereiro de 2022.

_____. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mensagem ao Congresso Nacional, 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>. Acesso em novembro de 2021.

_____. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mensagem ao Congresso Nacional, 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>. Acesso em novembro de 2021.

_____. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mensagem ao Congresso Nacional, 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>. Acesso em novembro de 2021.

_____. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mensagem ao Congresso Nacional, 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 2010.

Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>. Acesso em novembro de 2021.

_____. Presidente Dilma Vana Rousseff. Mensagem ao Congresso Nacional, 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>. Acesso em novembro de 2021.

_____. Presidente Dilma Vana Rousseff. Mensagem ao Congresso Nacional, 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>. Acesso em novembro de 2021.

_____. Presidente Dilma Vana Rousseff. Mensagem ao Congresso Nacional, 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>. Acesso em novembro de 2021.

_____. Presidente Dilma Vana Rousseff. Mensagem ao Congresso Nacional, 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>. Acesso em novembro de 2021.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt . Agenda-setting: mídia e opinião pública na dinâmica de políticas públicas. Revista Compólitica, v. 8, n. 1, p. 123-146, 2018.

_____. A trajetória dos estudos sobre a agenda de políticas públicas. Revista de Ciência Política Teoria & Pesquisa. Vol. 24, n. 2, p. 4-17, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/tp.24211>

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. In: Cadernos Pagu, 42, janeiro-junho de 2014: pp. 249-274.

CARVALHO, Marília Pinto. Prefácio à Edição Brasileira. In: CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. Gênero: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.

CÂMARA, Marco Túlio Pena. Da declaração à identificação: os discursos de Dilma Rousseff pós-impeachment. In: AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de; GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PINTO, Maria Alexandra Guedes (Orgs.). O poder do discurso e o discurso do poder, volume II, São Paulo: Editora Paulistana, 2018.

CEPÊDA, Vera Alves A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. IN: Mediações, Londrina, V. 23 N. 2, P. 75-122, MAI./AGO. 2018

CEASER, James; THURLOW, Glen; TULIS, Jeffrey; BESSETTE; Joseph. The rise of the rhetorical presidency. Presidential Studies Quarterly, vol. 11, núm. 2., 2019. Disponível em: <https://nationalecurity.gmu.edu/wp-content/uploads/2019/03/Rhetorical-Presidency.pdf>

CHARAUDEAU, Patrick. O discurso político. In: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William (Orgs.) Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CONNELL, Raewyn. Gênero em termos reais. São Paulo: nVersos, 2016.

_____. A iminente revolução na teoria social. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 80, p. 9-20, 2012.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. Gênero: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. Revista Gênero, Universidade Federal Fluminense. V. 5, n. 2, p. 9-35, Rio de Janeiro, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, ano 10, p. 171-188, 2002.

DAHL, Robert A. Poliarquia: Participação e Oposição. São Paulo: EdUSP, 2005.

DALTON, Russell; McALLISTER, Ian; WATTENBERG, Martin. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. In: Análise Social, v. 28, 2003.

DE CASTRO, Davi. Agenda-setting: hipótese ou teoria? Análise da trajetória do modelo de Agendamento ancorada nos conceitos de Imre Lakatos. In: Intexto, Porto Alegre, UFRGS, Nº 31, dez. 2014.

DINIZ, Simone; CASALECCHI, Gabriel; OLIVEIRA, Gleidylucy. A agenda legislativa presidencial no governo Fernando Henrique. O sistema presidencialista: perspectivas analíticas nos EUA e no Brasil, São Carlos: EDUFSCAR, 2020.

FEDERICI, Sílvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem? IN: Revista Cadernos de Campo, Araraquara, n. 26, p. 79-103, jan./jun. 2019.

FERRAJOLI, Luigi. Manifesto per l'uguaglianza. Itália: Laterza, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. São Paulo, ANPOCS, Ciências Sociais Hoje, 2. ANPOCS, 1983, p. 223-244.

_____. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de; VAREJÃO, Adriana. [et.al]. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOOKS, Bell. O feminismo é pra todo mundo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOWLETT, Michael. A Dialética da Opinião Pública: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas. Opinião Pública, Campinas, Vol.VI, nº2, 2000, pp.167-186. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/op/a/rGNTq5tTsJZm97c4fLdFzmp/?format=pdf&lang=pt>

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.] Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros. Brasília: IPEA, 2015.

IOKEN, Sabrina Nunes. Controle compartilhado das políticas públicas. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

JENNINGS, Will; BEVAN, Shaun; JOHN, Peter. The agenda of British government: The speech from the throne, 1911-2008. *Political Studies*, 59(1), 74-98, 2011.

JULLIARD, Jacques. A política: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). História: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

KERNELL, Samuel. *Going Public: New Strategies of Presidential Leadership*, Washington, CQ Press, 1997.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos Cebrap*, 86: 93-103, 2010.

KRIPPENDORFF, Klaus. Metodología de análisis de contenido: teoría y práctica. Buenos Aires: Paidós, 1997.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. *Novos Estudos*, São Paulo, v. no 2006, n. 76, p. 17-41, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n76/02.pdf>

LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de; VAREJÃO, Adriana. [et.al]. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do Governo Representativo. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 29, ano 10, outubro, 1995.

MARQUES, Elissa Emily Andrada; SILVA, Suylan de Almeida Midlej e. Programa Mulher, Viver Sem Violência: Uma Análise de sua Implementação a Partir da Casa da Mulher Brasileira e de Entidades Parceiras. In: *Revista Estudos de Administração e Sociedade* v.3, n.2, Set. Dez. / 2017.

MESTI, Paula Camila; BARONAS, Roberto Leiser. Michelle, Cristina e Dilma: o poder da construção da imagem de si no discurso político sul-americano. In: AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de; GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PINTO, Maria Alexandra Guedes (Orgs.). *O poder do discurso e o discurso do poder*, volume II, São Paulo: Editora Paulistana, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D: Elementos para uma teoria ampliada da representação política. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais - VOL. 18 N.º. 51*, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

NORRIS, Pippa. RECRUTAMENTO POLÍTICO. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 21, núm. 46, junho, 2013, pp. 11-32.

NUNES, Rosana Helena. *Construção da identidade política: discursos de Luiz Inácio Lula da Silva*. 2006. 135 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Lucy; DINIZ, Simone. Discurso presidencial e agenda retórica no presidencialismo de coalizão brasileiro. Anais do VIII COMPOLÍTICA, GT Comunicação e democracia, Brasília, 2019.

ONU. Mujeres con cargos ministeriales, 2020. Disponível em <https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2020/Women-in-politics-map-2020-es.pdf>

PALUMBO, Renata. Análise crítica do discurso presidencial: abordagem sociocognitiva. Revista Estudos Linguísticos, São Paulo, 43 (3): p. 1308-1322, set-dez 2014.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. Cadernos IHU ideias Ano XVI, Nº 278, V. 16, 2018. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7486-da-esperanca-ao-odio-juventude-politica-e-pobreza-do-lulismo-ao-bolsonarismo>

PINHO, Tássia Rabelo de. Debaixo do Tapete: a violência política de gênero e o silêncio do Conselho de ética da Câmara dos Deputados. Revista de Estudo Feministas 28 (2), 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n267271>

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2001, vol.9 (2), pp. 268 – 288.

_____. O que há de errado com a democracia liberal? In: Revista Brasileira de Ciência Política, número 6, Brasília, dezembro 2011.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RIBEIRO, Florbela; BÁDUE, Ana Flávia. Economia do aperto: Bolsa Família, dinheiro e dívida no dia a dia de mulheres paulistanas IN: MARQUES, A. C. D. R.; LEAL, N. S. (Org.). Alquimias do parentesco [recurso eletrônico]: casas, gentes, papéis, territórios. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. São Paulo: Alameda, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Primórdios do conceito de gênero. In: Cadernos Pagu, 12, 1999: pp.157-163.

_____. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. A Escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1995.

SEVERI, Fabiana Cristina. O gênero da justiça e a problemática da efetivação dos direitos humanos das mulheres. In: Revista Direito e Práxis, vol. 7, núm. 13, p. 80-115. Rio de Janeiro, 2016.

_____. Lei Maria da Penha e o projeto jurídico feminista brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

SILVA, Daniel Afonso da. Noites de junho (ou da rhetorical presidency da presidente Dilma Rousseff na gestão externa da apreensão dos acontecimentos brasileiros de junho de 2013). Nueva Época, México, núm. 44, 2018.

SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. Opinião Pública, v. 27, n. 3, 2021.

SOUZA, Lincoln Moraes de. A agenda e as agendas no Brasil. Cronos, Natal-RN, v. 7, n. 1, p. 79-101, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3190>. Acesso: abril de 2022.

TABAK, Fanny. A década da mulher como forma de participação e pressão política: avaliação e balanço. Trabalho apresentado na IX Reunião Anual das ANPOCS, GT Mulher e Política, 1985.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Alameda, 1999.

TULIS, Jeffrey; MUIRHEAD, Russel. The rhetorical presidency: Nova Edição. Princeton: Princeton University Press, 2017.

VARGAS, Janaína; BRITES, Jurema. A Marcha das Vadias e seu feminismo: Práticas, experiências e conflitos de uma geração de jovens feministas. In: INTERSEÇÕES, Rio de Janeiro, v. 20 n. 1, p. 179-195, jun. 2018.

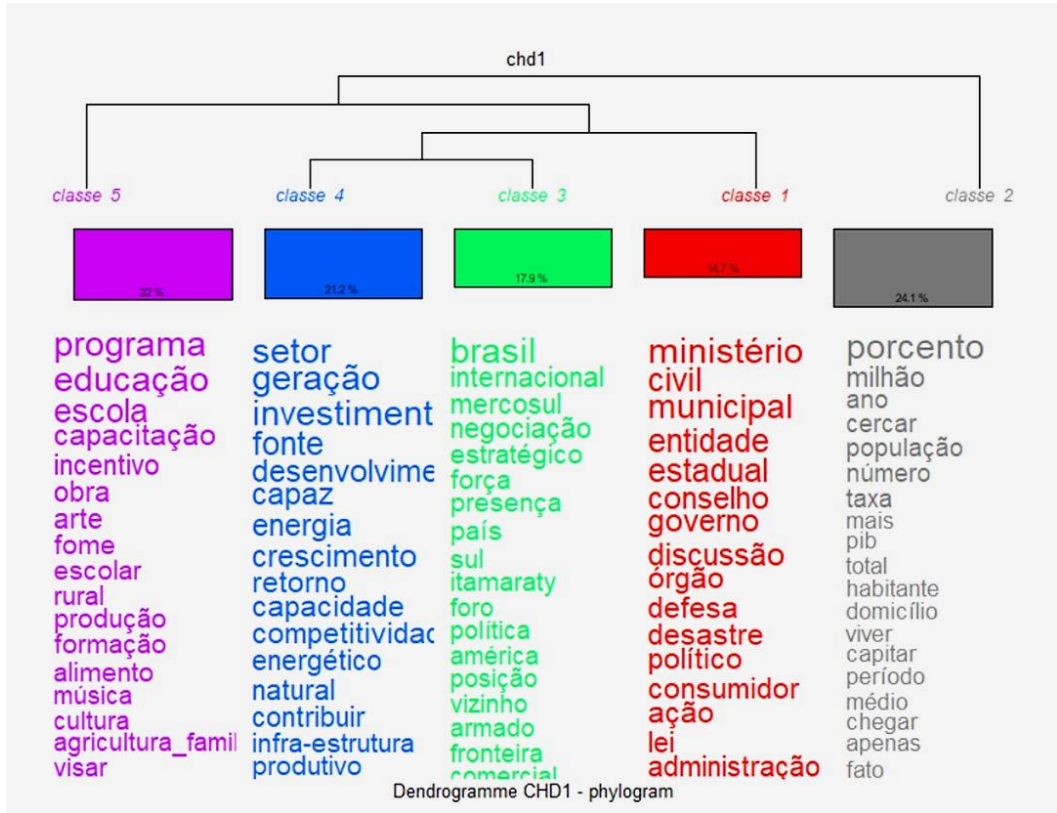
VAN DIJK, Teun Adrianus. Discurso, notícia e ideologia. Porto (Portugal): Campo das Letras, 2005.

YOUNG, Iris Marion. O ideal da imparcialidade e o público cívico. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 169-203.

WINOCK, Michel. As ideias políticas: RÉMOND, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

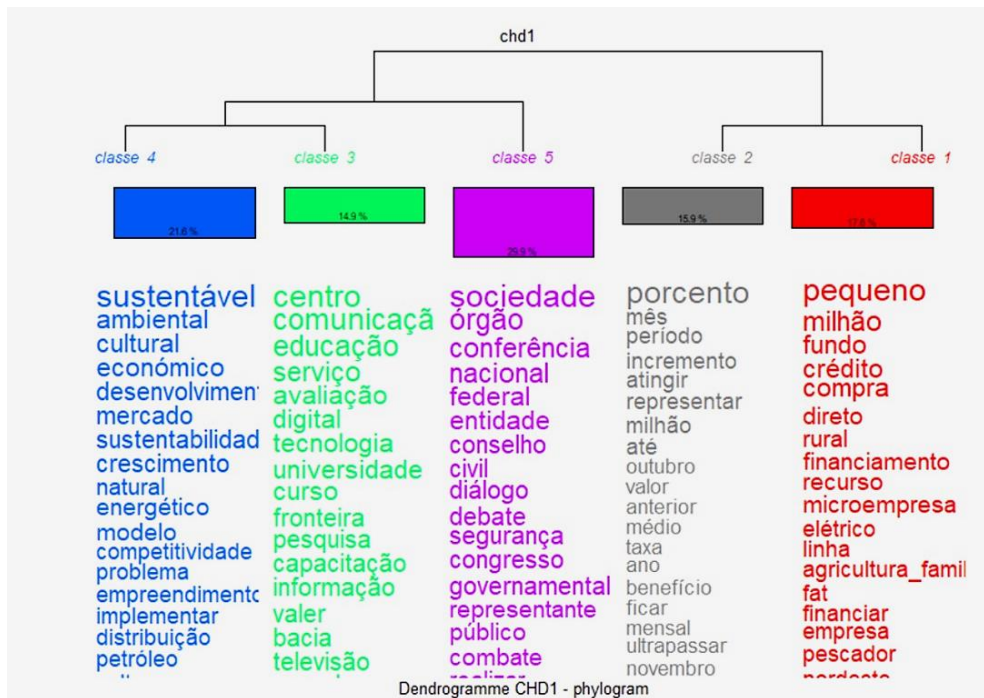
ANEXO

Figura 1. CHD das mensagens de Lula 2003



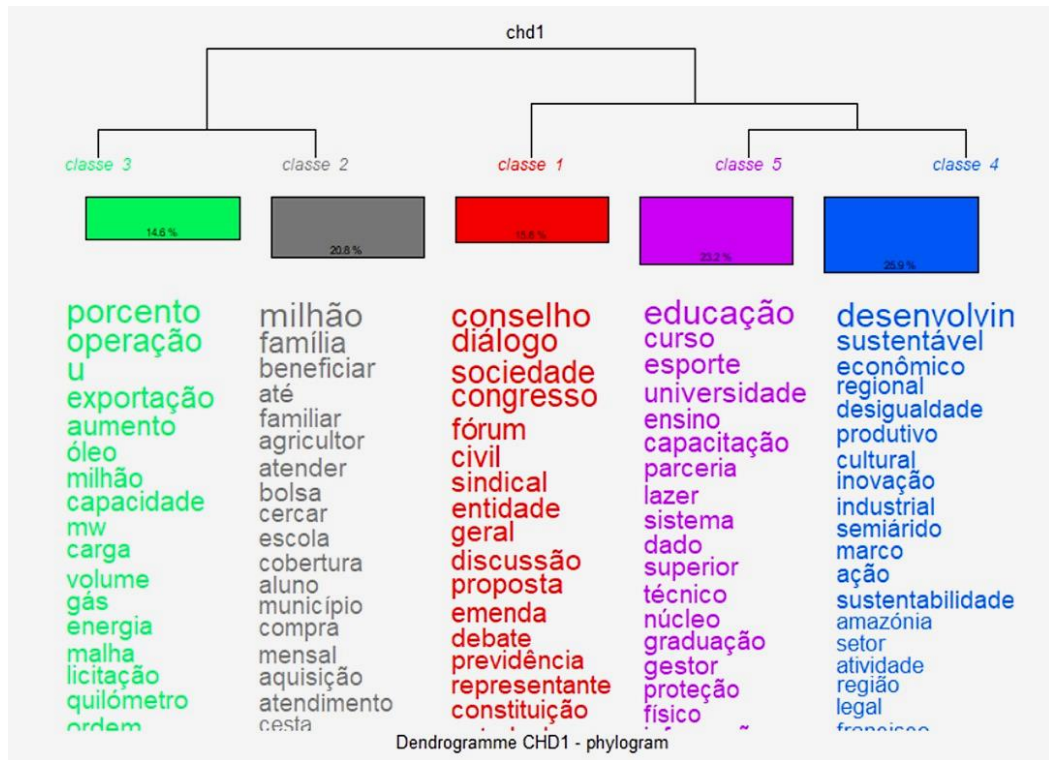
Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 2. CHD das mensagens de Lula 2004



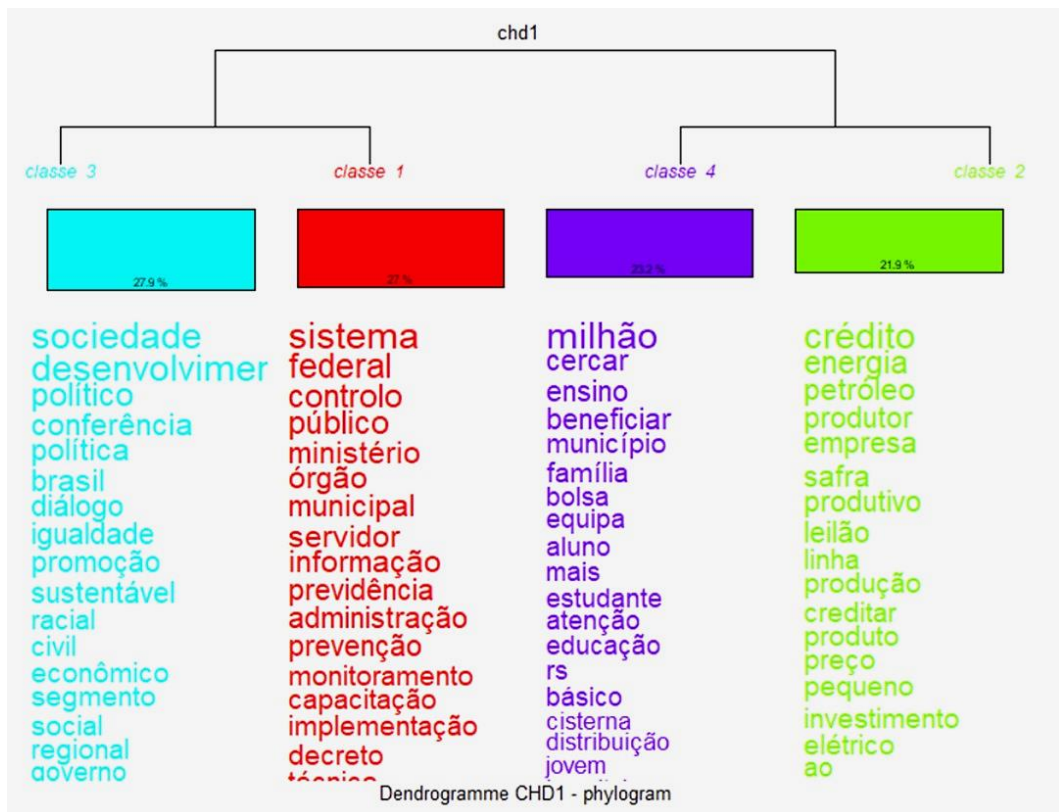
Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 3. CHD das mensagens de Lula 2005



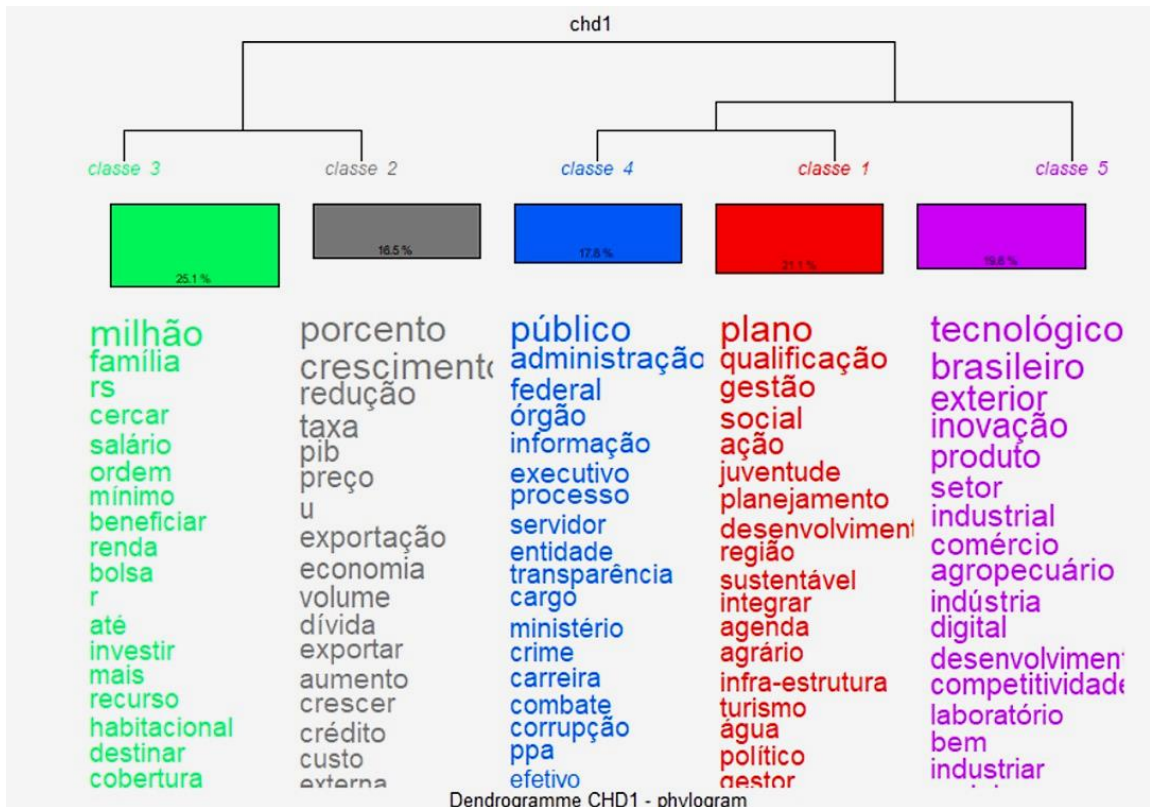
Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 4. CHD das mensagens de Lula 2006



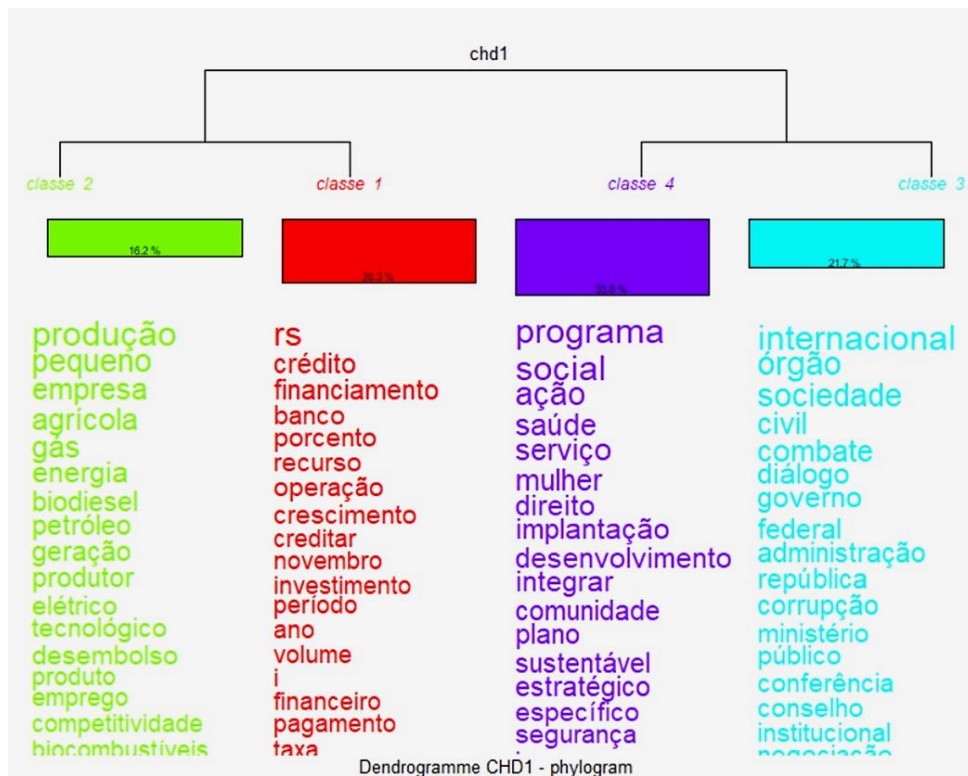
Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 5. CHD das mensagens de Lula 2007



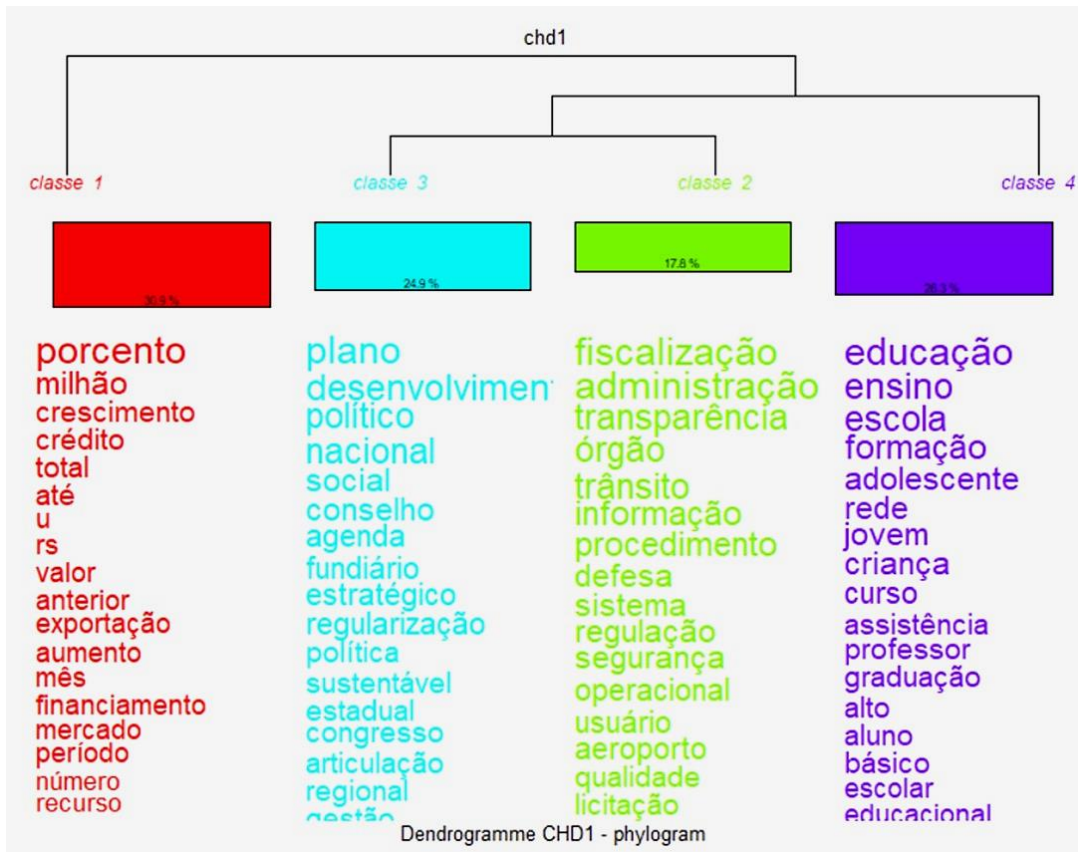
Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 6. CHD das mensagens de Lula 2008



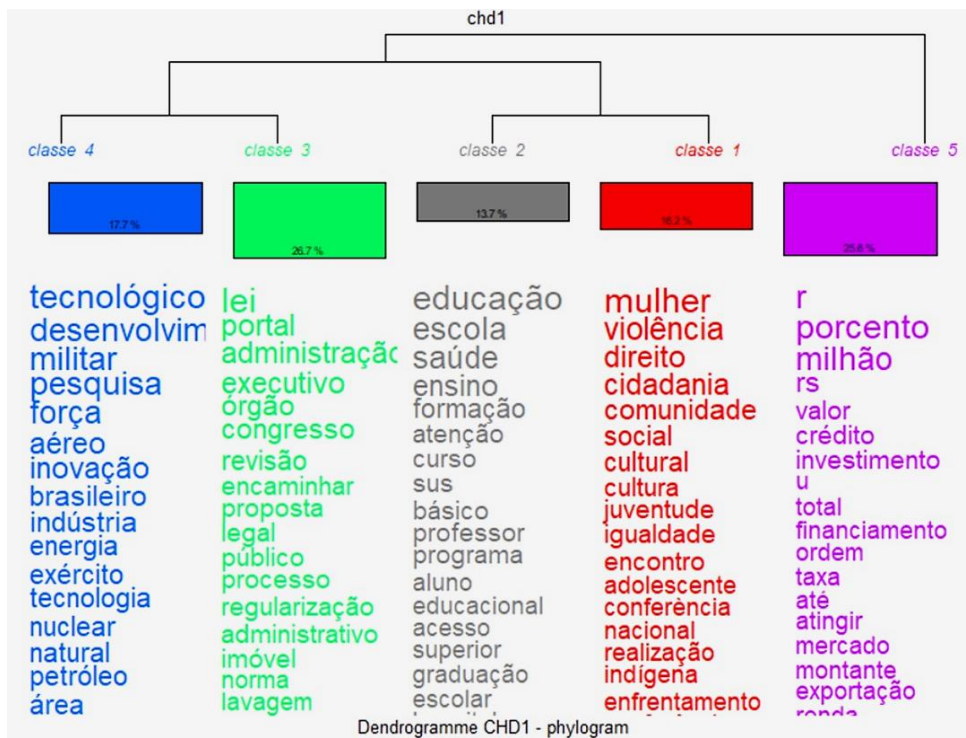
Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 7. CHD das mensagens de Lula 2009



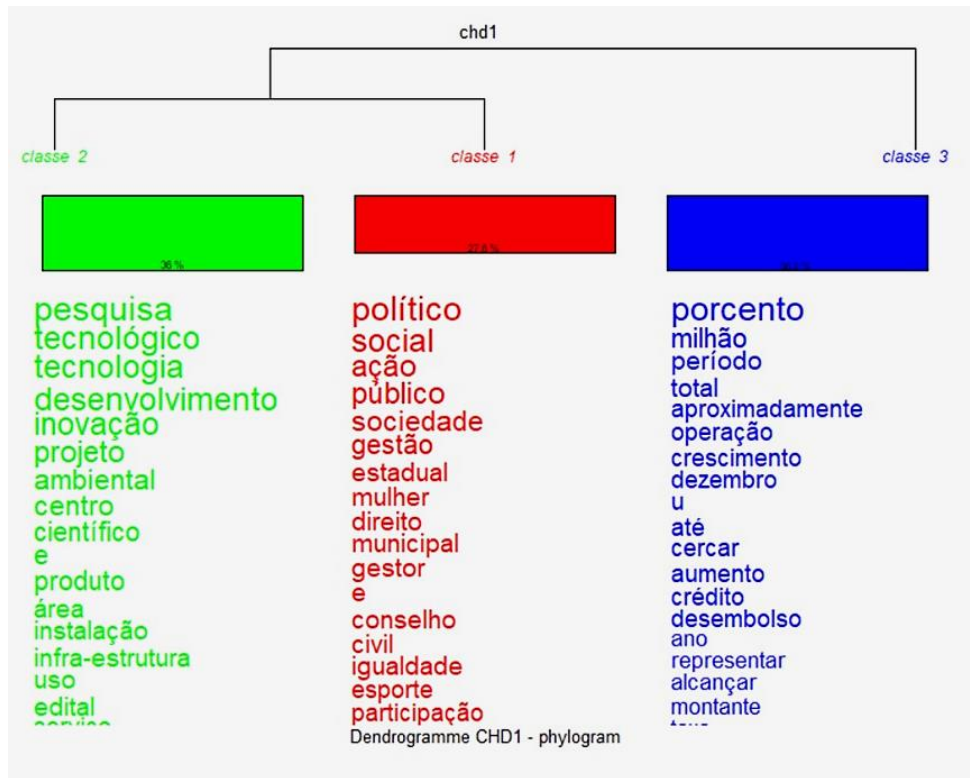
Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 8. CHD das mensagens de Lula 2010



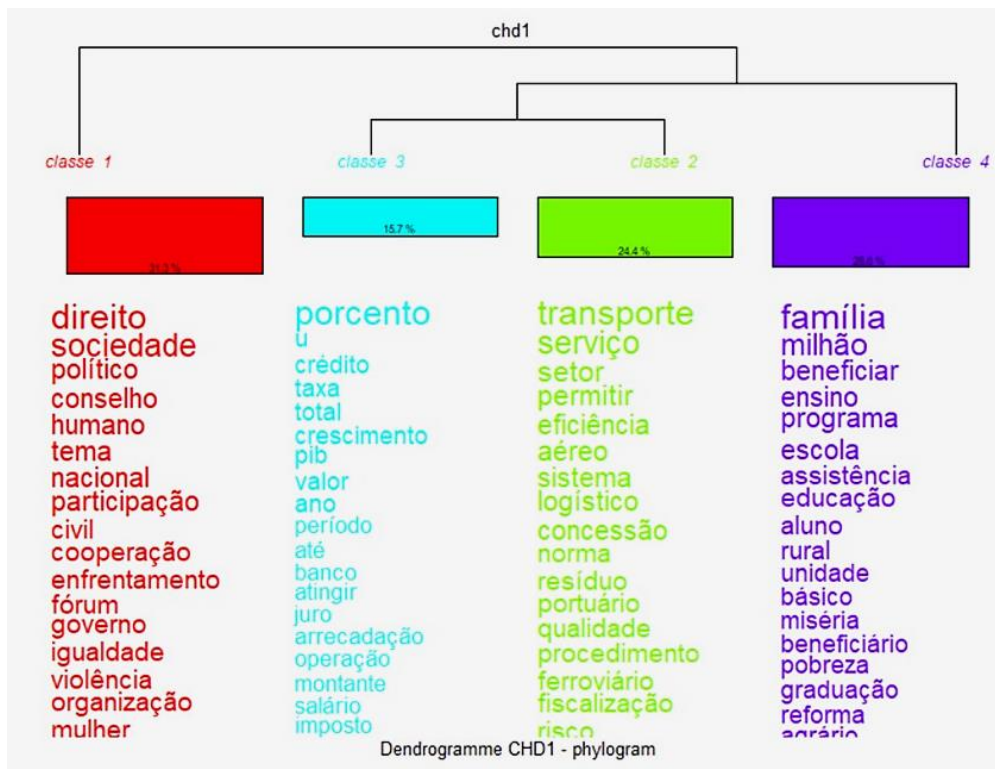
Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 9. CHD das mensagens de Dilma 2011



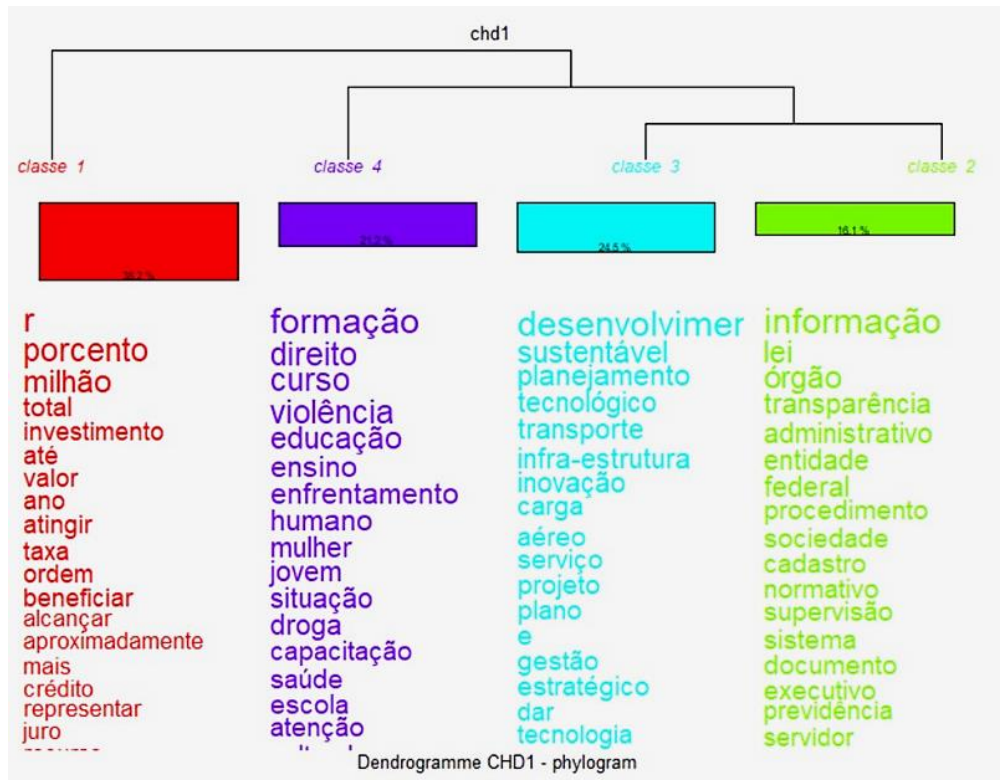
Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 10. CHD das mensagens de Dilma 2012



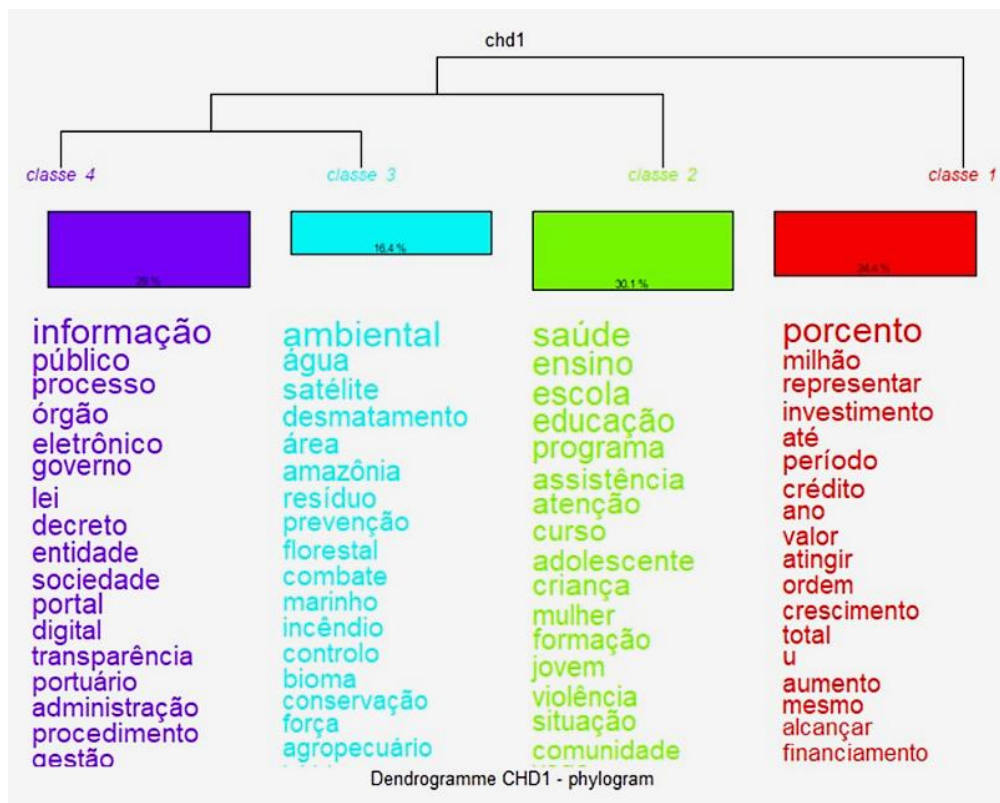
Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 11. CHD das mensagens de Dilma 2013



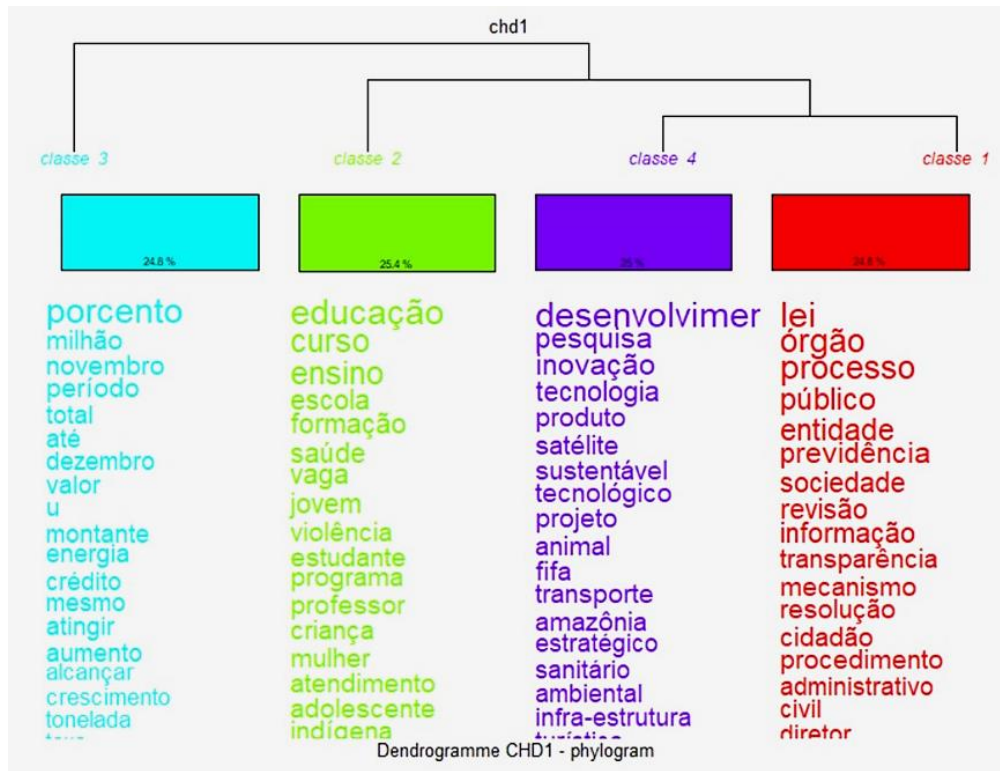
Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 12. CHD das mensagens de Dilma 2014



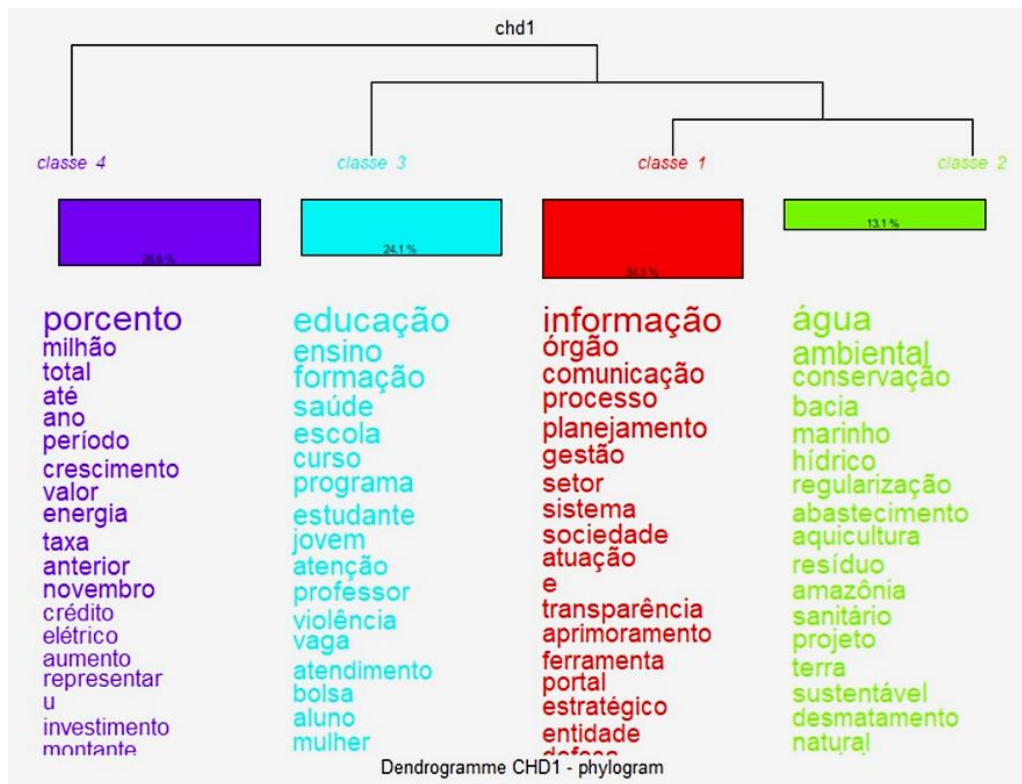
Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 13. CHD das mensagens de Dilma 2015



Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ

Figura 14. CHD das mensagens de Dilma 2016



Fonte: Imagem gerada pelo software IRAMUTEQ